

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**MARCELA DIAS BARBOSA**

**PERSPECTIVAS EM DISPUTA: OLHARES DAS GAROTAS DE PROGRAMA DE  
FRANCA SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL E O ESTUPRO**

**FRANCA**

**2017**

**MARCELA DIAS BARBOSA**

**PERSPECTIVAS EM DISPUTA: OLHARES DAS GAROTAS DE PROGRAMA DE  
FRANCA SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL E O ESTUPRO**

**Dissertação apresentada à Faculdade de  
Ciências Humanas e Sociais, da Universidade  
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,  
para obtenção do Título de Mestra em Direito.  
Área de Concentração: Sistemas normativos e  
fundamentos da cidadania**

**Orientador: Prof. Dr. Paulo César Corrêa  
Borges**

**FRANCA**

**2017**

Barbosa, Marcela Dias.

Perspectivas em disputa : olhares das garotas de programa de Franca sobre a violência sexual e o estupro / Marcela Dias Barbosa. – Franca : [s.n.], 2017.

151 f.

Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Paulo César Corrêa Borges

1. Sexo e direito. 2. Prostituição. 3. Estupro. I. Título.

CDD – 341.55512

**MARCELA DIAS BARBOSA**

**PERSPECTIVAS EM DISPUTA: OLHARES DAS GAROTAS DE PROGRAMA DE FRANCA SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL E O ESTUPRO**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestra em Direito. Área de Concentração: Sistemas normativos e fundamentos da cidadania

**BANCA EXAMINADORA**

Presidente: \_\_\_\_\_

**Prof. Dr. Paulo César Corrêa Borges.**

1º Examinadora: \_\_\_\_\_

**Prof. Dra. Onilda Alves do Carmo**

2º Examinadora: \_\_\_\_\_

**Prof. Dra. Fabiana Cristina Severi**

Franca, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

*À minha mãe, Carmem Silvia Dias Barbosa.  
(Em memória)*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Paulo César Corrêa Borges pelo incentivo e entusiasmo ao se deparar com meu trabalho, por todos os anos que acompanhou os meus processos de aprendizagem e principalmente, pela permanente confiança e apoio. Muito obrigada!

As funcionárias e aos funcionários da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” por tornarem possível a formação de tantas (os) estudantes, em especial ao Ícaro Henrique Ramos, à Laura Jardim e Nailton Silva.

À professora e amiga Onilda Alves de Carmo. Agradeço às energias que uniram os nossos caminhos ao seu. Sem você eu dificilmente teria feito as escolhas que me trouxeram até aqui: cada conversa na salinha do Margaridas, o acreditar que toda pessoa carrega conhecimentos a serem compartilhados. Pelas descobertas. Mulher admirável e incansável na luta pelo fim do capitalismo, do patriarcado, do racismo, entre tantas opressões que nos impedem uma vida mais justa, horizontal e de afetos. Carregarei você e seus ensinamentos sempre com muito carinho.

À professora Fabiana Cristina Severi por ser essa professora que inspira e faz da educação uma prática transformadora. Pelas histórias, memórias e lembranças que me mostraram no “invisível” a morada sobre o que há de mais profundo e importante para pensarmos, dentro e fora de sala de aula. Pelo seu jeito sincero, firme e tão acolhedor. Agradeço imensamente pela oportunidade de construção nos tantos espaços de diálogo e por nutrir e resgatar os sonhos e utopias que guardamos dentro de nós.

À Rosa María Voghon Hernández por ser uma pessoa tão rara no mundo em que vivemos. Amiga e professora de um coração tão grande e generoso. Pela alegria em estar próxima dessa forte mulher que eu tive a sorte na vida em conhecer e ter por perto: “ojalá podamos mantener una amistad de larga vida!”.

À Estela Rondina Scandola por pacientemente me introduzir ao tema da prostituição. Pela disposição e a cativante capacidade de despertar o olhar crítico sobre a realidade das trabalhadoras do sexo.

Ao Fabián Cevallos Vivar pela atenção e interesse. Por ler atentamente as minhas reflexões e prontamente apresentar seus pontos de vista e contribuições. A ilha solitária da escrita passa a ser um lugar habitável quando há empatia e crescimento conjunto.

À Regina Brito por nos inserir às atividades da ONG Vitória Régia, pela dedicação e comprometimento junto das trabalhadoras do sexo de Ribeirão Preto.

Ao João Carlos Sanches Doná e à Cristina Bortoletto pelo apoio e por tornarem possíveis as reflexões que trago nesse trabalho.

Ao “Centro de Prevenção em DST/Aids” da cidade de Franca pelo incentivo à pesquisa, por autorizarem e facilitarem a aproximação com as(os) profissionais da instituição e às trabalhadoras do sexo no município.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) através do Processo (2015/03018-3) por todo apoio oferecido e também por possibilitar o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço às pessoas que estiveram em minha trajetória, unidas a mim pelos laços familiares ou laços de alma:

À Vó Dete pela força que nos ultrapassa. Pelas mãos habilidosas que espalham amor e alimentam nossas almas de afeto, por sua generosidade e por me ensinar desde os primeiros anos de vida quais são as nossas raízes. Ao Vô Zé por ser este homem emotivo, sensível e feminista. Pelas louças lavadas, as faxinas, as broncas levadas com humor, o respeito e admiração à sua companheira e às mulheres. À Cinthia por ser muito mais que uma tia. À amizade, à irmandade e ao cuidado de mãe. Mulher que rompe barreiras para ser dona de seu destino, vontades e inspiração para que eu possa ser o que sonhar. Minha maior admiração aos maiores e inexplicáveis amores!

Ao meu pai, à Gabriela e ao Lorenzo pelos nossos recomeços. Por florescermos e crescermos juntos diante dos desafios que a vida nos coloca. Às nossas particulares e potentes formas de amar e cuidar um do outro que nos permite encontrar alegria e a reconfortante sensação de estamos junto aos nossos.

À Sueli pelo alto astral, a felicidade que contagia e o mais sincero ombro de amiga e irmã.

À Laura Dutra, Flávia Siqueira, Lígia Nascimento, Paula Basso, Marisa Bessa, Milene Pires e Tarsila Mendonça por comporem as estruturas do meu eu. Pela infância criativa e a vida adulta que persiste em ver os encantos da vida.

À Natália Acurcio Cardoso pela amizade e por estar sempre por perto compartilhando os prazeres e as angústias de sermos as mulheres que somos. Pela coragem que transborda e dá forças para persistimos aos caminhos que escolhemos.

À Eulália Fabiano por ser ter sido minha parceira nos últimos anos em Ribeirão. Parceira de pesquisa e de vida que guardo com muito carinho. Levo comigo nossos momentos de descobertas, compartilhamentos e as boas surpresas que ganhamos com as voltas do mundo.

À Fernanda Bergamini por toda generosidade e doçura. Agradeço muito pela fundamental ajuda com a sistematização das entrevistas, pela sua maravilhosa forma de ensinar e dialogar e a adorável companhia para um cafezinho e uma boa prosa.

À Francine Soares pelo seu jeito de ser que admiro e me identifico tanto. Por ser o feminismo que se vive e se expressa com cada parte de seu corpo, gestos e atitudes.

À Núbia Sanches por ser esta amiga “ai que loucura, ai que badalo!”, performática e tão maravilhosa. Seguimos juntas, amiga!

À Nanna Siqueira por me trazer a música quando mais precisava. Por renovar minhas energias na reta final de escrita e lembrar que existem formas mais eficazes de nos comunicarmos com as pessoas, o mundo e o nosso interior.

À Stella Crivelenti Vilar por também lembrar nos nossos períodos de transição e esquecimento a importância de resgatar e cantar a canção que ecoa dentro de cada uma de nós.

Ao Cauê Ramos por ser este amigo tão querido e atemporal. Por me acompanhar nos sonhos, delírios e nas mudanças inesperadas que a vida invariavelmente nos traz.

À Stéfanie Spezamiglio por compartilhar sem máscaras e com muita força a experiência de ser mulher e professora dentro da Universidade.

À Anne Ávila por ser essa companheira que o mestrado me presenteou. Por distraidamente estarmos distantes e ao mesmo tempo próximas, durante essa caminhada de aprendizados.

À Michele Voltarelli pela revisão atenciosa deste trabalho, o cuidado e a enorme competência.

À Leila Talib, minha irmã feminista, por todas as revoluções na minha vida.

Ao meu companheiro Ivan Pinheiro pelas conversas, silêncios e aprendizados. Pelo amor e bonitos sentimentos que carrega em si. Por romper tantas regras comigo e por dividir os desafios que a vida nos apresenta. Pelo atrevimento ao novo e por podermos construir o que não se conhece a partir da liberdade que colore nossos seres e nos une em suas múltiplas tonalidades.

Por fim, à pessoa que ilumina meus dias e me acompanha a tempo integral: Mãe. Ainda que não esteja de corpo presente, sinto sua forte espiritualidade, guiando meu caminho e aliviando a imensurável dor da saudade. A seu pujante espírito selvagem que tanto ensinou e tornou-se minha maior referência de luta e determinação. Minhas realizações sei que são suas e sempre serão feitas, em sua homenagem. Dedico-lhe meu maior e eterno amor.

BARBOSA, Marcela Dias. **Perspectivas em disputa:** olhares das garotas de programa de Franca sobre a violência sexual e o estupro. 2017. 151 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017.

## RESUMO

O tema violência contra as mulheres é amplamente debatido pelos movimentos feministas e pautado por diversos desafios na efetivação de políticas que considerem a diversidade de mulheres existentes. O ativismo das mulheres prostitutas, no cenário brasileiro e internacional, a partir das reivindicações pelo reconhecimento do trabalho sexual e pela ampliação na conquista de direitos, realizaram distinções precisas entre a prática da prostituição e a violência sexual. Contudo, o tratamento penal oferecido às trabalhadoras do sexo ainda oscila, categoricamente, ora representando-as enquanto vítimas, ora enquanto vilãs. Para além dos binarismos que ocultam realidades complexas e multifacetadas, neste trabalho, busco me aproximar dos olhares de cinco garotas de programa usuárias do “Centro de Prevenção em DST/Aids” do município de Franca e de suas perspectivas sobre a violência sexual, o estupro e as intermediações das instituições estatais. Considerando que a prática da prostituição e a violência não devem ser confundidas, pretendo analisar as negociações e limites corporais e afetivos estabelecidos na organização do trabalho sexual em Franca e traçar relações com o que reivindicam e reconhecem como violência sexual. O diálogo com os aprendizados, as próprias noções e estratégias de enfrentamento das garotas de programa perante o funcionamento das forças repressivas do estado e de suas narrativas sobre o crime de estupro compõe o objetivo de pensar experiências, resistências e o poder de agência de mulheres, vivas e intensas pela subversão e pluralidade de seus saberes.

**Palavras-chave:** prostituição. limites. estupro.

BARBOSA, Marcela Dias. **Perspectivas em disputa:** olhares das garotas de programa de Franca sobre a violência sexual e o estupro. 2017. 151 f. Dissertação (Mestrado em Direito)-Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2017.

### ABSTRACT

The theme of violence against women is widely debated by feminist movements and is marked by a number of challenges in the implementation of policies that consider the diversity of women. The activism of prostitute women, in the Brazilian and international scene, from the demands for the recognition of sexual work and the expansion in the conquest of rights, made precise distinctions between the practice of prostitution and sexual violence. However, the criminal treatment offered to sex workers still fluctuates, categorically, sometimes portraying them as victims, sometimes as villains. In addition to the binarisms that hide complex and multifaceted realities, in this work I try to get closer to the looks of five girls from the program of the "Center for Prevention in STD / AIDS" in the municipality of Franca and their perspectives on sexual violence, rape and the intermediation of state institutions. Considering that the practice of prostitution and violence should not be confused, I intend to analyze the negotiations and corporal and affective limits established in the organization of sexual work in Franca and to establish relations with what they claim and recognize as sexual violence. The dialogue with the learnings, the very notions and strategies of confrontation of the program girls before the operation of the repressive forces of the state and its narratives on the crime of rape composes the objective to think experiences, resistances and the power of agency of women, Alive and intense by the subversion and plurality of their knowledge.

**Keywords:** prostitution. limits. rape.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1 PARA PENSAR AS EXPERIÊNCIAS DAS GAROTAS DE PROGRAMA EM FRANCA .....</b>	<b>19</b>
1.1 Ciência e Feminismos: leituras epistemológicas a partir das Vozes do Sul .....	19
1.2 A trajetória da autora .....	24
1.3 A abordagem qualitativa em pesquisa.....	27
1.4 As entrevistas .....	31
1.5 Caderno de campo .....	35
1.6 Procedimentos de coleta de dados.....	37
1.7 O início da coleta .....	38
1.8 Organização e análise das entrevistas.....	43
<b>CAPÍTULO 2 CORRENTES TEÓRICAS FEMINISTAS NO DEBATE SOBRE A PROSTITUIÇÃO E AS RELAÇÕES DE PODER NO DIREITO.....</b>	<b>45</b>
2.1 Conceitos e reflexões feministas sobre a diferença .....	45
2.2 Entre prazeres e perigos: o mercado do sexo e a sexualidade no mercado.....	54
2.3 Abordagem jurídica brasileira sobre a prostituição: da “tutela” à estigmatização...	61
2.4 As narrativas sobre a violência sexual no crime de estupro: proteção a que(m)? .....	72
<b>CAPÍTULO 3 APRENDIZADOS E LIMITES NA PRÁTICA DA PROSTITUIÇÃO... </b>	<b>85</b>
3.1 O “Centro de Prevenção em DST/Aids” da cidade de Franca .....	85
3.2 Apresentação do universo pesquisado .....	91
3.3 Vivendo a vida fora e definindo a vida dentro.....	93
3.4 Violência: quando sentimos dentro da gente que é .....	111
3.5 “Um poder maior que o outro”: percepções sobre as presenças e ausências institucionais .....	128
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>139</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>143</b>

## INTRODUÇÃO

Entre inquietações, dúvidas e experiências em espaços coletivos de debate, pesquisa e práticas feministas gastei este trabalho. O interesse pelo tema surge a partir da atuação, durante a graduação em Direito, no grupo de pesquisa e extensão, “Margarida Alves,” na Unesp, campus de Franca. Mais tarde, em 2015, pela aproximação com o “Centro de Prevenção em DST/Aids”, do município, e com as garotas de programa<sup>1</sup> usuárias do Programa.

Nesta trajetória, ao me interessar pelas relações nas quais se envolvem as garotas de programa em Franca, vejo que meus conhecimentos elaborados sobre gênero, sexualidade e, mais especificamente, prostituição, eram (e continuam) limitados. No meu primeiro esforço interpretativo me via tentada a conformar as realidades observadas e descritas em uma estrutura maior de dominação masculina, uma ferramenta conceitual que conhecia, porém, não sabia muito bem como utilizar. Foram as conversas na casa de Raquel<sup>2</sup>, de Beth, na chácara de Isabel<sup>3</sup>, nos bares da Avenida Brasil, as tardes na região da “Baixada”<sup>4</sup> que me fizeram perceber que as dinâmicas não se davam da forma que eu imaginava. Eu percebia abusos, violências e marcadas relações de poder. Contudo, esses ganhavam contornos e sentidos variados.

Ainda confusa e sem saber por onde começar também tive a oportunidade de conversar com Estela Scandola, colega, professora e assistente social, a qual conheci em uma adorável visita que fiz à cidade de Campo Grande, MS. Estava iniciando o meu mestrado,

---

<sup>1</sup> Uma diversidade de maneiras é usada na literatura específica para nomear as mulheres que realizam prostituição. Essas diferenças de termos não expressam apenas uma mudança terminológica, mas também esta contida a visão de mundo e entendimento que as mulheres têm sobre si e sobre a prostituição que desempenham. Em Franca, as garotas se autodenominavam de garotas de programa, assim o nomearei aqui, intercalando com termos que dão da ideia da prostituição enquanto trabalho.

<sup>2</sup> Seguindo as exigências éticas sobre pesquisas envolvendo seres humanos, em especial, a necessidade de termo de consentimento assinado por mim e pelas entrevistadas, com todas as informações sobre a pesquisa, foram suprimidos os nomes reais e qualquer outro dado que pudesse quebrar o anonimato das interlocutoras deste trabalho.

<sup>3</sup> A casa de Raquel, a casa de Beth e a chácara de Isabel foram os locais onde pude dialogar com as interlocutoras desta pesquisa, todas introduzidas por João Carlos Doná, profissional responsável pelo “Centro de Prevenção em DST/Aids”.

<sup>4</sup> Ao longo do trabalho, também entrei em contato com a ONG Vitória Régia, em Ribeirão Preto. Acompanhada de Regina Brito (ativista no movimento pela defesa dos direitos das mulheres prostitutas) e Eulalia Fabiano (doutoranda em Ciências Sociais), estive nas intervenções realizadas na região da “Baixada”, conhecido lugar que abriga casas antigas, instituições públicas, bancos, comércio e o mercado central da cidade, também onde funcionam bares e motéis, principalmente durante o dia, frequentados pelas garotas de programa, clientes e transeuntes. Fomos com frequência na movimentada Avenida Brasil, entre os bairros Quintino Facci I e Jardim Salgado Filho, próximos a saída da cidade de Ribeirão Preto, espaço em que as garotas de programa batalham nas ruas, nas casas de prostituição e nos motéis.

tinha pouca familiaridade com o tema e me movia pela curiosidade e por algumas “intuições”. Marcou-me nosso diálogo e sua sutileza para alertar-me de que havia mais coisas por traz destas tais intuições do que eu imaginava. Exemplificou com uma experiência sua: ela viajava de uma cidade à outra, acompanhada de uma amiga sua, quando passaram em frente a uma grande indústria de alimentos. Enquanto ela me cativava com sua narrativa, eu remontava a cena na minha imaginação: ali, sua amiga olhou para o grande estabelecimento e lembrou-se dos longos anos em que passou fazendo atividades repetitivas com as mãos, até ter comprometido os seus movimentos. A lembrança fez com que comparasse seu antigo trabalho com a prática da prostituição, atividade que laborava no momento e avaliando o que se costuma pensar sobre a profissão, chegando à conclusão: “depois dizem que são as prostitutas aquelas que vendem os seus corpos”.

A narrativa me deixou pensativa por um longo período e creio que assim continuo. O contato com novas perspectivas (para mim) sobre a prática da prostituição foi ampliando o meu campo de visão e dando espaço para novas perguntas. O contato com as interlocutoras da pesquisa, os debates em sala de aula, os seminários, os congressos e as leituras, ofereceram aportes para algumas das reflexões que trago neste trabalho e os pontos de vista que aparecem a partir destes diálogos. Eu, também, assim como elas, sou (somos) mulher(es) e, diante disto, tenho meus próprios conceitos e experiências sobre o (meu/nosso) gênero, que acabaram sendo postos em termos que dialogavam com aqueles utilizados pelas garotas de programa.

Sentia que a poderosa voz do direito e sua única versão em relação à prostituição, à violência sexual e ao estupro me incomodavam. Assim, considero um ponto de partida o fenômeno da violência contra as mulheres e o contraste entre as narrativas hegemônicas do direito sobre o que pode ser reconhecido enquanto violência sexual e estupro daquilo que expressam, vivem e reivindicam as vozes silenciadas pelas instituições.

No Brasil, estima-se que pelo menos uma de cada três mulheres sofre violência sexual ao menos uma vez durante sua vida (FAÚNDES, 2006, p. 127). Contudo o maior destaque se dá à sua invisibilidade: estima-se que apenas 10% dos casos são contabilizados e reportados à polícia. Ou seja, a maioria das mulheres que já se deparou com uma situação de violência não viu as instituições jurídicas e de saúde como espaços de acolhimento e de escuta às suas

reivindicações, o que talvez comunique a dificuldade em traçar sua relação com a saúde sexual e reprodutiva das mulheres<sup>5</sup>, ainda negligenciadas (FAÚNDES, 2006).

Segundo Nota Técnica produzida pelo Ipea sobre os estupros no Brasil, do mês de março de 2014, entre os casos notificados, estima-se que 88,5% das vítimas eram do sexo feminino, mais da metade tinha menos de 13 anos de idade, 51% eram negras<sup>6</sup> e, de modo geral, 70% dos estupros foram cometidos por parentes, namorados ou amigos/conhecidos da vítima. Os dados além de indicar que a violência nasce no seio da família, também apontam que a maioria esmagadora dos agressores são homens, independentemente da faixa etária da vítima (CERQUEIRA; COELHO, 2014, p. 7).

A violência sexual e o estupro são um fator de risco para todas as mulheres. Contudo, elementos como raça, etnia, orientação sexual, gênero, classe social, deficiência, idade, religião, escolaridade, origem territorial e nacionalidade conjugam-se de modo a intensificar as condições de risco de determinados grupos (SEVERI, 2017, p. 18). O Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2015), por exemplo, evidencia que a articulação<sup>7</sup> entre sexismo e racismo gera um percentual elevado de violência sobre as mulheres negras (entre 2003 e 2013, sofre um aumento de 54,2%), enquanto tende a cair o percentual de violência sobre as mulheres brancas (no mesmo período, com queda de 9,8%). Tais dados alertam para outras formas de discriminação e violação de direitos, além de gênero, que estão imbricadas nas situações de violência embora ainda permaneçam silenciadas.

As dificuldades no reconhecimento da violência ou da violação contra a saúde sexual, reprodutiva e os direitos humanos das mulheres ficam ainda mais evidentes quando perpassam pelo sistema de justiça criminal. (CASTILHO, 2008; PIMENTEL; SCHRITZMEYER; PANDJIARJIAN, 1998; SABADELL, 2013). Tanto no campo jurídico como em outros espaços de sociabilidade quando se trata de um crime sexual, predomina o imaginário vinculado ao julgamento da reputação sexual, do comportamento, da vida

---

<sup>5</sup> As consequências da violência sexual podem ser imediatas e de longo prazo e são tanto físicas, como psicológicas. Dentre elas estão: o risco de adquirir uma doença sexualmente transmissível (DST) com a possibilidade de se infectar, particularmente pelo HIV; o trauma físico genital ou de outras partes do corpo; a gravidez não desejada; o desenvolvimento de fobias, depressão, ansiedade, estresse pós-traumático, somatização, entre outros (FAÚNDES, 2006, p.128). Além de afetar a saúde física e psíquica das vítimas, atinge toda a sociedade ao colocar o medo como um elemento da existência das mulheres que pode limitar suas decisões e, conseqüentemente, afetar seu pleno potencial de desenvolvimento.

<sup>6</sup> É importante considerar que os dados são quantificados a partir dos casos notificados e, como visto, a maior parte dos estupros são subnotificados. Quando confrontamos os números da Nota Técnica com os percentuais do Mapa da Violência de 2015, não parece ser paritária a vitimação entre mulheres negras e mulheres brancas.

<sup>7</sup> Trabalharemos com maior profundidade no próximo capítulo as categorias de articulação e a interseccionalidade, mas já adianto a importância em pensarmos na desestabilização da categoria “mulher” para refletirmos as opressões que afetam de modo qualitativamente diferente os distintos grupos de mulheres.

pregressa ou status familiar das mulheres, o que deve se agudizar, principalmente, no tratamento dispensado às garotas de programa que ainda tem como obstáculo o estigma<sup>8</sup> construído sobre si e seu trabalho (PETHERSON, 1996).

Até 2005, apenas as mulheres “honestas” podiam reivindicar o lugar de vítima na conduta prevista no Código Penal de “posse sexual mediante fraude”. No crime de estupro<sup>9</sup>, antes de sua última alteração, em 2009, somente as mulheres ocupavam o polo passivo da relação e a conduta delitiva se consumava pela conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça. Enumero, ainda, a revogação do que esteve presente desde o Código Penal brasileiro de 1940: a extinção de punibilidade ao estuprador caso ele se casasse com a vítima. Ou seja, as condutas consideradas até recentemente como “crimes contra os costumes”<sup>10</sup> deixavam explícito o caráter discriminatório das leis e o poder do direito em normatizar e conformar as relações de gênero e sexualidade.

Apesar das referidas mudanças, o tratamento penal em relação ao crime de estupro continuou sendo pautado pelo que Vera Regina Pereira de Andrade (2005, p. 89) chama de “lógica da honestidade”. Tal lógica estabelece uma grande linha divisória e seletiva entre as mulheres consideradas honestas (do ponto de vista da moral sexual dominante) e que podem ser consideradas vítimas pelo sistema, das mulheres desonestas (das quais a prostituta é o modelo radicalizado), “abandonadas” pelo sistema de justiça criminal, na medida em que não se adequam aos padrões de moralidade sexual impostos às mulheres.

O combate à violência contra as mulheres, portanto, nos casos envolvendo o crime de estupro, não estará na função latente e real do sistema de justiça criminal. Ao contrário, para a autora (ANDRADE, 2005, p. 91), opera na construção seletiva e estigmatizante, reproduzindo, assim, materialmente, as desigualdades e assimetrias sociais de classe, gênero, raça, dentre outros marcadores. Neste processo, precisamente o núcleo do controle dos corpos de mulheres estará no controle da sexualidade, desde a criminalização primária (definições legais dos tipos penais ou discurso da Lei) até os diferentes níveis da criminalização secundária (inquérito policial, processo penal ou discurso das sentenças e acórdãos) e a mediação do discurso dogmático entre ambas.

---

<sup>8</sup> Gail Petherson (1996, p.82) define o estigma de prostituta como “[...] a marca de vergonha ou enfermidade que marcam uma mulher escrava incasta ou criminoso.” A autora indica que o estigma de puta vincula a desonra da prostituta com a falta de legitimidade das mulheres em geral, atribuindo àquelas que realizam o intercâmbio de sexo por dinheiro, a diferenciação mediante a vergonha.

<sup>9</sup> A partir de 2009, no artigo 213, o tipo penal estupro dispõe: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.”

<sup>10</sup> Com as modificações de 2009, o Título IV passa a tratar dos “crimes contra a dignidade sexual”.

Com a seletividade evidenciada, dentre outras contradições que exsurtem do sistema de justiça, são distintos os posicionamentos em relação ao uso do direito para efetivação das demandas dos movimentos feministas. Não desenvolveremos diretamente este debate na pesquisa, mas pontuo o meu posicionamento em relação ao tema. Alinho-me ao que propõe Fabiana Cristina Severi (2017, p. 22) para entender as tensões entre direito e feminismos “[...] não mais em termos de antagonismos - ou paradoxos a serem, necessariamente, resolvidos em favor de um ou outro polo da equação -, mas como dimensões de uma dinâmica de disputas que nem sempre se resolvem em favor da ampliação e da realização desse projeto.” A autora (SEVERI, 2017, p. 22) lembra que as políticas em defesa dos direitos humanos das mulheres podem produzir, muitas vezes, efeitos de colonização e racialização, contudo, são entre essas disputas que está a capacidade do campo feminista em desafiar o poder do direito.

Teremos como referências, portanto, as discussões teóricas feministas que questionam e desafiam o uso das instituições jurídicas e políticas estatais para o enfrentamento da violência contra as mulheres ou para a busca de transformações nas relações de subordinação. A atenção a questões como o colonialismo, o racismo e o heteronormativismo tornam ainda mais complexas as problemáticas vinculadas ao processo de institucionalização estatal para o enfrentamento da violência de gênero. Mulheres prostitutas, mulheres transexuais, mulheres de zonas urbanas periféricas ou de zona rurais, mulheres indígenas, mulheres negras, por exemplo, podem deixar de buscar o sistema de justiça tanto pelo receio dos efeitos penais sobre si e seus agressores, como pela distância física (e subjetiva) das delegacias e juizados (SEVERI, 2017, p. 21). Ou ainda, pela incompatibilidade das narrativas sobre a concepção de violência nas instituições daquelas construídas pelas próprias mulheres, em seus distintos locais de enunciação.

Atenta a este desafio, ressalto a participação dos movimentos feministas brasileiros e latino-americanos na disputa pelo reconhecimento de violências praticadas contra as mulheres a partir da década de 1990 e os compromissos da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), de 1981, e da Convenção Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra as Mulheres (Convenção Belém do Pará), de 1994. As obrigações assumidas pelos países em criar mecanismos legais para efetivação dos direitos humanos das mulheres e para a implementação de serviços que garantissem o acesso à justiça e a atenção integral das mulheres em situação de violência deram subsídios para que as articulações feministas se engajassem na conquista de políticas públicas com este objetivo.

Os tratados significam um marco para o processo histórico de construção e reconhecimento dos direitos das mulheres como direitos humanos, no Brasil. Porém, é através do amplo enfrentamento estratégico dos movimentos de militantes feministas que a violência ganha visibilidade no espaço público e recebe prioridade pelo Estado brasileiro, compelido a se responsabilizar pela efetivação destes direitos. A intensa resistência e luta feminista resulta na conquista, em agosto de 2006, da Lei Federal nº 11.340 ou Lei Maria da Penha<sup>11</sup>, que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra as mulheres.

A legislação contempla medidas judiciais e extrajudiciais adotando uma concepção ampla de acesso à justiça e a direitos a partir da perspectiva de gênero. Por sua abrangência, o texto legislativo é considerado um conjunto de políticas públicas cuja aplicação integral e em rede com outros setores (saúde, segurança pública, educação e assistência social) depende do compromisso do Executivo, do Judiciário e do Legislativo nas esferas do governo federal, dos estados e municípios (PASINATO, 2015, p. 489).

A lei define, em seu artigo 7.º, inciso III, dentre outros tipos de violência doméstica e familiar contra as mulheres, a violência sexual como:

[...] qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

Amplia-se o entendimento do que pode ser considerado como violência sexual pela narrativa da Lei Maria da Penha. O exercício dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres passa a ter relação direta com o fenômeno da violência e expande-se a noção de consentimento que deixa, por exemplo, de ser presumido dentro dos relacionamentos fixados pelo contrato do casamento. O respeito à autonomia, à sexualidade e aos desejos das mulheres ganham destaque e, ao menos no discurso legal, fundam novas diretrizes para o tratamento da violência sexual pelas instituições estatais.

Apesar dos avanços, Maria Filomena Gregori (2008b, p.166) alerta para “[...] uma persistente desigualdade social no acesso à justiça.” A autora lembra que o acesso à justiça

---

<sup>11</sup> Na redação da lei um consórcio de ONGs (CLADEM, CEPIA, CFEMEA, AGENDE, THEMIS) exerceu uma inovadora ação legislativa apresentada aos Poderes Executivo e Legislativo que foi aprovada com apenas poucas alterações. Esse consórcio manteve uma ação de *advocacy* em todo o percurso de tramitação do projeto que deu origem à lei (PASINATO, 2015).

implica negociações entre atores sociais que não têm o mesmo poder na disputa que formata as regras do jurídico. As dinâmicas de negociação no âmbito da justiça são complexas, envolvem limites, possibilidades e, principalmente, dessimetrias de poder relativas a gênero que se intersecciona com outras dimensões recortadas por relações de classe, raça, idade, dentre outras diferenças, convertidas em desigualdades.

Tendo em vista tais dilemas, aqui, importa levantar algumas questões em torno das disputas narrativas pelo reconhecimento da violência sexual e a aproximação às próprias formas de organização das mulheres e de suas resoluções de conflitos envolvendo gênero, raça, classe, idade, dentre outros marcadores sociais. O esforço está em analisar o funcionamento do sistema de justiça criminal e as narrativas em relação ao estupro a partir das percepções das garotas de programa, em Franca, e de suas noções e reivindicações sobre o que deve ser reconhecido enquanto violência sexual.

Neste sentido, Roberto Efrem Filho (2017, [p. 9]), em seu artigo “A reivindicação da violência: gênero, sexualidade e a constituição da vítima”, aponta para a não obviedade da violência e da brutalidade. O autor chama de enfrentamento analítico-político das relações de poder o que permite ou não a arquitetura narrativa do ato de violência como uma imagem de violência, da vítima como vitimável; do acusado como acusável. E discute como as relações de gênero e de sexualidade operam na tessitura de narrativas sobre a violência e, ao revés, como a reivindicação narrativa da violência atua no perfazimento de relações de gênero e de sexualidade - relações reciprocamente constituídas por relações de classe, racialização, geração, territoriais, etc.

Seguindo essas contribuições, parece interessante, a distinção estratégica que Gregori (2008b, p. 176) faz entre crime e violência. Para a autora “[...] crime implica a tipificação de abusos, a definição das circunstâncias envolvidas nos conflitos e a resolução destes no plano jurídico.” Já a violência é lida como “[...] um termo aberto aos contenciosos teóricos e às disputas de significado que implica reconhecimento social (não apenas legal) de que certos atos – [inseridos em] dinâmicas conflitivas que supõem processos interativos atravessados por posições de poder desiguais entre os envolvidos – [constituem abuso].”

Creio que neste processo aberto às disputas em torno do conceito de violência sexual e dos poderes diferenciais entre as/os atrizes/atores sociais que localizo as reflexões deste trabalho. A minha intenção foi a de pensar com vozes que ampliam o entendimento do que pode ser interpretado, reconhecido e reivindicado enquanto violência; e, ao mesmo tempo, traçar, no contexto em que se localizam, quais são as suas relações com os limites estabelecidos na organização do trabalho sexual. A partir disso, serão confrontadas as

experiências e saberes das garotas de programa sobre as práticas, dentro (e fora do trabalho), com as noções que elas percebem nas narrativas institucionalizadas e no tratamento penal ao crime de estupro oferecido (ou não) às mulheres prostitutas.

A proposição desta pesquisa almeja, assim, transformar ausências em presenças, procurando descortinar experiências vivenciadas por garotas de programa impelidas à invisibilidade pela ordem hegemônica (SOUSA, 2012, p.13). Com esta finalidade, utilizo metodologia de caráter predominantemente qualitativo e a abordagem de análise de conteúdo.

Para Lawrence Bardin (2011, p. 37) a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas das comunicações que visa obter, por procedimentos sistemáticos e de descrição do conteúdo de mensagens, indicadores que possibilitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas. Operacionalmente, a análise desdobra-se em três etapas: a da pré-análise (envolve a seleção e compreensão do material, também a retomada das hipóteses e objetivos iniciais da pesquisa); a exploração do material (operação classificatória que visa alcançar o núcleo de compreensão do texto por meio da construção de categorias); e, por fim, o tratamento dos resultados obtidos e interpretação (momento em que a analista propõe interpretações que dialogam com o quadro teórico desenhado).

Os dados indiretos da pesquisa relacionam-se com referências bibliográficas sobre teoria feminista e direito, antropologia feminista e epistemologias feministas relativos aos distintos aspectos do mercado do sexo, a prática da prostituição e a violência contra as mulheres. Utilizarei este material para a construção dos marcos teóricos que subsidiam a discussão proposta no trabalho. Em relação aos dados diretos, farei uso de documentos (legislação, relatórios de órgãos públicos, órgãos não governamentais e jurisprudência) e de cinco entrevistas semiestruturadas realizadas com garotas de programa, na cidade de Franca.

No primeiro capítulo, busco tratar brevemente a abordagem metodológica proposta na pesquisa, percurso que exigiu reflexões prévias sobre as epistemologias do sul e o protagonismo das vozes subalternas na produção do conhecimento. O intuito foi apresentar alguns dos pressupostos que perpassam a minha inserção em campo, os diálogos que estabeleci com as interlocutoras deste trabalho e onde me localizo nestas dinâmicas. Desenvolvo, também, aspectos das técnicas utilizadas para coleta e organização do material.

No segundo capítulo, pretendi abordar algumas correntes teóricas feministas no debate sobre a prostituição e as representações das mulheres prostitutas no campo do direito, um terreno de divergências. Proponho refletir gênero, sexualidade e interseccionalidade a partir das ferramentas teóricas dos feminismos pós-coloniais e traçar, brevemente, relações com o mercado do sexo. Tendo em vista o impacto das políticas públicas e da legislação, no Brasil,

sobre prostituição, tráfico de pessoas e exploração sexual, busco analisar como o tratamento jurídico penal, mesmo sem amparo legal, opera criminalizando as garotas de programa e reforçando o estigma construído sobre as profissionais e o próprio trabalho sexual. Interessa, também, observar os reflexos da discriminação contra as mulheres prostitutas no funcionamento do sistema de justiça criminal em casos que envolvem crimes sexuais, especificamente, o julgamento dos crimes de estupro.

Finalmente, no terceiro capítulo, em um processo aberto às disputas em torno da noção de violência sexual pelas instituições jurídicas, procuro pensar com vozes que ampliam o entendimento do que pode ser interpretado, reconhecido e reivindicado enquanto violência, e, ao mesmo tempo, traçar, no contexto em que se localizam, quais são as suas relações com os limites corporais e afetivos estabelecidos na organização da prática da prostituição. O esforço está em analisar o funcionamento do sistema de justiça criminal e as narrativas sobre o crime de estupro junto das percepções das interlocutoras da pesquisa e suas próprias noções e estratégias de enfrentamento.

Creio que estes são os elementos que considerarei relevantes para introduzir as leitoras e leitores e algumas contribuições ao debate que certamente (e felizmente) não se encerra nas discussões aqui presentes.

## **CAPÍTULO 1 PARA PENSAR AS EXPERIÊNCIAS DAS GAROTAS DE PROGRAMA EM FRANCA**

### **1.1 Ciência e Feminismos: leituras epistemológicas a partir das Vozes do Sul**

No presente trabalho optamos pela narrativa das mulheres, garotas de programa, de Franca, usuárias do “Centro de Prevenção em DST/Aids” para pensarmos sua relação com a violência sexual e o estupro, mediados ou não, pelo sistema de justiça criminal. Entender as dinâmicas e relações sociais desenvolvidas por grupos que foram historicamente silenciados exigiu uma aproximação e um mergulho qualitativo nas percepções das trabalhadoras sexuais.

O aprofundamento no conteúdo das narrativas das trabalhadoras sobre seus aprendizados, negociações, limites e as percepções sobre a violência sexual, o estupro e as intermediações do Sistema de Justiça, foi um trajeto importante para descortinar relações de poder e praticar a escuta de mulheres que foram sistematicamente esquecidas. A escolha por entrevistas semiestruturadas permitiu a centralidade das narrativas das trabalhadoras sobre os aparatos judiciais e não o contrário, tendo em vista um contexto estruturado para que seja restrito o acesso à justiça e, em variadas circunstâncias, palco para reprodução de violências (SEVERI, 2016).

A ênfase na visibilidade das experiências das trabalhadoras acompanhou os esforços de teorias feministas em buscar novos sentidos para produção do conhecimento. O intuito em tornar as relações sociais de mulheres analiticamente visíveis estava em estender e reinterpretar as categorias de diversos discursos teóricos. Também em estender os limites propostos pelas teorias, repensar suas afirmações centrais, tornar visíveis as vidas das mulheres e a visão feminista das relações de gênero, cumprindo com a importante tarefa de demonstrar que não há homens genéricos, mas sim, mulheres e homens classificados em gênero, raça, classe, dentre outros marcadores sociais. Dissolver a ideia de um homem universal é também desaparecer com a ideia da mulher oculta e, assim, enfatizar uma infinidade de mulheres situadas em complexos históricos de classe, raça e cultura (HARDING, 1993, p. 9).

O aprofundamento nas problemáticas que atingem as mulheres exige um modo de pensar contextual e narrativo distinto do lugar formal e abstrato ocupado pelos homens, já que o ponto de partida para as experiências é distinto para estes sujeitos, hierarquicamente valorados e posicionados em diferentes lugares sociais. Nega-se, portanto, o conhecimento que se produza de “nenhuma parte”, da universalidade e de um nível de abstração aos quais

desatendem as particularidades. No exame da crítica feminista devemos refletir sobre o que a ciência não faz e as razões das exclusões conformadas através de ausências, reconhecidas ou não. As relações entre o poder e o conhecimento partem do pressuposto da posição privilegiada e hegemônica dos homens na ordem social, o que lhes permite uma visão de mundo que reflete seus interesses e valores, nas palavras de Sandra Harding (1996, p. 24), “[...] um conhecimento parcial e perverso”, apresentado como neutro e objetivo.

Harding (1987) defende que a partir da vida das mulheres devemos identificar e formular as indagações dentro da investigação feminista nas ciências sociais e naturais. Conhecer a partir de um ponto de vista é situar o conhecimento. Para tanto, é necessário entender criticamente a maneira em que as experiências cotidianas são fontes do poder social e analisá-las como um indicador significativo da realidade contra a qual devem contrastar hipóteses na investigação feminista. Ademais, introduzir a experiências das mulheres conduz à incorporação de recursos teóricos e empíricos que não foram considerados na academia androcêntrica, ainda marcada pela perspectiva de homens, brancos, heterossexuais, ocidentais e de classe média.

A proposta por um novo ponto de partida atende ao propósito de construir uma teoria que esteja a favor das mulheres. Se a problemática parte das experiências das mulheres, a investigação será delineada a seu favor. Isto conduz a uma leitura diferente da presente na investigação social tradicional, a qual esteve historicamente a favor dos homens sob o manto de ideais universais. Nós, pesquisadoras e pesquisadores, também nos situamos em um plano crítico, juntamente com o objeto de estudo e, portanto, não somos vozes invisíveis e anônimas de autoridade, mas sim, seres reais, históricos e com interesses particulares e específicos (BACH, 2010, p.83).

Harding (1991, p. 162) contrapõe-se a uma posição que pretende desconsiderar os comportamentos e valores culturais das pesquisadoras e demonstra que quem investiga, também faz parte das evidências empíricas sustentadas na investigação e, por isso, também devem ser expostas a uma análise crítica. A relação entre objeto e quem investiga é chamado pela autora de “reflexividade” das ciências, uma noção que constitui um assunto apropriado para analisar as relações sociais que a ciência carrega na compreensão de seu próprio trabalho.

Uma noção forte sobre a reflexividade dos objetos de investigação requer, para a autora (HARDING, 1991), conceitualizações pautadas nas particularidades culturais de distintos contextos e da própria pesquisadora que está por trás das teorias e métodos. Os saberes produzidos a partir das condições de existência das mulheres e de sua experiência como o *standpoint* feminista possibilitariam a politização da hierarquia entre os gêneros, raça,

classe e, por conseguinte, situaria igualmente o próprio saber científico. Tal postura contrapõe-se à alegada neutralidade nas investigações tradicionais constituídas por posturas políticas que negam não somente a história a qual pretendem explicar, mas também as premissas da opressão social, servindo objetivamente para reproduzi-las.

Nas palavras de Harding (1991, p.143, tradução nossa):

Os valores são conceituados com ineficácia embora seja isso o que faça com que as ciências que adotam padrões fracos de objetividade sejam tão eficazes socialmente: justificativas objetivistas da ciência são úteis aos grupos dominantes que, conscientemente ou não, não pretendem "jogar limpo" de qualquer maneira. Seu caráter internamente contraditório dá-lhe um tipo de flexibilidade e adaptabilidade que torna inviável uma noção coerentemente caracterizada. (tradução da autora)

Assim como Harding (1987), a autora Donna Haraway (1995) irá discutir o conhecimento científico situado e produzido a partir do ponto de vista das mulheres. Escreveu o trabalho “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial” em resposta à obra *The Science question in feminism*, de Harding. Haraway (1995, p. 13) descreve o intento de versões feministas em buscar a desconstrução das alegações de verdade através da demonstração das especificidades históricas.

Em análise que Ana María Bach (2010, p. 96) faz das obras de Haraway, pontua que a autora irá defender, assim, políticas e epistemologias localizadas, do posicionamento e da situação em que a parcialidade e, não a universalidade, será a condição para conseguir um conhecimento válido. Os saberes localizados, para Haraway (1995, p.33) requerem que o objeto do conhecimento seja visto também como ator e agente e não como uma tela, ou recurso. O mundo não fala por si mesmo e nem irá desaparecer em favor de um senhor decodificador. O conhecimento localizado não buscaria, portanto, a parcialidade em si mesma, mas as possibilidades de conexões e aberturas inesperadas que o saber situado oferece.

Em suma, para a autora:

Posicionar-se é, portanto, a prática chave, base do conhecimento organizado em torno das imagens da visão, é como se organiza boa parte do discurso científico e filosófico ocidental. Posicionar-se implica em responsabilidade por nossas práticas capacitadoras. Em consequência, a política e a ética são a base das lutas pela contestação a respeito do que pode ter vigência como conhecimento racional. [...] Estou argumentando a favor de políticas e epistemologias de alocação, posicionamento e situação nas quais parcialidade e não universalidade é a condição de ser ouvido nas propostas a fazer conhecimento racional. São propostas a respeito da vida das pessoas; a visão desde um corpo, sempre um corpo complexo, contraditório, estruturante e estruturado, versus a visão de cima, de lugar nenhum, do simplismo. (HARAWAY, 1995, p. 27).

Além disso, Haraway (1991 apud BACH, 2010, p. 95) sustenta que o discurso da teoria feminista e o estudo crítico colonial se comunicam e necessitam mutuamente um do outro. O binômio “pessoal” e “político” da teoria feminista estaria “determinado” pelo binômio “local” e “global” dos estudos pós-coloniais. O conceito “experiência da mulher”, portanto, abre-se em duas vertentes: “local” e “global”, enquanto cada uma delas segue bifurcando-se em “pessoal” e “político”.

Neste sentido, conforme aponta Yuderkys Espinosa Miñoso (2014), os estudos das feministas descoloniais irão recuperar a crítica que foi realizada ao pensamento feminista clássico a partir das vozes marginais e subalternas de mulheres e do próprio feminismo. O feminismo descolonial elabora uma genealogia do pensamento que enfatiza os pensamentos produzidos desde as margens por feministas, mulheres, lésbicas, pessoas racializadas, dialogando, assim, com os conhecimentos gerados por intelectuais e ativistas comprometidos em dismantelar a matriz de opressões múltiplas, as quais assumem um ponto de vista não eurocêntrico.

O feminismo descolonial, para Espinosa Miñoso (2014, p. 8), realiza uma dupla aposta. Primeiramente, revisar o andamento das produções teóricas realizadas pelo feminismo ocidental branco e burguês. Ao mesmo tempo, avançar na produção de novas interpretações que expliquem a atuação do poder a partir de posições daqueles e daquelas que assumem um ponto de vista subalterno, cujo aporte é fundamental para a produção de novas epistemologias e marcos teóricos que confrontam a produção da verdade hegemônica imposta pela Europa e, posteriormente, pelos Estados Unidos, por meio da força, no momento, e depois da conquista e colonização da América.

Tais apostas foram comentadas por Mohanty (2008, p. 117) como sendo um projeto, primeiro, de desconstrução e dismantelamento; segundo, de construção e criação. A construção intelectual e política dos feminismos de Terceiro Mundo, para a autora, devem tratar tanto da crítica interna dos feminismos hegemônicos do Ocidente como da formulação de interesses e estratégias feministas com vistas à autonomia, à geografia, à história e à cultura.

Uma primeira questão levantada pelos pensamentos feministas descoloniais, pós-coloniais e antirracistas foi a premissa básica da teorização feminista hegemônica de uma opressão baseada no gênero, esta apresentada enquanto categoria dominante fundamental para explicar a subordinação das mulheres. Embora as críticas feministas à epistemologia estivessem centradas na noção sobre como a categoria gênero afeta a produção do saber, e

como o sexismo constitui uma cegueira, não consideraram que gênero nunca opera sozinho e, portanto, de forma separada não poderia explicar a maneira como foram submetidas as mulheres pertencentes a povos não europeus.

Enquanto criticavam o universalismo androcêntrico, produziram uma categoria de gênero que se aplicaria universalmente a toda sociedade e cultura, deixando, assim, de construir explicações sobre a atuação histórica do racismo e da colonialidade como algo importante na opressão da maior parte das mulheres. Para Mohanty (2008, p.122), uma análise da diferença sexual em forma de uma noção monolítica, singular e transcultural do patriarcado ou da dominação masculina levam à construção de uma noção igualmente reducionista e homogênia do que ela chama de “diferença do Terceiro Mundo”.

Neste mesmo sentido Espinosa Miñoso (2014, p. 11, tradução nossa) indica:

Assim, o debate aberto pelas epistemólogas feministas brancas, apesar de seus indiscutíveis aportes, não pode resolver os problemas evidenciados pelas feministas negras, lésbicas e de cor, aquelas que entenderam desde cedo a interconexão profunda entre estruturas de dominação, em particular a relação entre a visão androcêntrica, o racismo, a modernidade e a colonialidade. Ele impediu e segue sem permitir, ainda hoje, que o feminismo, ao problematizar a produção dos conhecimentos e os critérios que acolhe esta produção, de conta da colonialidade que impregna todo seu (próprio) agir. (tradução da autora).

Muitas teorizações feministas foram criticadas por tratar com menor importância as diferenças entre as mulheres, dando um reduzido estatuto de conflitividade e relevância ao que consideraram outras categorias de opressão. O problema apontado estava na forma de pensar compartimentada e independentemente entre as opressões de gênero, raça e classe, como se os dois últimos atuassem de forma distinta e somativa nos grupos de mulheres. Tornou-se criticável uma visão das mulheres que constitui uma unidade de sentido além da multiplicidade de opressões que as diferenciam (ESPINOSA MIÑOSO, 2014, p.11).

Na defesa por uma epistemologia negra, a autora Cláudia Pons Cardoso (2012, p. 72) aponta para incorporação da perspectiva racial tendo em vista como a categoria raça reconfigura a forma que as mulheres negras experienciam gênero na sociedade. As teorias feministas do ponto de vista negro ou perspectiva feminista negra defendem a inclusão das experiências das mulheres negras com intuito de construir um conhecimento útil para as vidas e as lutas das mulheres, contribuindo, assim, para transformar as realidades de exclusão e marginalização, bem como contrapor-se aos paradigmas tradicionais de validação do conhecimento.

Cardoso (2012, p. 73) irá avaliar sobre os acordos e desacordos epistemológicos:

Insisto na defesa da perspectiva de que a tensão interna entre as epistemologias feministas é profícua, na medida em que garante a atualidade do debate e, principalmente, evita a afirmação do sujeito hegemônico e que este se imponha como referente. O referente, em última instância, é a reprodução e perpetuação das epistemologias tradicionais, pois as relações de poder são mantidas na produção de conhecimento, engendrando hierarquias entre os feminismos e as agendas políticas e, principalmente, determinando sobre quem recai a autoridade da fala e a própria legitimidade da fala.

Os debates acerca dos entendimentos sobre gênero, raça, classe e até mesmo a sexualidade, criam muitas tensões entre as vertentes feministas. Neste item, não vamos desenvolver estas questões, pois serão abordadas com maior profundidade no primeiro item do segundo capítulo. As discussões aqui levantadas buscaram tratar a importância das experiências das mulheres a partir de um ponto de vista, feminista, não essencialista, atento às diferenças e crítico à noção tradicional de objetividade na produção do conhecimento. Trouxemos ao debate teorias incluídas neste movimento para que, dentro dos limites deste trabalho, fossem criticadas as bases tradicionais sustentadas por uma ciência hegemônica apresentada universalmente a todas e todos.

Embora tais contribuições sejam fundamentais para pensarmos uma epistemologia feminista, também são pertinentes as posições das feministas descoloniais, pós-coloniais e de Terceiro Mundo quando colocam em análise junto da categoria gênero, as opressões de raça, classe e da própria colonialidade. A construção do conhecimento deve, inevitavelmente, conhecer e considerar as relações baseadas na raça, sexo, classe, idade para que sejam rompidas as práticas colonialistas de dominação e subjugação das mulheres em suas distintas particularidades, presentes não só em nossa sociabilidade, como também difundidas pelos próprios saberes científicos.

## **1.2 A trajetória da autora**

Para pensar as experiências das trabalhadoras sexuais é necessário também pensar a própria pesquisadora e o produto de relações entre ambas, que são os sujeitos os quais irão definir a qualidade do desvendamento da compreensão social.

Na visão de Harding (1991), a pesquisadora deve identificar as causas das crenças e dos comportamentos daquela que estuda, mas também analisar suas próprias crenças e comportamentos ao conduzir uma investigação. Esta seria uma tentativa de conceituar os valores, colocando a sujeita investigadora no mesmo plano crítico das sujeitas entrevistadas.

Além disso, mostra-se como uma tentativa de incluir quem investiga nas próprias evidências empíricas sustentadas, devendo, assim, ser exposta a uma análise crítica.

Neste sentido, a temática proposta e suas problematizações devem ser apresentadas tendo em vista minha trajetória enquanto pesquisadora e membra de coletivos feministas. Farei uma breve, porém significativa, retomada das atuações, dentro e fora da Universidade que suscitaram os questionamentos relacionados com a violência sexual e o trabalho sexual.

As inquietações com relação ao tratamento dispensado às mulheres no campo social, formal e informal, fundado nas hierarquizações entre os gêneros foram primeiramente suscitadas dentro da Universidade Estadual Paulista (UNESP) pela Frente Nacional pela Legalização do Aborto. Ainda localizado o campus da Universidade no centro da cidade, marcado por uma arquitetura que favorecia a comunicabilidade entre as alunas e os alunos, as salas dos quatro cursos existentes - Serviço Social, História, Relações Internacionais e Direito - eram direcionadas para um pátio comum, local em que ocorriam intensas mobilizações políticas. As articulações da Frente, processo que acompanhei nos anos de 2009 e 2010, assim como diversos coletivos de resistência do campus, eram compostos por mulheres de todos os cursos, sendo este um fator importante para a proposição de discussões amplas e com diversas perspectivas.

Apesar de não compor o grupo, foram a partir das oficinas realizadas pelo coletivo que tive o meu primeiro contato com a temática de gênero, o que de pronto gerou intenso desconforto e inquietações quanto aos regramentos sociais impostos às mulheres, elemento que afetava minha vida diretamente e de todas as mulheres que me cercavam. Pela primeira vez, assistia a uma nova dinâmica se desenvolver no ambiente de ensino, começando pela disposição da sala, ocupada por cadeiras todas em roda, possibilitando o diálogo direto, olhando nos olhos de todas que estavam ali e sentindo uma abertura pouco usual, afinal era uma aluna que acabava de deixar o ensino médio e ocupava recentemente os bancos da universidade pública. A vivência com as estudantes do coletivo possibilitou o questionamento de comportamentos desiguais, dentro e fora do âmbito universitário, dispensados a nós, mulheres, pelo fato de pertencermos a um determinado gênero.

A violência e a submissão fundada em construções de papéis sociais tornaram-se alvo de constantes indagações minhas e de outras colegas, embora a Frente perdesse sua força dentro do campus e deixasse pouco a pouco de realizar suas oficinas. Com a finalidade de criar um grupo que discutisse diretamente a questão da violência contra as mulheres reproduzida dentro das próprias Instituições, devendo também ser incluída a Universidade, e também no corpo social, decidimos então criar um novo grupo feminista.

Em um encontro contingencial, eu e outras estudantes interessadas na criação do coletivo, fazíamos um curso de educação popular com fundamentos na teoria de Paulo Freire quando nos deparamos com a professora do curso de Serviço Social, Onilda Alves do Carmo, que acabara de integrar o corpo docente da universidade. Sempre atenta aos recortes de gênero, classe e raça em suas exposições, chamou atenção por dialogar com as alunas e alunos em uma perspectiva emancipatória. Não hesitamos em convidá-la para orientar o primeiro grupo da universidade, composto apenas por estudantes mulheres, para discutir a violência de gênero e os feminismos. Escolhemos o nome da camponesa Margarida Alves para representar nosso coletivo, tendo em vista seu protagonismo na luta pela terra e sua morte brutal preparada por latifundiários.

A partir de 2010, portanto, iniciamos as atividades do Coletivo “Margarida Alves”, carinhosamente apelidado de “Margaridas”, que envolvia tanto a extensão como os estudos, todos acompanhados pela professora Onilda e também contávamos com a presença da professora aposentada, de Serviço Social da UNESP, Israild Giacometti. Os anos que seguiram provaram o acerto na decisão pela auto-organização das estudantes do grupo, apenas composto por mulheres, favorecendo o fortalecimento de cada uma de nós, embora os obstáculos tenham sido inúmeros, inclusive impostos por diversos professores que declaravam publicamente o coletivo como excludente e preconceituoso, já que os homens eram convidados apenas para oficinas abertas e não para as reuniões administrativas.

A repercussão na universidade foi positiva, foram organizadas oficinas abertas a todos os cursos envolvendo a temática das mulheres e as violências a partir de problematizações sobre a mídia, o trabalho nos espaços público e privado, o assédio sexual nas universidades, o aborto enquanto um direito à saúde, dentre outras discussões travadas no ambiente universitário. Foram de extrema importância as intervenções realizadas pelo grupo como ocorreu no evento “A atualidade do 8 de março na realidade da mulher brasileira”, que contou com o apoio institucional da Defensoria Pública; e também o “I Ciclo de Debates Mulher e Relações de Gênero: caminhos possíveis para a construção de políticas de proteção e empoderamento de mulheres vítimas de violência”, ambos no ano de 2012; e, o último organizado, o “II Ciclo de Debates Mulher e Gênero: Mulheres que ousaram: a luta contra a Ditadura”, contando com a presença da companheira Amelinha Teles. Portanto, a pauta de gênero passou a ganhar mais espaço no campus, e, posteriormente, ao lado do Margarida Alves outros grupos se organizaram em torno dos debates acerca da sexualidade, fortalecendo as estudantes e os estudantes que se contrapunham a uma realidade machista, racista, homofóbica, transfóbica, reproduzida em nosso cotidiano, dentro e fora da universidade.

Durante minha trajetória no coletivo também desenvolvemos oficinas em bairros populares, pois, entre os anos de 2010 e início de 2011, o grupo recebeu solicitações de profissionais que trabalhavam com mulheres beneficiadas pelos programas Bolsa Família e Geração de Renda, nos espaços da Assistência Social, em particular nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), em Franca, SP. As questões apresentadas conduziram o grupo a optar por intervenções que pudessem contribuir para o fortalecimento destas mulheres enquanto sujeitas históricas no enfrentamento de desafios que estavam postos para elas e suas famílias, não só no que diz respeito às dificuldades sócio-econômicas, mas também aquelas que incidem na construção de sua identidade de gênero, classe e raça. Optamos pelo método da educação popular e contamos com a participação da orientadora Onilda nas oficinas, durante o ano de 2014.

No final do ano de 2014, encerrei minha trajetória enquanto estudante da graduação na UNESP e concluí o curso investigando o tema da violência doméstica no Brasil a partir de uma perspectiva feminista da Lei Maria da Penha. Foi um período importante de minha formação que me levou a concorrer por uma vaga no Programa de Pós-Graduação em Direito. Anteriormente ao ingresso no mestrado, interessei-me particularmente pela violência sexual e o estupro, tendo em vista o problema da atuação do sistema de justiça criminal operando sob uma lógica inversa à declarada, contribuindo assim, para a dupla-vitimação das mulheres agredidas. Chamou minha atenção as experiências das garotas de programa, mulheres que fugiam ao rótulo de “honestas” exigido pelo direito. Cada vez mais inquietações me moviam. Quem eram essas mulheres? O que pensavam sobre a violência sexual? Como ela se manifestava dentro e fora da prostituição? O que elas pensavam sobre as instituições? Quais os contatos que tiveram com o sistema de justiça criminal? Consideravam a tutela penal adequada para o acolhimento em casos de violência sexual? E percebi que o único e melhor caminho para responder algumas de minhas inquietações, e abrir espaço para novas perguntas, era me aproximando de suas realidades.

### **1.3 A abordagem qualitativa em pesquisa**

A pesquisa centra-se nas percepções sobre a violência sexual, o estupro e o sistema de justiça criminal das garotas de programa, usuárias do “Centro de Prevenção em DST/Aids” desenvolvido pela Secretaria de Saúde do município de Franca. O intuito é investigar, por meio de entrevistas semiabertas, o impacto da criminalização da violência sexual em suas vidas. Utilizarei as narrativas das “mulheres públicas” que tradicionalmente oscilam entre as

figuras de vítimas e desviantes<sup>12</sup>, para analisar como se dá a tutela de seus direitos sexuais ou ainda, sua violação, quando vítimas do crime de estupro.

A investigação caracteriza-se como uma pesquisa empírica qualitativa, tendo em vista meu interesse nas perspectivas das participantes, em suas práticas do dia-a-dia e em seu conhecimento cotidiano. Subjazem à escolha desse instrumental metodológico, minhas visões de mundo e o constante questionamento da realidade. O esforço em me aproximar da subjetividade e agência das garotas de programa apareceram com a definição de meus objetivos e da problemática da pesquisa, os quais indicavam o protagonismo destas mulheres como sendo fundamental para reflexões que versavam sobre suas próprias vidas.

A necessidade em entender as dinâmicas sociais desenvolvidas pelas trabalhadoras e os referenciais teóricos contidos em minha pesquisa, conduziram minhas atividades ao trabalho de campo. Entender os atos, as relações, os significados, as atividades, as situações, as percepções e as opiniões, produto de suas interpretações sobre como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmas, pensam e sentem os processos de violência sexual, institucionalizados ou não, são fundamentais para pensar a lógica interna do grupo que nem sempre são documentados ou quantificados por órgãos governamentais (MINAYO, 2014, p. 57).

Ainda que sejam variadas as técnicas de investigação de caráter qualitativo, assim como os suportes teóricos que as alimentam, neste trabalho foram relevantes algumas características assinaladas por Borgdan e Biklen (1997). A primeira delas é o próprio ambiente natural como fonte direta dos dados para nós pesquisadoras e pesquisadores que ocupamos papel central nas investigações, responsáveis pela observação da realidade social ampla e complexa de cada contexto, as análises e os registros daquilo que observamos. Outra característica refere-se à faceta descritiva da análise qualitativa, impregnada por fenômenos, e os significados que o ambiente lhes outorga, podendo ser descrita por meio de narrativas, ilustradas com as declarações das pessoas para dar fundamento concreto necessário, ou com fotografias, documentos pessoais, fragmentos de entrevistas, documentos, etc.

É essencial a análise do percurso das atividades na abordagem qualitativa realizada em um movimento que eleva de baixo para cima o conjunto de princípios e significados advindos da percepção do fenômeno visto em um contexto. O significado adquire fundamental

---

<sup>12</sup> Becker (2008, p. 22) comenta sobre o desvio: “[...] ele é criado pela sociedade. Não digo isso no sentido em que é comumente compreendido, de que as causas do desvio estão localizadas na situação social do desviante ou em ‘fatores sociais’ que incitam sua ação. Quero dizer, isto sim, que grupos sociais criam o desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-los como outsiders.”

importância e por isso o interesse pela entrevista semiestruturada e o objetivo em estudar o que os sujeitos pensam sobre suas experiências, vidas, projeto, buscando no “invisível” os significados que as pessoas dão aos fenômenos.

Triviños (2015, p. 125) em sua obra demonstra que a perspectiva metodológica qualitativa, na América Latina, surgirá para superar os tradicionais modelos positivistas. A década de setenta será marcada por produções na área da Educação com enfoques fenomenológicos, fortalecendo inclusive as de cunho antropológico, enfáticos em seu caráter antagônico à dimensão quantitativa da pesquisa. Em movimentos do final do século XIX, a exclusividade da quantificação das uniformidades e regularidades foi duramente criticada já que possivelmente acarretaria a descaracterização do que existe de essencial nos fenômenos e processos sociais, além de se abster de examinar a estrutura motivacional da ação humana (SEVERI, 2004, p. 2).

Por outro lado, Minayo (2014, p. 55) destaca que a atividade intelectual fundada na mensuração se tornou hegemônica na produção de dados para se aplicarem às políticas públicas em todo o Ocidente, desde a Segunda Guerra Mundial. Havia uma recusa em relação à análise contextualizada da realidade pelo temor ao risco da ideologização, sendo o trajeto apropriado para a neutralidade do conhecimento, a atividade intelectual mensurável. Muitos, de concepção oriunda do positivismo, consideravam a pesquisa qualitativa útil apenas para fins exploratórios, já que só seria possível alcançar a validade e a fidedignidade por meio de instrumentos padronizados ou técnicas estatísticas.

Observou, Triviños (2015), que o embate dos aspectos qualitativos da educação contrapostos a qualquer possibilidade quantitativa culminou em uma falsa dicotomia quantitativo-qualitativo. Nesta mesma direção, Minayo (2014, p. 57) “[...] entende que cada um dos dois tipos de método tem seu papel, seu lugar e sua adequação. No entanto, ambos podem conduzir a resultados importantes sobre a realidade social, não havendo sentido atribuir prioridade de um sobre o outro.” Portanto, ambas as estratégias metodológicas possuem contribuições importantes na construção do conhecimento, sendo ponto determinante de uma pesquisa, ou ainda, pontos de conflitos, os pressupostos teóricos que irão definir os paradigmas ou visões de mundo daquele que interpreta.

Acerca deste debate, trouxe as contribuições de Howard Becker (1977), em seu texto “De que lado Estamos?”, o qual trata de desconstruir a ideia da neutralidade nas pesquisas científicas e de pronto expõe que o dilema entre ter ou não valores, na verdade, é fruto de um imaginário que supõe ser possível a produção sem a contaminação de nossas simpatias

persoais e políticas. Assim, o autor propõe argumentar que inevitavelmente tomaremos partidos e que a questão contundente versa sobre qual lado nós estamos.

Dentre as acusações possíveis, nos raros casos em que tais simpatias são reveladas, está a do “bias” do trabalho e da distorção de suas descobertas, fato que inviabilizaria a publicação daqueles resultados. Tais apontamentos geralmente surgem quando se dá credibilidade à perspectiva do subordinado, ou daquele/a que Becker chama de desviante, em uma relação hierárquica de poder. Fica evidente que a credibilidade e o direito de serem ouvidos são desigualmente distribuídos pelos grupos do sistema e como consequência, geram dúvidas no plano científico de sua validade, quando se tratam de indivíduos subalternizados. Neste sentido, questiona (BECKER, 1977, p. 128): “Por que acusamos mais frequentemente aqueles que estão do lado dos subordinados do que aqueles que estão do lado dos superiores?”

Do ponto de vista de um membro bem socializado do sistema, qualquer história que é contada por aqueles que estão em posição de privilégio merece ser vista como relato mais confiável, já que estamos moralmente inclinados a aceitar uma definição de realidade imposta por um grupo superior em detrimento de outros subordinados. Assim, o autor defende que a lógica da hierarquia de credibilidade gera dúvidas e acusações às pesquisadoras ou pesquisadores que, por exemplo, escolhem para analisar em um presídio, a perspectiva de prisioneiras ou prisioneiros, ao invés de escutar os guardas, funcionários, ou pessoas em altos cargos de poder. Optar pelo ponto de vista que desafia a ordem estabelecida, exige das investigadoras e dos investigadores clareza quanto à posição dos sujeitos que estamos partindo, para que fique evidente os limites e possibilidades daquele objeto de estudo, bem como as fronteiras às quais nossas descobertas podem ser aplicadas.

Nesta pesquisa refuto a ideia de neutralidade científica que acredito ser inatingível em uma realidade cindida por conflitos de natureza política, ademais de que a anunciação de uma posição ausente de valores e simpatias recai na reprodução de justificativas e explicações de autoridades oficiais, não questionadas e replicadas enquanto pensamento hegemônico.

A preocupação situa-se em apresentar, com rigor, os procedimentos, as técnicas e o marco-teórico metodológico na investigação para que sejam válidas as inferências produzidas e fiquem claras as posições e escolhas realizadas pela pesquisadora. Vale salientar que as questões a serem levantadas durante a investigação e as reflexões suscitadas são apenas um olhar sobre a realidade vivida pelas sujeitas da pesquisa. Não se pretende aqui esgotar a totalidade da realidade social, cuja complexidade transborda os limites de qualquer pesquisa.

#### 1.4 As entrevistas

A entrevista pode ser definida como uma interação social que valoriza o uso da palavra, símbolo e signo privilegiados das relações humanas, por meio da qual os atores sociais constroem e procuram dar sentido à realidade que os cerca (FLICK, 2015). A escolha pelas entrevistas semiestruturadas, neste trabalho, foi devido ao interesse nas percepções e narrativas das próprias trabalhadoras sexuais em relação à violência sexual e ao estupro, também tendo em vista as potencialidades deste instrumento para colher com profundidade, por meio da comunicação verbal, informações sobre determinada problemática.

Para pensar a interação entre pesquisadora e atrizes e atores sociais no campo é premissa básica da reflexão perceber que a interação humana numa situação de entrevista não é apenas um trabalho de coleta de dados, mas sempre uma relação na qual as informações dadas pelos sujeitos podem ser profundamente afetadas pela natureza desse encontro. A prática da pesquisa social empírica é realizada em um contexto contraditório, no qual se reproduzem dissimetrias entre sujeitos distintos, localizados e particulares. Perceber isso não significa que temos que parar com nossas investigações, já que seria apenas uma postura de paralisia científica e não promoveria nenhuma consequência prática. Porém, consiste em enfatizar meios e propostas, a partir das situações criadas e os lastros de aliança, que reflitam os interesses dos entrevistados (MINAYO, 2014, p. 212).

A referida dissimetria deve ser compreendida e assumida criticamente em todo processo de construção do saber. O fato da pesquisadora pertencer a outra classe, concretizada em experiências socioculturais conflitantes, é um dado condicionante nas investigações sociais e na pesquisa de campo junto de outros fatores como, por exemplo, o sexo da pesquisadora ou pesquisador. Portanto, em qualquer trabalho de campo existirá um jogo de cena entre pesquisadora que entra em contato e a fala e o comportamento dos seus interlocutores.

Minayo (2014, p. 215) defende que sempre haverá um “controle de impressões” e a guarda da “região interior” entre interlocutores e pesquisadoras. As atoras em situação de interação, ainda que breve, atuam julgando os motivos uns dos outros e atributos uns dos outros, definindo a situação circundante e qual imagem lhes convém projetar. Assim, cada uma das duas sabe o que deve revelar e o que deseja ocultar, sendo importante perceber que nenhum grupo falará totalmente a “verdade” sobre a sua realidade social.

Na entrevista as interlocutoras agem como intérpretes, apresentando diferentes reconstruções parciais e parcelares da realidade, enquanto a pesquisadora também procede à

sua própria reconstrução da maneira pela qual os primeiros reconstróem a realidade. Portanto, todo conhecimento deve ser visto como um conhecimento aproximado. Além disso, todo conhecimento é situado no tempo e dentro da especificidade histórica e das relações sociais que o permeiam e o condicionam, ou seja, é um conhecimento possível. Este, por sua vez, apresenta-se como uma “verdade possível” e provisória, quando produzidos por um bom trabalho preparatório e de campo, potencializado pelas teorias, estratégias e instrumentos que o tornem bem objetivado, permitindo dar relevância à lógica interna de um determinado grupo (MINAYO, 2014, p. 219).

Na abordagem qualitativa pretendemos conhecer, além das opiniões das pessoas sobre um determinado tema, também as suas motivações, significados e os valores que sustentam as opiniões e visões de mundo. Para atingir este objetivo, a entrevistadora deve assumir um papel menos diretivo para favorecer um diálogo mais aberto com a entrevistada e contribuir para novos aspectos significativos sobre a temática. Assim, a relação intersubjetiva será condição para o aprofundamento, visto que a realidade social não tem existência nos termos da objetividade difundida pelos saberes hegemônicos, mas sim, adquire sentido por meio do conjunto de significados atribuídos na interação social que são passíveis, continuamente, de serem redefinidos.

Para Fraser e Gondim (2004, p. 146):

[...] a entrevista qualitativa é um “texto negociado” resultante de um processo interativo e cooperativo que envolve tanto o entrevistado como o entrevistador na produção de conhecimento. A expressão “texto negociado” deixa transparecer que os resultados de pesquisas que se apoiam em entrevistas semiestruturadas ou abertas são decorrentes de uma produção desencadeada pelo processo ativo de trocas verbais e não verbais entre o participante e o pesquisador. Se de um lado, os pesquisadores de abordagem experimental e quantitativa investem em pesquisas para orientar a adoção de procedimentos metodológicos que venham a minimizar os vieses e a influência do pesquisador no processo de coleta de dados, de outro, os pesquisadores qualitativos afirmam que não há como assegurar tal distanciamento visto sermos seres sociais ativos e estamos continuamente interferindo nos acontecimentos a nossa volta e sendo influenciados por eles.

Deste modo, a entrevista na pesquisa qualitativa visa a compreender parcialmente uma realidade multifacetada concernente a um tempo e um contexto específicos. Ou ainda, compreender as visões de distintos grupos compartilhadas e vivenciadas de acordo com seu momento histórico, localidade, processos de socialização, costumes, etc. Assim, diferentes pesquisadoras investigando sobre um mesmo tema, poderiam, conseqüentemente, chegar a distintas conclusões. Por isso, torna-se defensável que a pesquisadora deixe bastante explícita

suas concepções e visões sobre o assunto, assim como ofereça informações detalhadas sobre as participantes da pesquisa (FRASER; GONDIM, 2004, p. 147).

Sobre os valores dos pesquisadores e possíveis vieses, retomamos as contribuições de Becker (1977, p. 135), quando diz:

Podemos, acho, satisfazer as demandas de nossa ciência deixando sempre claros os limites do que estudamos, marcando as fronteiras além das quais nossas descobertas não podem ser aplicadas sem problemas. [...] Refiro-me a uma retratação mais sociológica, na qual dizemos, por exemplo, que estudamos a prisão através dos olhos dos internos e não dos guardas ou de outras facções envolvidas. Avisamos as pessoas, assim, que nosso estudo nos diz somente como as coisas aparecem a partir daquela posição - que tipo de objeto são os guardas no mundo dos prisioneiros - e não tenta explicar porque os guardas fazem o que fazem ou absolver os guardas do que poderia parecer, a partir da perspectiva dos prisioneiros, um comportamento moralmente inaceitável. Isso, entretanto, não nos protegerá das acusações de bias, porque os guardas ainda ficarão ofendidos pelo quadro desequilibrado. Se aceitarmos implicitamente a hierarquia de credibilidade, sentiremos a ferroada dessa acusação.

A entrevista, quando analisada, precisa incorporar o contexto de sua produção, assim, além da fala, que é o material primordial, a investigadora possuirá elementos de relações, práticas, cumplicidades, omissões e imponderáveis do cotidiano. A partir de questionamentos básicos e interessantes à pesquisa, contido em um roteiro, a entrevista semiestruturada mantém a presença consciente e atuante da pesquisadora e, ao mesmo tempo, permite relevância na situação da atriz. Oferecem amplo campo de interrogativas resultantes de novas hipóteses que aparecem junto das respostas das entrevistadas, ou seja, há uma participação das mulheres na medida em que desenvolvem livremente suas linhas de pensamento e experiências dentro do foco sugerido pela pesquisadora (TRIVIÑOS, 2015, p. 146).

Para Carmona e Díaz (2000), a técnica da entrevista dentro dos marcos da metodologia qualitativa se produz por dados descritivos, sendo eles a própria palavra falada ou escrita, e a conduta observável. Os autores indicam como importante característica deste instrumento seu caráter indutivo em que o desenvolvimento de conceitos, intelecções e compreensões partem dos próprios dados. A postura indutiva é de idas e vindas, ajustando-se constantemente entre a formulação das hipóteses de pesquisa, a elaboração das categorias conceituais, a análise e a acumulação progressiva dos dados advindos do campo de pesquisa (BARBOT, 2015, p. 102).

Neste sentido, a escolha de pessoas para entrevistar é um importante elemento da investigação, o qual permite ampliar a compreensão sobre o tema e explorar as distintas representações sobre a problemática abordada. A pesquisadora não deve buscar uma representatividade no sentido estatístico, mas sim, identificar e explorar os distintos pontos de

vistas demarcados em um contexto. Em um ambiente social específico, o espectro de opiniões é limitado, pois a partir de um determinado número de entrevistas percebe-se o esgotamento das respostas, quando elas tendem a se repetir, ou quando as novas entrevistas não oferecem um ganho qualitativo. Assim, torna-se possível identificar uma estrutura de sentido, ou seja, as representações compartilhadas socialmente sobre determinado tema de interesse comum (BARBOT, 2015; FRASER; GONDIM, 2004).

Considera-se que o número de mulheres a serem entrevistadas deve ser pensado tendo em vista os objetivos da pesquisa. Além disso, deve ser relevante a segmentação do meio social e o que possui pertinência à problemática investigada. Na pesquisa qualitativa é importante apresentar, de forma ampla e representativa, a diversidade dos pontos de vista de determinado grupo, definidos por pessoas que ocupam distintas posições de classe, gênero, raça, etnia, idade, dentre outros fatores, que apontam a necessidade de investigar alguns segmentos sociais específicos ao invés de outros (GASKELL, 2015).

A relação intersubjetiva entre entrevistadora e entrevistada é central na entrevista qualitativa, por permitir a negociação de visões de realidade inseridas na dinâmica social e a construção de conhecimentos que procuram dar sentido aos fenômenos que nos cercam. Contudo, como qualquer técnica de investigação, as entrevistas semiestruturadas também possuem suas limitações, sendo estas relacionadas com a própria interação social entre as atoras, envolvendo omissões, silenciamentos ou ainda os vieses da pesquisadora. Sobre tais limites, discutimos a questão da neutralidade na pesquisa qualitativa e a impossibilidade de atingi-la, tendo em vista um contexto conflituoso e de caráter político.

O intuito nesta pesquisa é a construção com bases nas exigências científicas de validade e confiabilidade. A validade do constructo demanda que a técnica de entrevista escolhida seja a mais adequada para abordar ou mensurar o objeto da pesquisa, permitindo assim, o poder de generalização limitado ao contexto do estudo. Além disso, os procedimentos escolhidos na pesquisa devem ser acompanhados pela construção de um modelo teórico que expressa a estrutura de sentido dos significados declarados pelas participantes.

No tocante à confiabilidade, foi fundamental a avaliação crítica tanto das participantes como da pesquisadora, o que pode ser feito inclusive durante a entrevista. Neste momento foi possível averiguar se as interpretações da pesquisadora faziam sentido para a entrevistada, por meio de perguntas que visam esclarecer pontos de incerteza e também praticando a escuta. Outra alternativa de confiabilidade utilizada foi submeter os resultados à avaliação de outras

colegas pesquisadoras para que fossem discutidas possíveis falhas ou equívocos nos procedimentos e interpretações (FRASER; GONDIM, 2004, p.151).

Conforme o que já foi discutido, noto que qualquer técnica ou método escolhidos encontrarão limites. A própria escolha por um objeto de estudo revela um recorte da realidade descrita. Por isso, as preocupações nesta pesquisa estão relacionadas à clareza quanto às concepções da pesquisadora e o uso adequado das técnicas de pesquisa com a finalidade de minimizar possíveis distorções, equívocos ou ocultamentos.

### **1.5 Caderno de campo**

Além do material das entrevistas foram fundamentais as anotações do caderno de campo contendo observações e reflexões sobre as ações dos sujeitos, o entorno, as expressões verbais, descrevendo-os e fazendo comentários críticos. As anotações de campo referiam-se principalmente às entrevistas individuais e à observação livre, sendo estas, fundamentais na busca por significados e expressões de explicações, às quais permaneceram no trabalho final, foram reformuladas ou mesmo desapareceram. Lembrando que as reflexões podem também versar sobre questões metodológicas ou teóricas com a finalidade de tratar dos pontos em que cabem maiores indagações ou informações.

Oscar Jara Holliday (2006) propõe o exercício da sistematização enquanto processo de aprendizagem que contribui para a reflexão das diferentes experiências e implica na identificação, classificação e reordenamento dos elementos da prática. Irá utilizar a experiência como objeto de estudo e interpretação teórica buscando, assim, a reflexão crítica e o aprimoramento de práticas.

Para o autor:

Parece que o mais característico e próprio da reflexão sistematizadora é que ela busca penetrar no interior da dinâmica das experiências. Algo assim como entranhar-se nesses processos sociais vivos e complexos, circulando entre seus elementos, percebendo a relação entre eles, percorrendo suas diferentes etapas, localizando suas contradições, tensões, marchas e contramarchas, chegando assim a entender esses processos a partir de sua própria lógica, extraindo ensinamentos que possam contribuir para o enriquecimento tanto da prática como da teoria. (HOLLIDAY, 2006, p. 24).

Nesta pesquisa, busquei construir os relatos de campo no sentido que Holliday propõe a sistematização, assim, acompanharei alguns elementos fundamentais que o autor aponta neste processo. Primeiro, a necessidade de partir da própria prática, o que exige a participação

da pesquisadora naquela experiência, ou seja, de tê-la vivido diretamente. Ademais, tê-la registrado o mais perto do momento no qual ocorreu cada fato, incluindo informações claras e precisas do acontecido. O autor (HOLLIDAY, 2006, p. 78) ainda indica três recomendações fundamentais: a definição do objetivo, do objeto e do eixo da sistematização. Aborda o sentido, a utilidade, o produto e o resultado que se espera da sistematização tendo em vista as preocupações da pesquisadora ou equipe, tempo de trabalho e conjunturas. Quanto aos critérios para escolha de experiências concretas e delimitadas, em tempo e lugar, estas dependem do objetivo e da consistência das experiências das participantes no processo de sistematização e o tipo de contexto em que se deram. Por fim, o eixo de sistematização é o fio condutor que atravessa a experiência e se refere aos seus aspectos centrais, dentre eles, o objeto e objetivo, os quais devem ser respondidos neste processo com coerência e alinhados à concepção que propomos.

A sistematização tentou acompanhar uma indicação teórica de referência que guia toda intencionalidade por pressupostos teóricos. O contexto de referência foi decisivo para formular as perguntas iniciais e confrontá-lo, enriquecê-lo e transformá-lo em função das contribuições da sistematização. Assim, procuramos recuperar o processo vivido, reconstruindo a história, ordenando e classificando as informações. A reconstrução da história pode ser feita com a elaboração de uma cronologia a partir dos registros dos fatos e acontecimentos vividos em forma de um conto ou narração. Em muitas situações são necessários na reconstrução da experiência particular, os acontecimentos do contexto, por exemplo, locais, nacionais ou internacionais que se associam a ela e podem ser desenvolvidos em uma cronologia paralela.

E indo mais além da descrição, chegamos à análise, síntese e interpretação crítica do processo, nas quais tentamos localizar as tensões ou contradições que o marcaram e, com esses elementos, concretizar uma síntese que permitisse elaborar uma conceitualização a partir da prática sistematizada. Isto pode ser feito com o uso de um roteiro de perguntas críticas que interrogasse o processo da experiência e permitisse identificar os fatores essenciais que intervieram nesse caminho, explicitando a lógica e o sentido da experiência.

A formulação de conclusões foi dirigida para dar indicativos de respostas aos objetivos propostos no início da sistematização. Estas foram conclusões tanto teóricas como práticas, relacionadas com formulações teóricas do saber constituído e das reflexões advindas da experiência, elementos que permitiram possíveis generalizações de maiores alcances teóricos. Por fim, buscamos tornar comunicável a aprendizagem, apresentando de forma clara e acessível materiais que permitam compartilhar com outras pessoas o aprendido.

## 1.6 Procedimentos de coleta de dados

O primeiro passo dado foi o contato com a Secretaria da Saúde do Município de Franca e o envio do pedido de autorização para realizar a pesquisa contando com o apoio do “Centro de Prevenção em DST/ Aids”<sup>13</sup> e sua equipe multidisciplinar<sup>14</sup>. Não encontrei obstáculos para obtê-la, a qual foi concedida em 10 de junho de 2015. Na oportunidade, indicaram o psicólogo do órgão, João Carlos Doná, para acompanhar a pesquisa e também mediar minha participação, auxiliando com o que fosse necessário.

Encaminharam o seu contato e na mesma semana nos encontramos. João foi amigável e mostrou-se aberto para contribuir com a pesquisa. Autorizou que eu o acompanhasse, junto com a profissional Cristina Bortoletto, também integrante do Centro, a duas idas a campo, momento em que realizam a entrega de preservativos e géis lubrificantes nas casas, bares e ruas. As visitas foram feitas utilizando o carro da prefeitura que nos conduziu a uma casa de prostituição, seis bares do bairro Estação - espaços onde ficam majoritariamente as mulheres cisgênero - e pelas regiões do bairro Guanabara, local em que a maioria das garotas são transexuais, exercendo seu trabalho nas ruas. As visitas foram importantes para iniciar o contato com as garotas de programa em Franca, conhecer os lugares em que batalham, perceber minimamente como se davam os contatos com seus clientes, as donas dos estabelecimentos e os próprios profissionais do Centro. Fui introduzida à Raquel nesta oportunidade, dona da casa de prostituição e pude conhecer algumas das interlocutoras desta pesquisa.

Em relação às informantes chaves, Severi (2010, p. 166) enumera quatro perguntas fundamentais: quem tem a informação relevante? Quais são mais acessíveis física e socialmente? Quais estão dispostos a informar? Quais são mais capazes de comunicar as informações com precisão?

---

<sup>13</sup> O intuito em utilizar o espaço da Secretaria da Saúde foi o de desenvolver a pesquisa amparada por equipe multidisciplinar capacitada e com ampla experiência na temática, a qual possibilitou um contato com as garotas pautado na confiança construída pelo programa. Em um primeiro momento, sugeri ao Conselho de Ética, no projeto submetido à Plataforma Brasil, realizar as abordagens diretamente nas ruas, sem intermediação de nenhuma Instituição, porém foi avaliado que este tipo de abordagem geraria riscos tanto para mim, como para as próprias mulheres entrevistadas. Por esta razão, e também por uma ponderação individual, pensei ser o “Centro de Prevenção em DST/Aids” um caminho interessante para a aproximação das donas das casas e as garotas de programa.

<sup>14</sup> A equipe multidisciplinar é composta por gerente administrativo, dois psicólogos, agente administrativo e dois auxiliares de saúde. Fui acompanhada pelo psicólogo João Carlos Sanches Dona, profissional responsável pela organização das atividades do “Centro de Prevenção em DST/Aids” em Franca, SP (PREFEITURA DE FRANCA, 2015).

Assim, identifiquei as mulheres a quem eu poderia sugerir as entrevistas, mas antes apresentei as propostas das pesquisas à Raquel. Tentei fazê-lo com cuidado tendo em vista a complexidade do tema e a dificuldade de se discutir questões relacionadas à violência sexual. Busquei estabelecer diálogo sem que o convite para a entrevista fosse visto como uma obrigatoriedade e dei destaque aos critérios éticos relacionados ao anonimato das informantes.<sup>15</sup>

Além das seis entrevistas que pude realizar com as trabalhadoras de Franca também fiz o convite para que o psicólogo João Carlos Doná fosse entrevistado, com a finalidade de obter mais informações sobre a história do Centro e suas intervenções na realidade das garotas de programa da cidade. Na conversa com João, tive contato com alguns dos materiais produzidos pelo Centro, pude fotografar a maioria dos cartazes com descrições dos eventos já realizados, em Franca, na temática da prostituição, violência sexual contra as mulheres, diversidade sexual, transexualidade, dentre outros, e também recebi folhetos informativos produzidos pelo Centro.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas. Todos os nomes das entrevistadas foram substituídos por nomes fictícios com a finalidade de manter o anonimato, com exceção de João Carlos Doná que, em razão do cargo que ocupa e sua visibilidade, preferiu manter sua identificação.

## **1.7 O início da coleta**

Era dia 21 de outubro de 2015, encontramos-nos - eu, João e Cristina, ambos profissionais do Centro - em um posto de gasolina para que seguíssemos para o primeiro destino: a casa de Raquel. Era uma noite de quarta feira, as ruas estavam tranquilas e em poucos minutos chegamos ao destino. Paramos o carro da prefeitura em frente a um pátio grande e vazio, rodeado de árvores e adaptado apenas com uma cobertura para o estacionamento dos carros dos frequentadores. Caminhamos até a única entrada que dava para

---

<sup>15</sup> O Comitê de Ética em pesquisa exige a garantia da confidencialidade ou o resguardo das informações dadas em confiança e proteção contra a sua revelação não autorizada. Nesta investigação, a maioria das garotas prefere não revelar sua profissão temendo as possíveis retaliações de familiares, amigos, amigas, parceiros, parceiras, dentre outras, por isso a elevada importância de tal diretriz. Buscamos informar através de uma apresentação clara e acessível, qual era a natureza e objetivos da pesquisa, para que pudessem consentir (ou não) e assentir (ou não) com a entrevista. O processo foi orientado para construção de uma relação de confiança entre a pesquisadora e a participante da pesquisa, estando aberta ao diálogo e a questionamentos. Firmamos o consentimento e assentimento pelo Registro de Consentimento Livre e Esclarecido por um documento escrito e lembramos as participantes que poderiam, a qualquer tempo, desistir de participar da pesquisa, sem quaisquer prejuízos, tendo sua privacidade respeitada.

a parte interna da casa e nos deparamos com um grande salão tomado por mesas e cadeiras de plástico brancas, uma máquina de música e luzes coloridas que iluminavam o espaço. Lá conversavam três trabalhadoras e seus clientes em frente ao balcão que formava quase um cômodo à parte, no canto esquerdo do salão. Nossa chegada foi alvo de imediata atenção, tanto as garotas, como os clientes, lançavam olhares curiosos, e percebendo o clima de desconforto, João agilizou a entrega dos preservativos e géis lubrificantes.

Raquel saiu do balcão e recebeu João com entusiasmo. Séria e discreta conversou com ele em particular, provavelmente sobre a minha presença e a pesquisa que estava realizando. João indicou com as mãos que eu me aproximasse e nos apresentou. Explicou brevemente quem eu era e o trabalho que pretendia desenvolver em campo. Eu introduzi os objetivos da pesquisa e comentei sobre a possibilidade de conversar com as mulheres que trabalhavam na casa. Dada à segurança de anonimato, Raquel se mostrou aberta ao diálogo e ofereceu seu telefone.

Depois passamos por bares e boates no bairro Estação e, nestes estabelecimentos, João me apresentou para as donas dos locais, assim como o fez com Raquel. Algumas se mostraram mais abertas, oferecendo seus contatos, outras aparentavam certo receio, principalmente, as donas das boates. Ao final da visita, passamos pelo bairro Guanabara, e acompanhei a entrega dos preservativos e géis para as mulheres transexuais que trabalham em pontos de prostituição, nas ruas.

Após a primeira ida a campo com o Centro, entrei em contato com Raquel e quando o fiz, não imaginava que ali se dariam a maioria de minhas entrevistas, tampouco que ela estaria tão disposta a compartilhar suas experiências e a facilitar a aproximação com as meninas. Pude visitar a casa algumas vezes, passando por alguns momentos de descontração junto delas. O preparo dos almoços caseiros das garotas por Raquel, que já cheiravam na calçada, o entusiasmado e marcante encontro entre elas e um colega comerciante, o qual fazia visitas na casa para vender roupas íntimas, dentre outros contatos informais em suas rotinas que indicavam uma forte vinculação entre as trabalhadoras e Raquel.

Na casa de Raquel foram feitas três entrevistas. Foram situações delicadas porque Raquel me indicava os dias que poderia ir, os menos movimentados, assim não atrapalharia o trabalho das mulheres. A casa funciona de dia e de noite, e, em geral, o período noturno é mais movimentado, ainda que clientes apareçam durante o dia também. A primeira entrevista realizada foi com Luciana que, apesar da timidez no início, ficou animada com a conversa que se prolongou por quase cinquenta minutos. Como dentro da casa era mais movimentado, deixamos de fora uma mesinha com algumas cadeiras e fizemos a entrevista na garagem. Ela

insistiu que sua prima, pessoa de sua confiança, a acompanhasse durante a entrevista, portanto, ficamos nós três na garagem durante a conversa, sem interrupções de clientes ou pessoas transitando pelo local.

Depois de quase duas semanas, retornei à casa de Raquel, que indicou o dia menos movimentado e autorizou minha ida. Nesta ocasião, conversei com Roberta e, diferentemente da visita anterior, um de seus clientes dificultou a entrevista. Quando estávamos nos ajeitando nas cadeiras deslocadas para a garagem, ele encostou em um carro próximo à mesa e foi insistente nos seus questionamentos. Roberta parecia aborrecida por suas atitudes e ele intensificava cada vez mais a abordagem inconveniente. Não iniciamos a entrevista até ele sair. Nesse meio tempo, ele questionava o que eu fazia ali, se eu queria trabalhar no bar da Raquel e, embora minhas respostas fossem curtas, não desistiu facilmente de ficar no local, chegando até mesmo a pedir para que eu o convidasse para uma entrevista. Quando o cliente saiu do local, Roberta suspirou impaciente, dizendo que além de seus inconvenientes, contou vantagem para ela o tempo todo e ainda fez o pagamento da pior forma para ela, no cartão de débito. Depois pudemos fazer a entrevista sem interrupções e com maior privacidade e, ao final, senti um agradável clima de empatia com Roberta.

Finalmente, voltei à casa de Raquel quase um mês depois, já em dezembro. Essa visita foi mais curta, quando conversei com Bárbara. Falei sobre as entrevistas e esclareci objetivos e questões éticas. Concordaram com o diálogo, no entanto, Bárbara se sentiu insegura com a presença do gravador e pediu para que fosse feita a entrevista sem o instrumento. Ocorre que a falta do gravador, as respostas curtas e pouco desenvolvidas, impossibilitaram que fosse utilizado esse material para análise, ainda que tenha sido proveitoso o nosso curto diálogo. Junto com Jéssica, não fomos interrompidas durante a entrevista e pudemos conversar por alguns minutos.

Durante este período, mantive contato com o João, e, ainda em dezembro, ele me enviou o telefone de uma trabalhadora sexual antiga da cidade, sua amiga, a Beth, que havia encontrado na central de ônibus da Franca enquanto fazia campanhas de prevenção e comentou sobre a minha pesquisa. Ela passou seu contato na ocasião e disse para João me enviar. Conversamos por telefone, circunstância em que ela relatou orgulhosamente ter participado de outras entrevistas e palestras e, portanto, concordava em conversar comigo também. Amigavelmente, sugeriu que a entrevista fosse feita em um final de tarde, na sua casa, local onde mora com a filha e as netas.

Começou 2016, neste ano, por indicação de João e também de Beth, entrei em contato, na cidade de Ribeirão Preto, a 80 km de Franca, com a ONG Vitória Régia. Primeiramente,

fiz uma reunião com a assistente social Regina Brito, que há mais de dez anos participa das atividades das ONG, desde o seu surgimento, momento em que as trabalhadoras sexuais da cidade se organizaram como um grupo de resistência diante da morte brutal da companheira Nicole, jogada para fora de uma camionete por seu cliente ainda presa pelo cinto de segurança. Fora cruelmente arrastada numa longa Avenida de Ribeirão.

Fomos repetidas vezes a campo na cidade de Ribeirão, o que me auxiliou a pensar a realidade de Franca. Em nossas idas concentramos as visitas à Baixada, local que fica próximo da rodoviária da cidade e no centro antigo de Ribeirão. Também fomos com frequência ao bairro Salgado Filho, local conhecido pelo alto fluxo de garotas de programa, mulheres cisgênero e transgênero, na Avenida Brasil. Durante um ano e seis meses indo a campo, junto da Regina Brito e a doutoranda em Ciências Sociais Eulália Fabiano, pudemos construir muitos projetos e reflexões coletivas sobre o trabalho sexual em Ribeirão. Também firmamos laços com algumas companheiras, garotas de programa, do Salgado Filho que passaram a integrar a ONG Vitória Régia.

Simultaneamente, continuei em contato com o João, em Franca. Houve um intervalo de tempo sem realizar as entrevistas, tendo em vista as dificuldades de entrar em contato com as garotas, que muitas vezes mudavam o número de telefone ou de local de trabalho. Também houve situações em que combinávamos dia e local, mas elas não apareciam ou desistiam. Interpretei diante de minhas visitas e vivências que era difícil participar de uma entrevista quando temiam serem descobertas enquanto prostitutas por suas famílias, parentes e amigos, e nem sempre a garantia do anonimato era um motivo tranquilizador. Ademais, ainda que a sugestão para o local de encontro fosse dada pelas próprias trabalhadoras, sair da rotina de trabalho ou da família para uma entrevista nem sempre se mostrava algo viável.

Foi um momento difícil em que me deparei com seus trânsitos e também com o temor de que fossem identificadas. Tentei entrar em contato novamente com mulheres que já tinham sido entrevistadas, mas muitas tinham deixado as casas onde trabalhavam ou trocado o número de seus celulares. Portanto, encontrei dificuldades com o retorno, em reestabelecer o diálogo e até mesmo apresentar para elas as entrevistas transcritas. Ou ainda, em marcar novas entrevistas com as mulheres que eu já tinha feito um contato durante as idas a campo com o João.

Contudo, no mês de junho de 2016, João enviou-me o contato de outra amiga antiga sua, Isabel. Liguei para ela, conversamos sobre as entrevistas e os objetivos da pesquisa. Ela foi muito amável e demonstrou confiança por eu ser uma pessoa indicada pelo João. Combinamos nosso encontro em uma terça feira, dia indicado como o mais tranquilo da

semana. Em uma chácara, distante do centro da cidade, porém no limite urbano de Franca, cheguei e me perdi num espaço tão grande: primeiro me deparei com algumas das garotas que se arrumavam para trabalhar; logo depois, chegou Isabel.

Sentamos em uma sala escura ao lado de um grande salão onde colegas seus realizavam a faxina. Descobri que Isabel era quem costumava fazer este trabalho, mas como havia combinado a entrevista, gentilmente deixou sua tarde toda reservada para conversarmos. Na sala estávamos eu, Isabel, Mariana e Rafaela. As duas últimas eram trabalhadoras que exerciam seu ofício nas chácaras e queriam saber do que se tratava exatamente a entrevista. No início da conversa, quando falávamos mais sobre as trajetórias de Isabel, de onde era, por que estava vivendo em Franca, tanto Mariana quanto Rafaela ficaram junto na sala. Depois foram fazer outras atividades e discretamente deixaram a sala onde apenas eu e Isabel conversávamos.

Terminada a conversa com Isabel, demos um intervalo, enquanto ela transitava de um lado para outro, arrumando seu quarto, estendendo roupas, dentre outras atividades. Depois realizei a entrevista também com Mariana, uma mulher jovem, forte e firme nos seus posicionamentos. Durante a entrevista, fomos algumas vezes interrompidas por seus colegas que limpavam o salão ao lado e passavam fazendo brincadeiras e gestos para ela. Ao final, depois de conversar com as duas, Isabel me convidou para um café. Descemos para outra construção aberta onde tinha uma mesa grande, uma pia espaçosa e a parede decorada por uma pintura na parede dos irmãos Metralha. O café de Isabel ela fazia “de olho”, não tinha receita para suas quantidades. Conversava enquanto misturava o café na água fervida e depois o passava no coador de pano, levantando um cheiro agradável que trazia a sensação de acolhimento. Em copos americanos tomamos seu café enquanto proseamos sentadas na longa mesa e observávamos o sol que quase já se punha, encerrando assim, mais um encontro prazeroso, agora sem registro de gravadores ou qualquer formalidade contida em uma entrevista.

Entrevistei sete garotas de programa. A duração das entrevistas foi em média de 30’ a 60’. Inicialmente, questionei sobre o percurso das mulheres, de onde vinham, por que estavam na cidade, locais em que trabalhavam e trabalham. Na sequência as perguntas estavam relacionadas com suas condições para a realização do programa e contato com seus clientes, agenciadores, agentes estatais. Por fim, questionamos sobre o Sistema de Justiça e a violência sexual, dentro e fora de seu ambiente de trabalho. O intuito era também deixar espaço para que elas desenvolvessem seus pensamentos a partir dos pontos que consideravam relevantes e não ficarmos presas apenas ao que estava posto no roteiro de perguntas.

## 1.8 Organização e análise das entrevistas

A organização dos dados foi feita a partir da análise de conteúdo proposta por Lawrence Bardin (2011).

A autora divide este processo em três polos cronológicos: a pré-análise; a exploração do material e o tratamento dos resultados; a inferência e a interpretação. A primeira é a fase da organização propriamente dita e o momento em que são escolhidos os documentos a serem submetidos à análise, a formulação de hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final. Nesta etapa é fundamental que seja feita a leitura flutuante, cujo contato com os documentos e o conhecimento do texto dará subsídios para que a pesquisadora seja invadida por impressões e orientações. Pouco a pouco a leitura fica mais precisa tendo em vista as hipóteses emergentes e as projeções de teorias adaptadas sobre o material, o que abrirá caminhos para que seja feita a escolha dos documentos. A constituição de um *corpus* permitirá a submissão do conjunto de documentos selecionados a procedimentos analíticos, implicando, portanto, escolhas, seleções e regras (BARDIN, 2011, p. 126).

Dentre as principais regras, está a da exaustividade, a qual indica a necessidade de ter em conta todos os elementos do *corpus*, sem deixar de fora qualquer um em razão da dificuldade de acesso ou qualquer outro motivo que não seja justificável no plano do rigor. Além disso, a amostra de uma investigação deve seguir a regra da representatividade para que os resultados obtidos possam ser generalizáveis ao todo. É necessário perceber a distribuição dos caracteres dos elementos tendo em vista que um universo heterogêneo requer uma amostra maior que o universo homogêneo. Ainda enfatiza (BARDIN, 2011, p. 128) a regra da homogeneidade, pois os documentos retidos devem obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora deles, ou seja, devem ser utilizadas técnicas idênticas que possibilitarão a obtenção de resultados globais ou a comparação entre si dos resultados individuais.

O próximo passo é a formulação das hipóteses e objetivos por meio dos procedimentos de análise. A hipótese trata-se de suposição originária da intuição e que permanece suspensa até que seja submetida à prova de dados seguros. E o objetivo é a finalidade geral a que nos propomos, ou seja, o quadro teórico nos quais os resultados obtidos serão utilizados. Orientada por algumas hipóteses vagas da fase de pré-análise dos dados e os objetivos elencados, é feita a referenciação dos índices e a elaboração de indicadores. O trabalho preparatório da pesquisadora permite, em função das hipóteses e dos índices presentes nas

análises, a sua organização sistemática em indicadores. Os índices podem ser as menções explícitas de um tema em uma mensagem e os indicadores correspondem à frequência do tema na fala da depoente que pode de maneira relativa ou absoluta se repetir. Finalmente, antes da análise propriamente dita, é feita a preparação do material, como no caso deste trabalho, pela transcrição das entrevistas (BARDIN, 2011, p. 130).

A fase exploratória do material consiste em operações de codificação, classificação e categorização. Neste momento, a interpretação referencial alcança grande intensidade, a reflexão e a intuição com base nos materiais empíricos conduzem ao aprofundamento de ideias que podem até mesmo chegar a propostas básicas de transformações nos limites das estruturas específicas e gerais. Por fim, o tratamento dos resultados obtidos é feito para adquirirem significância, validade e funcionarem para estabelecer quadros de resultados que condensem as informações presentes na análise.

Em síntese, buscamos brevemente desenvolver neste capítulo como será feita a coleta de dados na pesquisa desenvolvida com apoio do “Centro de Prevenção em DST/Aids”. Perpassamos, pela abordagem, condução e retorno às depoentes a partir das considerações éticas vigentes, levantamos aspectos da entrevista semiestruturada, utilizada na investigação e sua sistematização através do caderno de campo. Por fim, trouxemos elementos da análise de conteúdo cuja referência foi a obra de Lawrence Bardin, autora primordial para se pensar no conjunto de técnicas que dão sentido, solidez e validade às produções científicas. Escolhi este trajeto metodológico com a finalidade de organizar tanto a mim, como às minhas leitoras qual caminho pretendo percorrer na pesquisa para contribuir, ainda que em um plano reduzido, com inferências válidas e passíveis de serem utilizadas por outras pesquisadoras.

## CAPÍTULO 2 CORRENTES TEÓRICAS FEMINISTAS NO DEBATE SOBRE A PROSTITUIÇÃO E AS RELAÇÕES DE PODER NO DIREITO

### 2.1 Conceitos e reflexões feministas sobre a diferença

Refletir a prostituição também é pensar em conceitos que adquiriram centralidade nos debates feministas. Os desenvolvimentos teóricos e práticos na história desse pensamento nos conduzem às categorias que foram relevantes em momentos específicos, propondo um novo olhar sobre as diferenças. A análise crítica das distribuições desiguais de poder não constituem um todo unificado nas reivindicações feministas e, conseqüentemente, são variadas as formas de atuação e proposição por estratégias políticas de transformação da realidade.

Neste item, desenvolveremos o percurso de algumas categorias úteis nos campos feministas<sup>16</sup> para analisar as posições de subordinação que as mulheres têm experimentado nas diversas sociedades. É importante sinalizar que os saberes e as resistências das mulheres estiveram presentes em outros momentos históricos, embora muitos dos registros de nossa participação tenham sido ocultados pelas narrativas oficiais. Aqui, dadas às limitações do trabalho, vamos nos restringir a algumas das categorias de análise que aparecem nas reflexões sobre o mercado do sexo e a violência contra as mulheres, no Brasil, e nos dão aportes para discutir o contexto das garotas de programa em Franca, SP.

“Por que falar sobre gênero?”, questiona Adriana Piscitelli (2009, p. 119) em seu texto “Gênero: a história de um conceito”. Ao retomar os pensamentos feministas sobre o que foi chamado de diferença sexual, insere no debate o caminho traçado pelas formulações que explicam as distribuições desiguais de poder entre homens e mulheres no plano social e cultural. Expõe, no seu trabalho, como as diferenças antes tidas enquanto naturais ou biológicas, convertiam-se em desigualdades “naturalizadas”. E em qual sentido tiveram que ser canalizados os esforços na elaboração de novas categorias capazes de desmontar o duplo procedimento de naturalização mediante o qual as diferenças atribuídas a homens e mulheres eram consideradas inatas; e as desigualdades percebidas como resultado inescapável dessas diferenças. Neste contexto, o conceito de gênero acionado por feministas foram úteis justamente para destacar o caráter cultural e social das distinções entre homens e mulheres, ou ainda, das ideias de feminilidade e masculinidade.

---

<sup>16</sup> A expressão é usada no sentido proposto por Sônia F. Alvarez (2014) em *Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista*.

O conceito de gênero foi elaborado e reformulado em momentos específicos da história das teorias sociais sobre a “diferença sexual” e impulsionou diversas lutas empreendidas pelos movimentos feministas e, neste trabalho, pensaremos no enfrentamento à violência contra as mulheres. Maria Amélia de Almeida Teles e Mônica de Melo (TELES; MELO, 2012, p. 14), nas reflexões sobre “O que é violência contra a mulher?”, explicam que a categoria gênero demonstra e sistematiza as desigualdades socioculturais existentes entre homens e mulheres que repercutem na esfera da vida pública e privada de ambos os sexos, impondo a eles papéis sociais diferenciados construídos historicamente. Apontam que, com o uso desse instrumento, pode-se analisar o fenômeno da discriminação sexual e suas imbricações relativas à classe social, às questões étnico-raciais, intergeracionais e de orientação sexual.

Ainda, nas produções de feministas brasileiras, é relevante o trabalho de Heleieth Saffioti (2001, 1997) quando analisa as diversas “Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero” e a própria “Violência de gênero: e o lugar da práxis na construção da subjetividade”. A autora indica que o conceito de gênero e as respostas às dominações sexistas não possuem a mesma matriz no pensamento feminista e nem sempre serão lidas enquanto categorias isoladas. Tendo em vista que as experiências e contextos das mulheres são distintos, também são heterogêneas as respostas frente à discriminação de gênero e sua articulação com outras categorias analíticas (raça, etnia e classe social). Nas palavras de Saffioti<sup>17</sup> (1997, p. 72): “[...] tem-se a acrescentar a maior complexidade da situação quando se lida com o nó de três contradições sociais e não apenas com uma delas, sobretudo em virtude das clivagens que este nó produz nas classes e nas categorias de gênero e de raça/etnia.”

Na militância feminista brasileira, nas teorias feministas e nas articulações para políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres latino-americanas, a categoria de análise gênero amplia o entendimento sobre as relações de poder e oferecem ferramentas substantivas para os movimentos em um dos seus objetivos: desessencializar a subordinação da mulher. Contudo tensões relativas às diferenças internas ao movimento são reivindicadas por mulheres:

---

<sup>17</sup> É interessante destacar também a leitura que Fabiana Severi (2016, p. 28) faz do nó de opressões apresentado por Saffioti, ao discutir a violência contra as mulheres e o projeto feminista de legalidade no Brasil: “A própria Saffioti buscou compreender o sistema de exploração-dominação ou dominação-exploração baseada no sexo/gênero como algo que permeia todos os níveis institucionais, seja na esfera privada ou na pública, de modo imbricado com outros sistemas, como o capitalismo e o racismo, fundindo-se em um único sistema de dominação-exploração (nó de opressões). É impossível isolar a responsabilidade de cada um desses três sistemas (patriarcado-racismo-capitalismo) pelas discriminações e violências praticadas contra mulheres. Isso não significa que a simbiose entre eles seja harmônica ou pacífica, mas sim uma unidade contraditória. A depender das circunstâncias históricas, cada uma das contradições que integram o “nó” frouxo e móvel formado entre as estruturas de gênero, de raça/etnia e de classe social adquirem relevos distintos e resultarão em formas específicas de opressões vividas por cada mulher ou grupo relativamente homogêneo de mulheres.”

negras, do “Terceiro Mundo”, prostitutas, indígenas, camponesas, transexuais, lésbicas, dentre outras. Criticou-se a distinção de sexo, apresentada enquanto natural e gênero como construção social, também o seu isolamento para explicar as opressões de mulheres marcadas por outras diferenças substanciais entre si. Foram intensamente trabalhadas novas categorias que buscassem desestabilizar a categoria mulher e suas representações homogêneas.

As reivindicações por novas lentes na produção de conhecimento e de políticas sociais ganham contornos precisos no Dossiê sobre a Violação dos Direitos das Mulheres Negras Brasileiras, organizado por Jurema Werneck e Nilza Iraci (2016, p. 14):

No Brasil, os assassinatos de mulheres negras tiveram um aumento de 54.2% em 10 anos (2002-2013). No mesmo período, houve redução de 9.3% dos assassinatos de mulheres brancas. No período 2011-2013, 16 mulheres morreram assassinadas por dia, 488 por mês, 5.860 por ano. 45% eram mulheres jovens (10 a 29 anos). As taxas de homicídios de mulheres foram mais altas nas Regiões Centro-Oeste (7.81), Nordeste (7.31) e Norte (7.26), entre estas, a maioria era negra. As taxas das Regiões Sudeste (4.82) e Sul (4.26), foram também extremamente altas. Em todas as Regiões, as mulheres negras foram as principais vítimas de assassinatos de mulheres, à exceção da Região Sul. 87% na Região Nordeste, 81% na Região Norte, 71% na Região Centro-Oeste, 55% na Região Sudeste e 18% na Região Sul. A taxa de homicídios de mulheres negras em todo o país é 2.25 vezes mais alta do que a taxa de homicídios de mulheres brancas.

As constatações do documento, dentre outras investigações<sup>18</sup>, demonstram que o racismo institucional e sistêmico pode ser um ponto de partida para entender as posições das mulheres nas relações de poder. Werneck e Iraci (2016, p. 11) utilizam o conceito de *racismo patriarcal heteronormativo* para definir “[...] o racismo atuante no Brasil e seus modos de atuação a partir do sexismo e das fobias LGTB.” Sob esse conceito os processos de subordinação, violência e inferiorização das pessoas negras, na perspectiva interseccional<sup>19</sup>, adquirem ferramentas que atingem de formas específicas as pessoas situadas em posições femininas dentro do espectro das identidades de gênero.

Ainda, nas palavras de Jurema Werneck (2009, p. 160-161):

Sabemos que tem sido a partir de condições profundamente desvantajosas em diferentes esferas que nós, mulheres negras, desenvolvemos nossas estratégias cotidianas de disputa com os diferentes segmentos sociais em torno de possibilidades de (auto)definição. Ou seja, de representação a partir de nossos próprios termos, a partir do que projetamos novos horizontes de luta. Estratégias que devem ser capazes de recolocar e valorizar nosso papel de agentes importantes na constituição do tecido social e de projetos de transformação. [...] Portanto, compreendo e reafirmo a importância das demandas e questões que justificaram e justificam as articulações heterogêneas que nos constituem como agentes políticas,

<sup>18</sup> Ver *Mapa da Violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil* (WALSELFIZ, 2015).

<sup>19</sup> Trabalharemos mais adiante o conceito de interseccionalidade.

como mulheres negras. Tais situações exigem de nós mobilização permanente e ações contundentes, uma vez que representam confrontos a ameaças reais e palpáveis à nossa sobrevivência física, material e simbólica.

Refuta-se, portanto, o entendimento de que existe um único ponto de vista válido tanto das mulheres, de modo geral, como de grupos; também se questiona a representatividade de uma mulher universal. Abre-se espaço para a emergência de diversos referenciais epistemológicos construídos a partir de outros marcadores sociais como raça, sexualidade, idade, localidade. O ponto de vista das mulheres negras, por exemplo, confronta as práticas dominantes de conhecimentos e coloca centralidade nas próprias mulheres negras e suas experiências (CARDOSO, 2012, p. 73).

As feministas negras desarmam a premissa básica da teoria hegemônica baseada em gênero como categoria dominante fundamental para explicar a subordinação de mulheres. E pautam que enquanto a episteme feminista clássica criticava o universalismo androcêntrico, produziram a categoria gênero e aplicaram universalmente a toda sociedade e cultura, sem questionar a forma com que o sistema de gênero é um constructo que surge para explicar a opressão das mulheres nas sociedades ocidentais. Assim, os conceitos e explicações distanciados da atuação histórica do racismo e da colonialidade passam a ser questionados (ESPINOSA MIÑOSO, 2014, p. 9).

Audre Lorde (1987) , em outubro de 1979, participa do painel “o pessoal é político” durante conferência do Instituto das Humanidades da Universidade de Nova Iorque e comenta sobre os ensaios que tratam o papel das diferenças nas vidas das mulheres norte-americanas. Inicia sua fala advertindo que a ausência de raça, sexualidade, classe e idade diminuem qualquer discussão feminista sobre o pessoal e o político. Indica que, como mulheres, nos ensinaram a ignorar nossas diferenças ou tratá-las com suspeita, em vez de apreciar a sua força para transformação. Tais ausências estavam evidentes na falta de mulheres lésbicas negras ou de mulheres terceiro-mundistas e seus conhecimentos naquele próprio espaço que ocupava. Até mesmo, porque, para Lorde (1987, p. 91) “[...] *las herramientas del amo nunca desarmarán la casa del amo.*” Talvez permitam temporalmente ganhar em seu próprio jogo, mas nunca as deixaram efetuar uma transformação genuína. E este fato é uma ameaça somente para as mulheres que ainda definem a casa do amo como o único recurso de apoio. Em suas palavras (LORDE, 1987, p. 91, tradução nossa):

São nossas filhas as que fazem fila na Rua 42 (uma zona de prostituição de Nova Iorque), confirmava a feminista afroamericana Audre Lorde, convidada nos fins dos anos de 1970 a um painel sobre “O pessoal e o político” em Nova Iorque. Interpelando as feministas que estavam ali, aprofundou a crítica ao racismo do feminismo branco:

“Se a teoria branca americana não tem que tratar com diferença entre nós, nem com as diferenças que resultam nos aspectos de nossas opressões, então, como vocês lidam com o fato de que as mulheres que limpam suas casas e cuidam dos seus filhos enquanto vocês assistem a conferências sobre a teoria feminista, são, em sua maioria, pobres e mulheres terceiromundistas? Qual é a teoria por trás do feminismo racista?”

Neste sentido, vem a proposta em *enegrecer o feminismo*, de Sueli Carneiro (2003, p. 118) e o movimento em designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Busca-se, assinalar, por um lado a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construído em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essa iniciativa, engendra-se uma agenda específica que emerge da condição de ser mulher, negra, e, em geral, pobre; e afirma-se uma perspectiva negra feminista na luta antirracista, no Brasil.

Karina Bidaseca (2012), em seu texto, “*Voces y luchas contemporâneas del feminismo negro. Corpolíticas de la violencia sexual racializada*”, discute a herança colonial do capitalismo globalizado racista e sexista e aponta as diferenças relacionadas às violências no Terceiro Mundo ou Sul Global. Indica que as diásporas formadas nas políticas da memória de colonialismos, imperialismos e escravidão fundariam a consciência das lutas das feministas negras. “O negro” do feminismo negro, para a autora, expande a riqueza de experiências e a dimensão emancipadora das vozes subalternas.

A associação entre feminismo e o campo de estudos sobre a dominação colonial presente nos estudos pós-coloniais na América Latina permite compreender a subalternidade das mulheres a partir do racismo, classe, sexualidade e a colonialidade constituintes das relações de gênero. Além disso, produzem a crítica à retórica salvacionista<sup>20</sup> e à narrativa imperialista do que foi chamado de “feminismo branco”. Sexismo, racismo e exploração de classe irão formar um novo eixo articulador do feminismo marcado pelas diferenças entre mulheres de “Terceiro Mundo”, ressaltando os sistemas interrelacionados de dominação que determinam a agência feminina<sup>21</sup> (BIDASECA, 2011, p. 65).

A representação das mulheres de “Terceiro Mundo” como categoria monolítica predominou em algumas linhas de pensamento hegemônicas do Ocidente cujos conteúdos

<sup>20</sup> Sobre a retórica salvacionista dos feminismos hegemônicos consultar o texto *Perturbando o texto colonial. Los estudios (pos)coloniales em America Latina* (BIDASECA, 2010).

<sup>21</sup> A agência pode ser entendida como a capacidade de cada pessoa para realizar seus interesses em oposição ao peso do costume, tradição, vontade transcendental ou outros obstáculos individuais e coletivos. O objetivo da autonomia e expressão das capacidades constitui um método de resistência e delimitação de limites para dominação sob a forma de um ato de enfrentamento quando as condições assim o permitam (MAHMOOD, 2006, p. 127).

colonizavam de forma discursiva as heterogeneidades materiais e históricas das mulheres, envolvendo assim, na maior parte das vezes, uma relação de dominação estrutural e de supressão das diferenciações entre as variadas sujeitas.

O que resulta problemático é a utilização do uso de mulheres como categoria de análise estável e unidade universal e a-histórica fundada na noção generalizada de subordinação. Deixa de ser considerada analiticamente a produção de mulheres enquanto grupos socioeconômicos e políticos dentro de contextos particulares, bem como suas distinções de classe e raça, entre outras opressões específicas. Neste sentido, a crítica que Mohanty (2008, p. 150) dirige ao feminismo ocidental não são contrárias à generalização, porém defende a construção de generalizações cuidadosas e historicamente específicas. Pressupor as mulheres como grupo constituído e coerente com interesses idênticos, sem importar sua classe social, as contradições raciais, geográficas, os trânsitos migratórios, implica uma noção de gênero a ser aplicada universalmente a todas as culturas.

As mulheres que questionam os feminismos hegemônicos ou feminismos no Norte Global percebem, portanto, ausências sintomáticas da agenda feminista: o racismo, a lesbofobia e a colonização. E assim, como foram reivindicadas pelas feministas negras, também o foram por outros movimentos populares, por exemplo, das mulheres indígenas. O caráter permanentemente colonial da frente estatal (empresarial-midiática-cristã) e a maneira com que intervém nas comunidades conduz ao que Rita Laura Segato (2014, p. 599) explica pela intrusão molecular que se apodera das estruturas que gravitam em torno de todo um ordenamento da vida dos povos indígenas, transformando-os, comendo-lhes o miolo e deixando apenas uma carcaça oca.

Para Segato (2014, p.597) é importante refletir o que chama de mundo-aldeia frente ao pacto estatal-empresarial sustentado pela colonização econômica e a colonização pelo discurso de direitos e da esfera pública. Com uma mão se entrega aquilo que se retirou com outra: a criação de leis que buscam defender as mulheres indígenas da violência é proposta pelo mesmo Estado o qual enfraquece suas instituições e o tecido comunitário que as protege. Assim, as hierarquias de gênero da vida em comunidade convertem-se em hierarquias de alto impacto e maior capacidade de dano às mulheres indígenas quando atravessadas pelas normativas estatais.

A partir das noções apresentadas, entendemos que as ferramentas teóricas dos feminismos de “Terceiro Mundo”, negros e pós-coloniais pelo uso de categorias de articulação ou interseccionalidade, nos convidam a pensar sobre a cartografia do poder global pelo que se chama de sistema colonial de gênero. Utilizaremos a noção de Maria Lugones (2008) sobre a

denominação categorial e também a colonialidade em uma perspectiva de gênero.<sup>22</sup> Contudo consideramos importante, também, outros entendimentos que emergem no campo feminista, dentre a pluralidade de atores e atrizes dos movimentos de mulheres concernentes às lutas ligadas à redefinição do *status* das mulheres construída em uma perspectiva crítica e situada no diálogo entre saberes e demandas dos grupos subalternizados (SEVERI, 2016, p. 40).

Para Lugones (2008, p. 81) a interseccionalidade revela o que não se vê quando categorias como gênero e raça se conceptualizam uma separada da outra. Inseridas na modernidade eurocentrada capitalista, todas as mulheres são racializadas e assignadas a um gênero, porém, nem todas são dominadas ou vitimizadas por esse processo. Assim, pensar apenas na categoria mulher, seleciona como norma aquelas pertencentes às famílias burguesas, brancas, heterossexuais; isolar a categoria homem seleciona os burgueses, brancos, heterossexuais; e a categoria negro, aos homens heterossexuais negros e assim sucessivamente. Em um processo binário (homem/mulher; feminino/masculino; negro/branco; indígena/civilizado; elite/povo), dicotômico (campo/cidade; urbano/rural; centro/periferia; norte/sul; aldeia/Estado) e hierárquico (moderno/tradicional; desenvolvido/atrasado), Lugones, Kimberlé Crenshaw<sup>23</sup> e outras “*mujeres de color feminista*” argumentam que as categorias foram entendidas como homogêneas, selecionando ao dominante, no grupo, como sua norma.

---

<sup>22</sup> As categorias articuladas e a colonialidade de gênero nos termos trabalhadoras por Lugones (2008, p. 93), em diálogo e em ampliação ao conceito de colonialidade do poder formulado por Aníbal Quijano, podem ser lidas no seguinte trecho: “Conceber o alcance do sistema de gênero do capitalismo eurocentrado global, é entender até que ponto o processo de redução do conceito gênero ao controle do sexo, seus recursos e produtos é constitutiva da dominação de gênero. Para entender essa redução e entramado da racialização e o engendramento, devemos considerar se a organização social do sexo pré-colonial inscreveu a diferenciação sexual em todos os âmbitos da existência incluindo o saber e as práticas rituais, a economia, a cosmologia, as decisões do governo interno e externo da comunidade. Isto nos permitirá ver se é o controle sobre o trabalho, a subjetividade/intersubjetividade, a autoridade coletiva e o sexo, é dizer, os âmbitos da existência no trabalho de Quijano, estavam engenerizados. Dada a colonialidade do poder, creio que também poderemos afirmar que contar com um lado oculto/obscuro e com um visível/claro é característico da co-construção entre a colonialidade do poder e o sistema colonial/moderno. Problematizar o dimorfismo biológico e considerar a relação entre dimorfismo biológico e a construção dicotômica de gênero é central para entender o alcance, a profundidade e as características do sistema de gênero colonial/moderno. A redução de gênero ao privado, ao controle sobre o sexo e seus recursos e produtos é uma questão ideológica apresentada ideologicamente como biológica, parte da produção cognitiva da modernidade que conceptualiza a raça como engenerizada e ao gênero como racializado de maneiras particularmente diferenciadas entre as/os europeias/eus/ brancas/os e as pessoas colonizadas/ não brancas. A raça não é nem mais mítica, nem mais fictícia que gênero - ambas são ficções poderosas.”

<sup>23</sup> O termo interseccionalidade foi utilizado por Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177), na primeira metade da década de 1990. Atuando como advogada e em busca de elementos para formular políticas no enfrentamento à violação dos direitos humanos das mulheres, em escala global, dará ênfase à interseccionalidade. O uso articulado das categorias trata da forma como ações e políticas geram opressões que fluem ao longo de eixos, confluindo e, nessas confluências constituiriam aspectos ativos de desempoderamento. Usa a imagem de avenidas que se cruzam, estando as mulheres no entrecruzamento, enfrentando simultaneamente os fluxos que confluem, oprimindo-a.

Uma vez que a interseccionalidade nos mostra o que se perde, o desafio feminista está em reconceitualizar a lógica da intersecção para evitar a separabilidade das categorias dadas e o pensamento categorial. O trabalho com categorias articuladas oferece instrumentos analíticos para apreender a relação entre múltiplas diferenças e desigualdades. Não se trata apenas da diferença sexual, nem da relação entre gênero e raça, ou entre gênero e sexualidade, mas da diferença, em um sentido amplo, e das interações entre possíveis diferenças presentes em contextos marcados pela colonialidade de gênero. Em outras palavras, o uso do termo intersecção (LUGONES, 2008; CRENSHAW, 2002; SEVERI, 2016) remete à coexistência de eixos de poder - raça, classe, sexualidade, gênero, por exemplo -, que se sobrepõe na vida do indivíduo de um modo único e qualitativamente diferente, produzindo dimensões diferentes de subordinação que não podem ser analisadas apenas como uma somatória de fatores.

As categorias existirão em, e por meio das relações entre elas. Por isso, o nome de categorias articuladas. As categorias de diferenciação não são idênticas e coexistem em relações, íntimas, recíprocas e contraditórias. E nas encruzilhadas dessas contradições escapariam as estratégias para mudança ou políticas de agência diversificadas que envolvem coerção, negociação, cumplicidade, recusa, compromisso e revolta. Por isso, as diferenças podem ser apresentadas como relacionais e contingentes. Desta forma a pergunta a ser feita é: se a diferença remete à desigualdade, à opressão ou à exploração? (MCCKLINTOCK, 2013; PISCITELLI, 2008).

Nesta abordagem ficam evidentes os aspectos dinâmicos e relacionais da identidade social. A maneira com que a identidade se modifica, como resultado da prática articulatória, e os processos mediante os quais os indivíduos se tornam sujeitos, não significa apenas que alguém será submetido a um poder soberano. Há outros elementos que dispõe possibilidades para o sujeito. Assim, os marcadores de identidade como raça, gênero, sexualidade, classe não serão formas de categorização exclusivamente limitantes, já que ofereceriam, simultaneamente, recursos que possibilitam a ação<sup>24</sup> (PISCITELLI, 2008, p. 268).

---

<sup>24</sup> Saba Mahmood (2006, p.127) , nos marcadores orientalistas da construção de Mulheres de Terceiro Mundo para seus próprios contextos de violência, aponta para a necessidade em assumir um papel crítico na complexificação e alargamento nos debates sobre gênero em sociedades não ocidentais, para além dos registros simplistas da submissão e patriarcalidade. Mahmood trabalha a agência feminina e a revisão da erudição no Médio Oriente, a qual retratou ao longo de décadas, a mulher muçulmana e árabe como passiva e submissa, presa às estruturas da autoridade masculina. Essa produção acadêmica avança no sentido de restaurar a voz ausente da mulher nas análises das sociedades do Médio Oriente, mostrando as mulheres como agentes ativos e constituidores de uma consciência feminista; às vezes reprimida, às vezes acionada e articulada contra as normas culturais hegemônicas das sociedades árabes islâmicas. A autora é importante para pensarmos a agência das mulheres no trabalho sexual e a necessidade de se retomar as vozes ausentes das garotas de programa em seus distintos contextos.

Interessa-nos discutir como as construções de diferença e as distribuições de poder incidem no posicionamento (des)igualitário no trabalho sexual e nas possibilidades de ação e dominação das garotas de programa, em Franca, SP, em relação à violência sexual e ao sistema de justiça criminal. Perceber a dinâmica das relações entre as garotas de programa, seus clientes, as agenciadoras, as instituições, dentre outras vinculações estabelecidas, conduziram a pesquisa para chaves de leitura que desestabilizassem o que foi chamado de categoria “mulher” na produção feminista.

A inserção a campo junto de mulheres diversas, variando entre 18 e 56 anos de idade, autodecladas negras, pardas e brancas; parte delas de origem rural, outras de origem urbana; já tendo passado por relacionamentos ou casamentos e transitado entre distintas profissões além do exercício da prostituição, foram elementos que comunicaram uma multiplicidade de categorias articuladas posicionando-as diferentemente entre as relações de poder.

As experiências de garotas de programa, em Franca, são afetadas por aspectos que não podem ser compreendidos considerando uma ou duas categorias de diferenciação, tais como gênero e sexualidade, por exemplo. Essas mulheres são afetadas em seus deslocamentos e permanências, pelas imbricações entre noções de sexualidade, gênero, raça, idade, classe, também pela conformação de laços sociais que se articulam nos diferentes locais. Além disso, a articulação entre marcadores de diferenças podem ser ativados independentemente de que estas garotas estejam ou não vinculadas ao mercado do sexo. Os limites e potencialidades vivenciados por essas mulheres não é homogêneo e o conjunto de diferenciações aparece ora como desigualdade, ora como possibilidade de subversão e resistência. Conseqüentemente, a noção unitária e a-histórica da dominação masculina e da imagem da mulher estável e padronizada pareceram insuficientes para tratar as narrativas das garotas de programa que pude conhecer e dialogar a campo.

Os aprendizados, os afetos, as experiências e as violências narradas pelas garotas de programa, de Franca, nos indicam a importância da agência e os efeitos das categorias intersectadas que as atingem de maneira diferenciada. As inserções destas mulheres no mercado de trabalho, as dinâmicas das relações pessoais e amorosas, inclusive as possibilidades em exercer o trabalho com dignidade e proteção à integridade física e psicológica das profissionais, estarão condicionadas ao contexto em que atuam e à noção de diferença que as acompanham.

No próximo item, trabalharemos como a prostituição e a sexualidade, articuladas com outras categorias, foram pensadas nos debates desenvolvidos sobre o mercado do sexo pelas críticas pós-coloniais. Em continuidade, pretendemos desenvolver a questão do agenciamento

e o tratamento dado pelo Estado brasileiro às políticas que tratam sobre a prostituição voluntária e também as disputas em torno das políticas transnacionais no debate sobre tráfico de pessoas e a exploração sexual, no Brasil.

## 2.2 Entre prazeres e perigos: o mercado do sexo e a sexualidade no mercado

Usamos o termo prostituição em nosso primeiro item, assim como, mencionamos garotas de programa e prostitutas, para designar a atividade laboral exercida pelas mulheres trabalhadoras de Franca. Uma diversidade de maneiras é evocada na literatura para nomear as mulheres que realizam prostituição<sup>25</sup>. Essas diferenças de termos não expressam apenas uma mudança terminológica, mas também contém a visão de mundo e entendimento que as mulheres têm sobre si e sobre a prostituição que desempenham. Em Franca, as garotas se autodenominavam de garotas de programa e falavam em prostituição, assim o nomearei aqui, intercalando com termos que dão a ideia de trabalho ao exercício de suas profissões.

Piscitelli (2005, p.7) nos chama atenção para a diversidade de trabalhos sexuais existentes e os distintos sujeitos presentes no que ela nomeia de *mercado do sexo*. A escolha pelo conceito busca a compreensão da heterogeneidade dos trabalhos exercidos no mercado e

---

<sup>25</sup> Os movimentos de prostitutas, no Brasil, na luta pela integridade física e pelo respeito à vida, ao trabalho, à sexualidade e aos direitos, desde as primeiras mobilizações, entre os anos de 1979 e 1982, até os dias de hoje, irão usar estrategicamente distintos termos para caracterizar a profissão. Destacamos o II Encontro Nacional de Prostitutas, no Rio de Janeiro, em 1989, que, além da pauta dos direitos fundamentais contra a AIDS e contra a violência policial, incluiu outra reivindicação: apareciam os direitos trabalhistas. Logo após o segundo encontro sob uma forte influência do Programa Nacional de DST-Aids, as brasileiras trocaram o nome de prostitutas por *trabalhadoras do sexo*. Então, ganha um novo nome o III Encontro Nacional das Trabalhadoras do Sexo, em 1994, composto por trabalhadoras, não mais mulheres genéricas, reivindicando saúde e integridade.

No ano de 2004, no marco do Planejamento Estratégico da Rede Brasileira de Prostitutas, Gabriela Leite e outras lideranças propuseram voltar a adotar, de maneira mais radical, o nome *prostituta*. Tratava-se de um esforço em adotar/criar um sujeito prostituta (e não só a mulher trabalhadora sexual) como veículo identitário e como sujeito de direitos, além de constituir uma estratégia política e estética na luta contra a vitimização e o estigma. A política de identidade, “ser prostituta” e “assumir a identidade” passaram a ser elementos centrais no discurso de direitos humanos da Rede Brasileira de Prostitutas cuja luta contra a violência policial transformou-se em uma luta simbólica contra o estigma e a negatividade, dando origem a novas necessidades e aspirações e a novos símbolos (OLIVAR, 2012, p.96).

No marco do IV Encontro da Rede Brasileira de Prostitutas, muitas mulheres fizeram do sujeito *puta* um ponto para suas afirmações, construíram o sujeito *puta* como aquele que não precisa se envergonhar de seu trabalho, pelo seu sexo e pelo que fazer com seu corpo. Muitas afirmaram o seu desejo de serem prostitutas, seu prazer em serem putas e, longe das versões mais estabelecidas do enfoque laboral, muitas delas atestaram a satisfação e a autonomia que a prostituição lhes dá e a vinculação do seu prazer erótico com a prática da prostituição. Os enfrentamentos dos movimentos tiveram enorme eficácia política e o foco no trabalho permitiu às prostitutas organizadas construir alianças e combater largamente o estigma de vadiagem que, por décadas, cossustentava a violência contra elas. Um exemplo é a inclusão das “Profissionais do Sexo” na Classificação Brasileira de Ocupações e seu ganho simbólico na luta pela visibilidade, a dignidade e a identidade (OLIVAR, 2012, p. 93).

também enfatiza a demanda e os diversos desejos das pessoas que procuram serviços sexuais. Falar apenas em prostituição é ocultar a complexidade de uma lista imensa de atividades desempenhadas: bordéis, boates, bares, discos, saunas, linhas telefônicas eróticas, sexo virtual através de internet, casas de massagem, serviços de acompanhantes, agências matrimoniais, hotéis, motéis, cinemas e revistas pôrnos, filmes e vídeos, serviços de dominação e submissão, sado-masoquismo, prostituição na rua, etc. As noções e preferências dos agentes situados, de um lado da demanda, indicam a percepção dos consumidores da ampliação de um mercado global que não se restringe ao que popularmente é conhecido como “programa”. De outro, os agentes situados na oferta, sendo não apenas mulheres cisgênero, como também homens cisgênero, mulheres e homens transexuais, em contatos homoafetivos, heteroafetivos, ou ainda, relacionando-se em termos que transbordam os limites dessas classificações.

Falamos em uma diversidade de agentes situados para compreender variados tipos de inserção em um jogo de oferta e demanda de sexo e sensualidade que, marcado pela mercantilização, não necessariamente assume a forma de um contrato explícito de intercâmbio entre sexo e dinheiro. Um exemplo interessante que vale ser introduzido aqui, para depois nos debruçarmos a partir das percepções de nossas narradoras, é a figura do “velho que ajuda” ou “homem que ajuda”, meio através do qual as garotas que não são consideradas prostitutas, procuram apoio econômico e estabilidade mínima. Esses senhores que ajudam também são assinalados no universo do turismo à procura de sexo, em diversas partes do mundo, envolvendo estrangeiros ricos <sup>26</sup> (PISCITELLI, 2005, p. 8).

A discussão atual sobre mercado do sexo foi muito influenciada pelas inquietações em relação à migração, no Brasil. As diferentes posições foram delineadas, sobretudo, na discussão internacional em relação à pornografia e prostituição e desdobradas no estatuto legal que a prostituição deveria assumir. Não trataremos neste item sobre a legislação concernente ao trabalho sexual para nos aprofundarmos mais adiante nos aspectos formais da lei brasileira. Contudo nos importa abordar os impactos dos debates e entendimentos sobre

---

<sup>26</sup> Em texto escrito sobre o mesmo tema, mais de dez anos depois, Piscitelli (2016, p. 10) produz a seguinte crítica: “A análise dessas trocas permite perceber o principal problema da noção de mercados do sexo. Ela não é inteiramente satisfatória, não por remeter a uma ideia de “economia de mercado” ou de “comércio”. [...] A questão é que a noção de mercados do sexo está ancorada numa separação entre mercados do sexo e casamento, realizada de maneira corrente por Bourdieu e os seus discípulos, que a análise dos intercâmbios sexuais e econômicos conduzem ao casamento leva a problematizar. [...] a noção de economias sexuais oferece uma perspectiva fértil para considerar o conjunto de intercâmbios econômicos e sexuais, uma vez que, longe de fazer uma separação entre mercados do sexo e casamento, permite explorar como essas trocas articulam ambos mercados.”

sexualidade e gênero, articulados com outros marcadores, no mercado do sexo a partir das produções feministas pós-coloniais.

Nas investigações brasileiras são referência desta corrente de pensamento os textos publicados, desde a década de 1990, principalmente por antropólogas/os, nas revistas *Estudos Feministas* e *Cadernos Pagu*. As autoras contribuíram no aprofundamento de temas relacionados ao mercado do sexo, as relações de poder no contexto da prostituição e do turismo sexual prestando séria atenção às margens de agência de mulheres e adolescentes. Dentro deste marco, foram fundamentais os debates sobre mercado do sexo, levando em conta as distribuições desiguais de poder que permeiam as trocas e sua expressão na articulação entre gênero e outras categorias de diferenciação, como raça, idade, classe, localidade. As pesquisas irão se aprofundar nas noções de subalternizações e estigma, assim como suas interferências nestes intercâmbios, sem ignorar as dimensões de agência que se abrem nas trocas.

Contudo os pensamentos feministas apresentam diferenças relevantes em relação ao significado concedido à sexualidade. Essas divergências nos entendimentos de acadêmicas e ativistas, no eixo anglo-saxão, da segunda onda do feminismo foram chamadas por Piscitelli (2005, p. 13) de “batalhas do sexo”. As investigações oscilavam entre as representações da prostituta enquanto escrava sexual ou, em um polo oposto, a imagem de sujeitas subversivas dentro de uma ordem social sexista. A pornografia e a prostituição operaram como divisores de águas nos debates entre as percepções alocadas em polos dicotômicos, ou ainda, no trânsito entre esses polos, sendo fundamentadas em complexos significados sobre a função do sexo. Algumas autoras, a exemplo de Catharine Mackinnon (2014) e Andrea Dworkin (1989), irão pensar a sexualidade fundada em um sistema patriarcal como elemento que obstaculiza o reconhecimento de mulheres portadoras de direitos civis.<sup>27</sup> Outras como Gayle Rubin<sup>28</sup> (1993)

---

<sup>27</sup> Os movimentos nos Estados Unidos, durante o século XX, final nos anos 1970 e início dos anos 1980, dividiram opiniões entre as feministas radicais ou protecionistas e as feministas expansionistas. Não cabe o desenvolvimento aprofundado do pensamento de cada uma das autoras e suas correntes neste espaço. Desenvolveremos nosso trabalho na perspectiva das feministas expansionistas e recomendamos, para entender a problemática na visão das feministas radicais, as seguintes leituras: *Feminismo inmodificado: Discursos sobre la vida y el derecho* (MACKINNON, 2014) e *Pornography: men possessing women* (DWORKIN, 1989).

<sup>28</sup> Maria Filomena Gregori (2016, p. 185) comenta sobre seu pensamento: “Para Rubin, a inter-relação sexualidade-gênero não pode ser tomada pelo prisma da causalidade, nem pode ser fixada como necessária em todos os casos. Nesse sentido, ela adota uma posição de aliança com as minorias sexuais e elabora as bases de um novo repertório de conhecimento sobre as sexualidades não circunscrito ao casamento heterossexual. Conhecer e defender as minorias sexuais (aquelas que adotam as práticas menos valorizadas ou até proibidas) corresponde à tentativa de expandir as fronteiras do que é aceito pela legitimação social de que o prazer não apenas libera como emancipa. Nesse caso, é feita uma aposta na capacidade de transgressão que essas práticas sexuais não sancionadas têm na contestação de normas de sexualidade e gênero e na criação de novas identidades coletivas.”

desenvolverão a ideia de sistema sexo, gênero e das construções sociais das mulheres em termos de sistemas culturais, ou seja, em contextos específicos nos quais serão operacionalizadas relações de poder.

Nas últimas décadas novos olhares sobre o serviço sexual emergiram, apresentando a categoria sexo como um terreno de disputa e não mais um campo fixo de posições de gênero e poder. As produções antropológicas brasileiras dialogaram muito entre si e receberam ecos indiretos das perspectivas pós-coloniais nas formulações sobre sexualidade e prostituição, destacando-se as contribuições de Anne McClintonck (1993) e Kamala Kampadoo (2005).

No cenário internacional, ao longo da década de 1980, grupos de trabalhadoras e trabalhadores sexuais se difundiram por diversas partes do mundo e nesta década realizaram dois congressos mundiais de prostitutas, em Amsterdam e Bruxelas. Durante este período, alguns setores da academia se aproximaram deste movimento, apoiando as ideias que delas surgiam. Em 1993, a autora Anne McClintonck, organizou uma seção no periódico estadunidense “*Social Text: Sex Workers and Sex Work*” inteiramente dedicada ao comércio sexual, incluindo os ensaios escritos pelas trabalhadoras do sexo na revista. Esse procedimento foi considerado uma ação política radical que tomou como pressuposto a legitimidade das ações das próprias trabalhadoras e contestou frontalmente o estigma vinculado à prostituição.

Outra coletânea marcante foi a *Global Sex Workers*, no final da década de 90, organizada pela acadêmica Kamala Kampadoo e por Jô Doezema (1998), autora que se apresenta como uma trabalhadora sexual. Os textos se aprofundaram na contextualização do trabalho sexual e os aspectos legais vinculados a seu exercício tendo em vista a realidade das mulheres do “Terceiro Mundo” inseridas no mercado transnacional e no mundo globalizado. Novas leituras feministas despontavam sobre a prostituição contando com contribuições das próprias trabalhadoras em um processo de visibilização das estruturas racistas e do imperialismo cultural presente nos discursos internacionais sobre o serviço sexual. Também, contestando as abordagens feministas que percebiam as trabalhadoras do sexo como inerentemente vítimas (passivas) da violência sexual.

Os aportes dos feminismos pós-coloniais foram fundamentais para desestabilizar as categorias utilizadas pelo feminismo “ocidental” e as formulações produzidas no marco de interesses articulados em países do Norte. Neste contexto, as produções feministas brasileiras, principalmente, na antropologia, sobre o mercado do sexo, ampliam o debate

sobre o tráfico de pessoas e exploração sexual, e, conseqüentemente, enriquecem as produções tratando da prostituição voluntária.<sup>29</sup> Dentre os distintos pontos de vista, as problemáticas aparecem emergindo das intersecções entre relações de poder estatais, capitalistas, patriarcais e racializadas, com os desejos de ação ativados pelas mulheres. Além disso, consideram a oferta e demanda de serviços sexuais/sensuais no mercado transnacional do sexo e as convenções corporais e os códigos de gênero produzidos no marco das desigualdades que permeiam os países do Norte e do Sul (KAMPADOO, 2005). E as categorias de gênero, raça/etnia, idade, nacionalidade, região, idade, dentre outras, se intersectando, articuladas, construindo-se umas através das outras, em processos de erotização e viabilização de consumo erótico (PISCITELLI, 2013a, p. 379).

Outro ponto relevante foram os debates sobre gênero e sexualidade, categorias que se encontram em disputa no campo feminista e dão elementos para questionar o aprisionamento de gênero dentro de divisões binárias e da sexualidade atravessada por uma linha divisória entre homens e mulheres, estabelecida enquanto continuidade entre “sexo” e gênero. A ideia de identidades de gênero coerentes e estáveis que transcendem classes sociais, raça/etnia, inclusive entre culturas e nacionalidades, foi repensada por autoras e autores<sup>30</sup>, as/os quais contribuíram com a ampliação das noções sobre diferença, gênero, sexualidade e poder no mercado do sexo.

As novas leituras sobre trabalho sexual ofereceram contribuições que desestabilizam essa linearidade, tornando mais complexas as leituras sobre alocações de características consideradas femininas e masculinas e das relações de poder que permeiam nichos específicos do mercado do sexo. Nesta linha de pensamento, são interessantes as construções de Anne McClintock (2013) em “*Maid to Order: Commercial Fetishism and Gender Power*”, trabalho presente na coletânea citada acima, em que trata o sexo sadomasoquista e argumenta essa modalidade de comércio do sexo pela economia da conversão. Nesse âmbito, para a autora, de uma maneira teatral e ritualizada, os papéis são trocados em um jogo no qual se altera a relação entre homens e poder; e de mulheres e submissão. Nos usos das parafernálias e dos símbolos das culturas cotidianas através do exagero, o poder encontraria abertura para mudanças, ou seja, a modalidade de troca de sexo por dinheiro representaria hierarquia, diferença e poder, e os reverteria transmutando os significados sociais que toma emprestado.

---

<sup>29</sup> Ver *Cadernos Pagu e Estudos Feministas*. A discussão é debatida pelas/os autoras/es, dentre outras/os: Adriana Piscitelli, Ana Paula Silva, Ela Wiecko de Castilho, Elaine Silva Pereira, Thaddeus Blanchette.

<sup>30</sup> Ver Maria Filomena Gregori, Elisiane Pasini, José Miguel Nieto de Olivar, Dolores Juliano, dentre outras/os.

McClintock permite pensar que não é possível reduzir linearmente as interações sexuais comerciais à ideia da submissão feminina e da dominação masculina, ainda que sejam substanciais as restrições produzidas pelos códigos de gênero. Nas palavras da autora (MCCKLINTOCK, 2013, p. 91, tradução nossa), o sexo consensual sadomasoquista representa:

O sadomasoquismo consensual consiste em exibir o "primitivo" (escravo, bebê, mulher) como um personagem no tempo histórico da modernidade. O S/M coloca o "irracional primitivo" como um roteiro dramático, uma performance comunitária no coração da razão ocidental. A parafernália de S/M (botas, chicotes, correntes, uniformes) é a parafernália do poder do Estado, punição pública convertida em prazer privado. S/M joga o poder social para trás, visibiliza a hierarquia pela encenação, a diferença e o poder, o irracional, o êxtase e a alienação do corpo como sendo o centro da razão ocidental, revelando assim a lógica imperial do individualismo, mas também irrevogavelmente recusando-a como um destino. O S/M manipula os sinais de poder para recusar sua legitimidade como natureza. Daí a severidade incontestável da lei no policiamento comercial S/M.

O S/M<sup>31</sup> é lido em seu lado contestatório e opera no registro do teatro e na análise de várias expressões como escolhas e práticas sexuais que só podem ser inteligíveis pelas encenações. As cenas, cenários e personagens revelam mais as contradições presentes no interior das dinâmicas do poder social de que a cópia ou reprodução da sexualidade heterossexual. Assim, o S/M comercial, o lesbianismo S/M e as manifestações S/M entre homens gays são para a autora, no limite, problematizações dos modelos que supõe naturalidade, inatismo ou normalidade entre as fronteiras que delimitam homens e mulheres, ou ainda, comportamento sexual masculino (ativo) e feminino (passivo). As fronteiras que separam o prazer da dor, o comando e a submissão perpassam os conteúdos e inscrições presentes nas relações entre sexualidade e suas assimetrias em termos de gênero, idade, classe e raça (MCCLINTOCK, 2013, p. 90; GREGORI, 2016, p. 177).

Através de depoimentos de trabalhadoras sexuais que vendem seus serviços como *dominatrix*, McClintock (2013, p. 95), mostra que nesse cenário é mais comum encontrar no cliente homem o desejo em ocupar a posição de escravo. Ainda que existam outras formas de S/M comercial em que mulheres, como clientes e trabalhadoras, estão na posição subalterna, é mais frequente que os clientes escravos paguem alta quantia de dinheiro para limparem o chão, lavar roupas sujas, esfregar as paredes de uma *dominatrix*. Portanto, inverte-se a equação que separa a esfera masculina do mercado e a esfera feminina do lar, sendo os

---

<sup>31</sup> S/M é uma abreviação para "sadomasoquismo". A sigla aparece na bibliografia utilizada e se refere a jogos eróticos inspirados em fantasias de dominação e submissão (MCCLINTOCK, 2013; GREGORI, 2016).

clientes aqueles que pagam para realizar o serviço pesado do lar, trabalho não remunerado e executado por mulheres empregadas ou esposas (GREGORI, 2016, p. 177).

Maria Filomena Gregori (2016, p. 178) vê tais práticas e enredos com interesse para entender a organização das relações entre violência, gênero e erotismo. Contudo, pondera que não devemos desconsiderar que as experiências podem constituir um empreendimento de risco a partir de atos inseridos em negociações delicadas. Os riscos e as operações de controle das várias modalidades de S/M indicam que é necessário analisar detalhadamente os contextos em que elas se apresentam e as relações sociais e pessoas envolvidas. Para a autora a preocupação com a segurança e o consentimento das/os praticantes funciona como ideal, sem que sejam facilmente acessíveis ou garantidos.

A tensão entre prazer e perigo se localizará na zona fronteira dos limites da sexualidade. A investigação detalhada das práticas sexuais acionadas e aquilo que nelas são mobilizadas importam para refletirmos as práticas eróticas. De modo relacional, pensar sobre gênero e sexualidade a partir de experiências e referências eróticas, também é tratar sobre normas sociais, âmbito que nos constitui sem que possamos inteiramente escolher. Entretanto, de forma paradoxal, tais normas nos fornecem recursos e repertório para as escolhas e resistências que apresentamos (GREGORI, 2016, p. 195).

Neste sentido, as fantasias são relevantes para analisarmos as situações, referências, imagens, fragmentos de memória e sensações que, mesmo sendo gestadas em torno e no campo das normas, apontam para além delas, expressando a contingência das normas de sexualidade e gênero. De um lado, é importante notar as normas que são definidas socialmente constituindo o real e, de outro, observar a contingência que abre espaço para mudanças ou até mesmo superação de certas desigualdades implicadas em marcadores de diferença. Estes, antes de serem considerados estáveis ou definitivos, estão abertos à imaginação e à contestação.

Este percurso nos permite verificar a centralidade da discussão nas diferentes interpretações acerca da sexualidade, gênero e mercado do sexo e como elas se inserem nas relações de poder. As relações entre estrutura e agência, entre determinações absoluta e relativa de fatores estruturais e o grau de possibilidade de ação das agentes sociais são muito debatidos. Ainda que se reconheça a existência de uma ordem sexista, esta não será vista como totalmente determinante, pois enquanto táticas culturais podem desestabilizar o poder ou operar de modo a reforçá-lo. Essa nuance será trabalhada com maior especificidade pelas narrativas das garotas de programa de Franca e suas perspectivas sobre o que pode ser

interpretado pela noção de autonomia, ou ainda, as circunstâncias que extrapolam os limites impostos e as atingem por meio da violência e da opressão.

### **2.3 Abordagem jurídica brasileira sobre a prostituição: da “tutela” à estigmatização**

As políticas públicas e a legislação, no Brasil, em relação ao tráfico de pessoas, exploração sexual e prostituição ainda são ambíguas e visam o combate ao trabalho sexual voluntário. Neste item, exploraremos brevemente o percurso, principalmente, entre os anos de 1990 e início dos anos 2000, das articulações e tensões entre organização de mulheres, feminismos, estados e agências de financiamento que culminaram nas políticas nacionais e internacionais adotadas para tratar da prostituição e seu entorno. Pensaremos os efeitos da fusão entre as noções de trabalho sexual, tráfico de pessoas e exploração sexual e a consequente obstacularização ao reconhecimento da prostituição enquanto direito sexual<sup>32</sup> e trabalhista.

No Brasil, o final da década de 1990 e o início dos anos 2000 marcam um importante momento de ruptura e de radicalização de discursos. Enquanto, de um lado, se dava uma sofisticação política e conceitual em torno da prostituição pela Rede Brasileira de Prostitutas e o Plano Nacional em DST/Aids; de outro, começava a ser majoritário no espaço midiático, moral e financeiro, o discurso contra o tráfico de pessoas, a “exploração sexual” e a luta contra a prostituição. Nessa época, o movimento antitráfico cresceu impulsionado pelo apoio financeiro e técnico das agências multilaterais supranacionais a organizações não governamentais e ao governo, em articulações, evocando a noção de regime transnacional de direitos humanos (PISCITELLI, 2013b, p. 11; OLIVAR, 2012, p. 94).

A partir do final da década de 1990, ampliam-se as leituras sobre a prostituição e reconfiguram-se os movimentos feministas que, com a redemocratização do país em 1985, envolvem sua inserção em organizações não governamentais por todo território nacional e em articulação com o Estado. Nessa época, difundiram-se leituras sobre a prostituição que contemplam uma apreciação de enfrentamento quando ela é vinculada ao turismo sexual e ao tráfico internacional de pessoas com fins de exploração sexual. Essas leituras, assim como as percepções sobre a prostituição, se intensificam no âmbito da ampliação das articulações feministas transnacionais. Nesse campo, foram realizadas vinculações entre prostituição,

---

<sup>32</sup> Para entender a reivindicação da prostituição como um direito sexual, consultar *Prostituição feminina e direitos sexuais...diálogos possíveis?* (OLIVAR, 2012).

exploração sexual e tráfico de mulheres, relações às quais mostram como no debate sobre tráfico de pessoas, algumas organizações feministas estavam se defrontando com a discussão sobre a prostituição voluntária. E as tendências mais visíveis no debate público foram de fazê-lo em termos que, vendo a prostituição como exploração sexual, evocavam ideais abolicionistas<sup>33</sup> reticentes em considerá-la enquanto trabalho (PISCITELLI, 2013c, p. 155).

As articulações feministas respondendo aos efeitos da globalização sobre as mulheres viram com grande interesse a mercantilização dos corpos. Vale citar a Articulação de Mulheres Brasileiras, criada em 2005, reunindo organizações de mulheres de todos estados brasileiros e a Marcha Mundial das Mulheres, que nasceu, no ano 2000, em resposta às propostas neoliberais, reunindo mulheres do mundo todo em campanha contra a pobreza e a violência. Ambas as redes, atuando com a mercantilização do corpo, estabeleceram relações estreitas entre tráfico de mulheres e a prostituição (PISCITELLI, 2013d, p. 109).

Contudo essa concepção, apesar de mais aceita e consolidada nas políticas institucionais, não foi a única difundida. Em outra abordagem, os estudos pós-coloniais sobre deslocamentos internacionais envolvendo brasileiras permitiram perceber que um dos efeitos dos diálogos com as formulações dos feminismos transnacionais foi o esforço em articular uma perspectiva interseccional à noção de transnacionalidade. Essa articulação fica evidente na ênfase dada aos marcadores entre gênero, classe, idade, nacionalidade, sexualidade e processos de racialização e na maneira com que estes afetam os deslocamentos e a conformação de laços sociais em distintos locais. Outro efeito desse diálogo veio com a necessidade em explorar os espaços de agência das trabalhadoras no marco das relações

---

<sup>33</sup> De acordo com Piscitelli (2013c, p. 151), existem basicamente quatro modelos vinculados ao estatuto legal da prostituição. São eles: 1) regulamentarista; 2) trabalhista, laboral ou de “despenalização”; 3) proibicionista e 4) abolicionista. Na prática, os modelos regulamentaristas, proibicionistas e abolicionistas misturam aspectos de uns e outros e compartilham a condenação moral à prostituição.

No primeiro, a prostituição é aceita, mas é vista como ameaça à saúde e à ordem pública, por isso, envolve um dispositivo de controle que pode incluir o controle pessoal (cartão de identificação), local (confinamento em estabelecimentos ou bairros), sanitário (para prevenir ou combater doenças sexualmente transmissíveis) e policial. Contudo, nesta perspectiva, as prostitutas não são consideradas portadoras de direitos, nem contam com direitos legais como trabalhadoras.

No segundo modelo será questionado o direito dos Estados regulamentarem aspectos relacionados à moral sexual. O foco está nos direitos laborais e nas condições de trabalho para o reconhecimento do trabalho sexual como atividade legítima e a despenalização dos diversos aspectos vinculados à prostituição. Ou seja, exige-se que o trabalho seja regulado por leis civis e laborais, e não por leis penais.

O terceiro modelo, proibicionista, é o mais repressivo, já que considera a prostituição um delito e propõe a penalização de todas as atividades a ela vinculada e a todas as partes envolvidas, incluído as prostitutas, tidas como delinquentes.

Por fim, o modelo abolicionista, propõe a penalização a todos que recrutam, organizam e se beneficiam da prostituição. Nele, as prostitutas são consideradas sobretudo vítimas. Aspectos desse modelo estão presentes em diversos países, inclusive no Brasil, nos quais a prostituição em si não é crime, porém qualquer tipo de intermediação é penalizada.

estabelecidas entre países do Norte e Sul global. Neste sentido, as trabalhadoras do sexo não aparecem na figura da vítima, tampouco da mulher explorada, o que permitiu a aliança com os movimentos de prostitutas organizadas e a defesa da prostituição enquanto trabalho e direito sexual das mulheres.

Tal posição fica evidente, na crítica feita em artigo produzido pelo Grupo Davida (2005, p. 155), em relação às informações e aos dados que irão alimentar os debates acadêmicos e institucionais e as (in)definições criadas em torno do combate ao tráfico de pessoas e à prostituição:

No atual boom de pesquisas sobre o tema, as reportagens jornalísticas e os processos jurídicos-legais, frequentemente apresentados fora de contexto, aparecem como se fossem observações diretas e objetivas dos agentes, remetendo a acontecimentos e valores que supostamente compõem o universo do tráfico. Em parte, essa confusão é oriunda da natureza refratária do objeto estudado. Como o tráfico é uma atividade clandestina, definida de forma vaga e conflitante pelos vários Estados e entidades que o combatem, os dados quantitativos não são confiáveis. As estimativas em relação ao fluxo de traficadas, fornecidas por vários órgãos governamentais e associações civis, variam radicalmente de acordo com quem fez a avaliação, o ano em que foi realizada, a metodologia empregada e – o mais importante – a definição de "tráfico" utilizada. A atual confusão epistemológica que parece reger os estudos sobre esse fenômeno não é só e simplesmente efeito de sua natureza multifacetada, mas se deve às diferentes metodologias adotadas por pesquisadores que se autorrotulam "combatentes do tráfico" e que optam por repetir, acriticamente, dados oriundos de diversas origens, sem analisar as diferentes visões epistemológicas do "tráfico" que orientam a produção dessas informações.

Os impasses existentes na delimitação do problema do tráfico de pessoas, na produção de conhecimento e em seu enfrentamento se intensificam com a implementação do *Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial mulheres e crianças* conhecido como Protocolo de Palermo. Formulado em 2000, entrou em vigor internacional, no ano de 2003, e ratificou-se pelo Brasil, em 2004.

O Protocolo de Palermo irá abarcar o tráfico de pessoas como um crime que pode ser cometido contra qualquer categoria de pessoa, contudo dá especial importância a mulheres e crianças. Em suas definições, o tráfico envolvendo maiores de 18 anos aparece caracterizado pela presença de coerção, fraude ou abuso de situação de vulnerabilidade em fases do processo de deslocamento com o fim de explorar. Nas disposições do Protocolo, o tráfico de pessoas não será sinônimo de prostituição, tampouco reduzido à “exploração da prostituição” e abrangerá trabalho forçado, escravatura ou práticas similares a ela ou servidão (observável em qualquer atividade). Também, incluirá deslocamentos nas condições assinaladas para remoção de órgãos (PISCITELLI; VASCONCELOS, 2008, p. 13).

Abre-se um novo campo de debates e novas necessidades de esclarecimento sobre o conceito de tráfico de pessoas colocado a partir dos elementos presentes no Protocolo de Palermo. Suas formulações não fazem uma vinculação direta entre tráfico de pessoas e a prática da prostituição voluntária, o que parece um avanço, contudo as ambiguidades estarão em vários conceitos que possibilitam interpretações divergentes, principalmente, quando utilizam a ideia de exploração sexual sem defini-la, o que implica consequências em termos do que vem sendo considerado crime. Essa confusão conceitual se insere no campo conflitante das definições em relação ao tráfico de pessoas apresentadas pelos Estados-Parte que ratificam o documento e acabam por estabelecer suas políticas de acordo com seus próprios posicionamentos em relação ao tema, podendo, muitas vezes, confundir tráfico de pessoas com a prostituição voluntária.

Outros instrumentos jurídicos internacionais foram importantes no direcionamento de políticas públicas no Brasil<sup>34</sup>. As convenções e conferências centradas nos direitos das mulheres - por exemplo, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW, 1979), o Plano de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) e a Plataforma de Ação da IV Conferência Internacional sobre a Mulher (Pequim, 1995), as quais mencionam o tráfico de mulheres e meninas -, fazem uma relação mais ampla de exploração sexual, não necessariamente tratando a prostituição como algo a ser combatido. Finalmente, na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1995), ao definir a violência contra a mulher, inclui abuso sexual, tráfico de mulheres e a prostituição forçada (PISCITELLI; VASCONCELOS, 2008, p. 12).

No Brasil, há uma incorporação das lógicas supra e transnacionais que se expressam na linguagem usada pelos tratados e, principalmente, o Protocolo de Palermo e as definições legais do Código Penal. No primeiro instrumento legal, o crime será definido com ênfase na coerção ou abuso de situação de vulnerabilidade, em qualquer fase do processo do deslocamento, com a finalidade de exploração em qualquer setor de atividade. Já no segundo, até 2016, a definição não se baseava na vinculação entre coerção e exploração, mas na

---

<sup>34</sup> Ainda sobre as políticas públicas adotadas e as diretrizes internacionais, José Miguel Nieto Olivar (2012, p. 107) comenta que “As posições da Secretaria de Políticas para as Mulheres são ora condizentes com as recomendações da CEDAW, ora produto/produtoras da falta de consenso interno (tanto da SPM como do movimento de mulheres) sobre o tema, chegando até mesmo a apoiar organizações contrárias a qualquer legalização da prostituição (como a AMOCAVIM, da Vila Mimosa, no Rio de Janeiro, e o GMEL, grupo abolicionista derivado da Pastoral da Mulher Marginalizada). Até o Ministério da Saúde, histórico parceiro da RBP, recolheu suas linhas de frente, seus financiamentos específicos e suas peças de apoio, e diz “atuar sob demanda”, “neutralmente”.”

intermediação para deslocamentos que tivessem como fim exclusivamente exercer a prostituição. Com a promulgação da recente Lei n. 13.344/2016 passa a ser crime agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa usando de grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso com a finalidade de explorar sexualmente, aumentando a pena base, estabelecida a partir de então, entre 4 e 8 anos.

Nas leis brasileiras, o termo exploração sexual vinculado a pessoas maiores de 18 anos só foi introduzido nas alterações do Código Penal pela Lei n. 12.015/2009. Nessas modificações os artigos voltados para a prostituição estavam agrupados sob o título “Dos crimes contra os costumes”; a partir de 2009, no título “Dos crimes contra a dignidade sexual”; e, mais recentemente, em 2016, ocupam o título “Dos crimes contra a pessoa”. Na versão de 1940, os artigos tratavam “Do lenocínio e do tráfico de mulheres”; em 2005, passam a tratar “Do lenocínio e do tráfico de pessoas”; e, a partir das alterações de 2009, “Do lenocínio e do tráfico de pessoas para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual”. Com as modificações de 2009, vários artigos mencionam a exploração sexual utilizando a expressão como sinônimo de prostituição. Ao tipificar o lenocínio e o tráfico de pessoas, as leis remetem sempre à prostituição “ou” a outra forma de exploração sexual, o que nos traz a ideia de prostituição enquanto modalidade de exploração sexual (PISCITELLI, 2013d, p. 149).

A escolha brasileira em colocar a prostituição próxima à exploração sexual fica evidente no tratamento jurídico sobre o trabalho sexual quase exclusivamente pelo direito penal. Os artigos 227 a 231-A, não irão criminalizar as prostitutas, contudo atuam em todo o entorno, reprimindo aquela/e que induz e facilita que alguém se prostitua, quem organiza economicamente a atividade de prostituição praticada por terceiros, quem faz a intermediação e lucra diretamente sobre essa relação e quem mantém casa onde ocorra exploração sexual. A opção legislativa pelo abolicionismo e a menção exaustiva, tanto no capítulo como nos tipos penais, da “prostituição ou outra forma de exploração sexual”, deixa clara a visão da mulher prostituta como vítima da exploração sexual.

A/o proxoneta e a/o rufiã/o<sup>35</sup> continuam sendo vistas/os como exploradoras/es da prostituição alheia, inclusive pela doutrina que define o rufianismo enquanto “[...] sórdida

---

<sup>35</sup> A/o proxoneta é aquela/e que favorece o contato sexual entre terceiros, inclusive para prostituição, porém não lucra diretamente com esse contato. São por exemplo as/os donas/os de bares as/os quais lucram com a venda de bebidas e ingresso para entrada em local.

A/o rufiã/o é aquela/e que intermedia a relação entre o cliente e a prostituta, lucrando diretamente sobre o programa combinado, tirando sustento dessa relação, que ocorre de maneira contínua. São por exemplo, as/os agenciadoras/es da atividade, as cafetinas, os cafetões e os gigolôs (RODRIGUES, 2016, p. 74).

atividade criminosa que gravita em torno da prostituição.” (RODRIGUES, 2016, p. 43). Desconsidera-se, assim, que mesmo na contramão das previsões do direito penal, as/os agenciadoras/es, em variadas circunstâncias, são aquelas/es que oferecem proteção às garotas de programa contra a violência policial e de clientes, podendo se estabelecer, nesses contextos, relações de afeto e cumplicidade.

Neste sentido, as políticas criminais incorporam representações da mulher prostituta explorada sexualmente recebendo, portanto, o tratamento de vítima. Este, contudo, não é o único estereótipo difundido sobre os serviços sexuais. Durante um longo período e, até mesmo nos dias de hoje, as trabalhadoras foram/são perseguidas penalmente. Entre os anos 1930 e 1940 foi intensa a criminalização das prostitutas por meio do crime de vadiagem, estabelecido pelo código penal de 1940. Foram encarceradas inúmeras mulheres praticantes da prostituição, ainda que a profissão não fosse formalmente considerada como crime, tampouco atividade ilícita (RODRIGUES, 2016, p. 38). Ainda hoje, mesmo revogada as contravenções, as garotas de programa narram a permanência de ameaças e condutas abusivas por agentes do estado, argumentando ser “vadiagem” o seu trabalho.

Heloísa Rodrigues, sobre a atividade profissional da mulher prostituta e o referencial político criminal para a formulação de políticas públicas, demonstra que até a reforma de 2009, que alterou os crimes sexuais, parte da manualística tradicional - por exemplo, César Roberto Bitencourt, Júlio Mirabete, Rogério Greco - viam a atividade de prostituição como uma “milénar mazela”, um crime degradante e censurável do ponto de vista moral, que as sociedades não têm conseguido eliminar, sendo um perigo à sexualidade normal. A prostituição é vista como o “último degrau da dissolução dos costumes”, estimuladora da “devassidão moral”, sendo a função da lei reprimir “a exploração do meretrício por ser ele um estado perigoso em relação à vida sexual normal e decente que se realiza por meio do casamento ou de relações estáveis”. Após as alterações de 2009, passa a ser destacada a liberdade sexual, integridade e autonomia sexual, porém mantêm-se como finalidade da norma incriminadora evitar o incentivo e aumento da prostituição, “bem como da corrupção moral que gravita em torno dela” (RODRIGUES, 2016, p. 42).

Na contramão do direito penal, o Ministério do Trabalho reconhece o trabalho sexual para fins de contribuição previdenciária. Trata-se da inclusão da atividade de profissional do sexo na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), em 2002, conquista fruto da luta dos movimentos de prostitutas organizadas. Nota-se que apesar da política abolicionista adotada em relação ao trabalho sexual, aparecem elementos pró-direitos pela legalização.

Contudo ainda é uma luta a manutenção das conquistas dos movimentos de prostitutas e trabalhadoras do sexo. Sobre os obstáculos para o reconhecimento da prostituição como direito sexual e laboral das mulheres, Monique Prada (2017), trabalhadora sexual e putafeminista, em matéria escrita para “Mídia Ninja”, conta sobre o Projeto de Lei 377/11 de autoria do deputado João Campos (PRB-GO). A ideia é pedir a criminalização da contratação de serviços sexuais e a penalização ao contratante na contramão dos interesses das mulheres que vivem desta atividade. A dificuldade de negociação com os clientes, neste modelo recrudescido e a necessidade em se deslocar para lugares mais ermos e inseguros piorariam as condições de trabalho das mulheres. Complementando este projeto, há ainda uma solicitação apresentada pelo deputado Flavinho (PSB-SP) pedindo a retirada da atividade da CBO, o que é um claro ataque aos direitos das trabalhadoras sexuais.

O legislativo também se mostra um campo em disputa. Em 2012, entra para o centro das discussões, o Projeto de Lei n. 4211/2012, conhecido como Gabriela Leite, proposto pelo deputado federal Jean Wyllys. O projeto de lei propõe novas normativas para as atividades dos trabalhadores do sexo, homenageando Gabriela Leite, militante e prostituta, atuante nos anos 1970. Começou a trabalhar na Boca do Lixo, em São Paulo e depois se estabeleceu na zona carioca de prostituição conhecida como Vila Mimosa. Foi pioneira, dentre outras atividades, em criar o primeiro movimento organizado do país em favor dos direitos das prostitutas, a Rede Brasileira de Prostitutas, em 1987, e a ONG Davida, em 1992.

Contando com apoio e contribuições de Gabriela Leite, o deputado Jean Wyllys, propôs o Projeto de Lei composto por seis artigos. Entre eles, está a proposta em modificar cinco artigos do Código Penal (arts. 228, 229, 230, 231 e 231-A) em busca de diferenciar a prostituição da exploração sexual, legalizar casas de prostituição que não tenham o intuito de explorar sexualmente suas trabalhadoras, bem como modificar alguns preceitos da cafetinagem. Só seriam consideradas profissionais aquelas com mais de 18 anos, pessoas capazes, exercendo a função sem qualquer tipo de coação sem que tenham mais de 50% dos seus rendimentos retidos por terceiros. Há também a previsão das trabalhadoras abrirem cooperativas e a previsão de aposentadoria especial com 25 anos de trabalho.

Em relação ao Projeto de Lei e às mudanças propostas para regulamentar as casas de prostituição, diz Amara Moira (2016), trabalhadora do sexo e militante:

Precisa primeiro tornar as casas legais e com possibilidade de melhor remuneração, ter melhores condições de trabalho, dar um lugar para a gente tomar banho, fazer a higiene. Se você está em uma suíte que tem um banheiro, é diferente. Você tem iluminação, que é muito importante ter iluminação para checar se a camisinha

arrebentou e parar de confiar na sorte. Quando a gente pensa em regulamentar as casas, a gente pensa em garantir formas de dar segurança às trabalhadoras.

Para algumas representantes de organizações de trabalhadoras do sexo, o Projeto de Lei seria uma forma de legitimar a profissão e minimizar a violência que mulheres cisgênero, travestis, transexuais e até homens cisgênero sofrem nas casas e ruas. Entretanto, a proposta encontra-se em tramitação e ainda gera intenso debate, tanto pelas/os parlamentares, como pelos movimentos feministas que, em distintas linhas de pensamento, divergem entre a postura abolicionista e de defesa da regulamentação de direitos das/os trabalhadoras/es do sexo.

É interessante, neste sentido, perceber os distintos posicionamentos também no judiciário. A decisão do STJ, de maio de 2016, em análise de um *Habeas Corpus* reconheceu a possibilidade de se exigir juridicamente o pagamento acordado entre profissional do sexo e cliente, garantindo proteção jurídica à trabalhadora. Tratava-se de um cliente que se negou a pagar o valor acertado para o programa e, diante da recusa, a garota puxou uma corrente que o homem usava no pescoço, assegurando o recebimento da quantia negociada. Em primeira instância, o delito foi desqualificado como roubo para uso arbitrário das próprias razões tendo em vista o valor a ser pago pelo cliente à trabalhadora. Entretanto, a situação se reverteu no Tribunal de Justiça de Tocantins, sendo a mulher condenada pelo crime que foi acusada de início. No STJ, foi reconhecida a decisão do juízo de primeira instância e extinta a punibilidade do crime pelo qual a trabalhadora tinha sido condenada. Em trecho da decisão, o ministro relator Rogerio Schietti Cruz (BRASIL, 2016) diz:

[...] de acordo com o Código Brasileiro de Ocupações de 2002, regulamentado pela Portaria do Ministério do Trabalho n. 397, de 9 de outubro de 2002, os (ou as) profissionais do sexo são expressamente mencionados no item 5198 como uma categoria de profissionais, o que, conquanto ainda dependa de regulamentação quanto a direitos que eventualmente essas pessoas possam exercer, evidencia o reconhecimento, pelo Estado brasileiro, de que a atividade relacionada ao comércio sexual do próprio corpo não é ilícita e que, portanto, é passível de proteção jurídica. (STJ - Habeas Corpus nº 211888. Relator: Ministro Rogerio Schietti Cruz. Julg. 17 maio 2016. DJe 7 jun. 2016).

A decisão abre caminhos para se exigir juridicamente direitos relativos ao seu trabalho e às negociações estabelecidas com os clientes, por exemplo, o pagamento. O relator apresenta em sua argumentação referências a autodeterminação sexual de adultos e o compromisso do direito em oferecer proteção jurídica àquelas/es que oferecem serviços de natureza sexual em troca de remuneração.

Contudo essa não é uma visão hegemônica no direito em relação ao trabalho sexual. Ela Wiecko V. de Castilho (2008), em artigo, na revista *Cadernos Pagu*, já no título do

trabalho questiona: “A criminalização do tráfico de mulheres: proteção das mulheres ou reforço da violência de gênero?”. Para responder a esta indagação, a autora analisou 23 decisões judiciais, de 11 estados distintos, sendo 19 de primeiro grau e 4 de segundo grau, relativas à aplicação do art. 231 do Código Penal (crime de tráfico de pessoas com fim de exploração da prostituição), delito revogado pela última alteração em 2016.

A análise do discurso judicial na ótica da Criminologia Crítica Feminista indica que das decisões surgem com frequência as seguintes ideias: a) A prostituição não é um trabalho e não exige esforço; b) a prostituição tem como causa a pobreza; c) a mulher é um ser fraco; d) a prostituição implica em escravidão; e) a prostituição provoca a degradação moral e familiar; f) o lugar da mulher é na família. Em relação às mulheres consideradas vítimas, estas são ouvidas pela polícia, em juízo e seus depoimentos são usados para comprovar o tráfico. Porém, não há nenhuma menção a medidas em favor das vítimas como ressarcimento, indenização e assistência social, a não ser quando são ameaçadas. Mesmo nos casos em que as vítimas se declaram prostitutas ou sabendo que iriam exercer a prostituição, os juízes não consideram essa circunstância na aplicação da pena-base. Em outras palavras, a vítima é vista apenas de forma utilitária para o processo penal (CASTILHO, 2008, p. 110).

A pesquisa de Castilho (2008, p. 120) revela que o trabalho sexual, embora não constitua crime, produz a mesma estigmatização reservada para criminosos, o que, de certa forma, é uma criminalização sem tipo penal e sem processo legal. A análise ainda nos permite observar a subsistência da concepção da mulher como sexo frágil e com papel tradicional no contexto familiar, sendo inadmissível a concepção de que as trabalhadoras do sexo exerçam a prostituição por livre e espontânea vontade. Ao mesmo tempo, é pequena a preocupação se a garota foi compelida ou não a prostituir-se. Dentre esses elementos, e outros desenvolvidos pela autora, confirma-se a hipótese de que o sistema penal será ineficaz para proteger as mulheres nos casos em que tratam do tráfico de pessoas para fim de exploração sexual.

É importante ressaltar que a visão apresentada pelos instrumentos jurídicos não é a única noção de exploração presente nas discussões. Outras abordagens feministas, conforme indicamos, se alinham com as entidades que apoiam os direitos das/os trabalhadoras/es sexuais. E nessas linhas de pensamento, consideram a prostituição uma forma de trabalho e rejeitam a noção de que seja inerentemente degradante. Assim, são traçadas nítidas distinções entre a prostituição voluntária, exercida por adultos, e a prostituição forçada; também da utilização de crianças e adolescentes na prestação de serviços sexuais. A prostituição, em si, não é percebida como sinônimo de exploração, mas sim, a exploração é vista inserida em possibilidades abertas pelas características do mercado de trabalho que se intensificam na

esfera do capitalismo globalizado. Trata-se de exploração econômica que também tem lugar no âmbito do serviço sexual (KAMPADOO; DOEZEMA, 1998; PISCITELLI, 2013c, p. 157).

Para Dolores Juliano (2005, p. 81), muitas mulheres que trabalham no campo do trabalho sexual consideram que é simplesmente uma atividade laboral entre outras possíveis e enfatizam seu caráter de opção econômica e não, moral. A hipótese da autora, em seu artigo *“El trabajo sexual em la mira. Polémicas y estereotipos”*, é que se entende melhor o fenômeno do trabalho sexual se este é contextualizado e se o consideramos dentro de uma sequência que abarca os distintos papéis familiares e profissionais atribuídos às mulheres. Também, consideramos as reações diante das condutas das mulheres, que vão desde a aceitação até o rechaço, ponto extremo de estigmatização.

As pressões socioculturais exercidas sobre as distintas mulheres se agrupam em um contínuo, por um lado, dirigindo-se àquelas consideradas “corretas” para que limitem “voluntariamente” suas opções ao esperado de boas filhas, esposas, mães e donas de casa. De outro, reserva-se a desvalorização às que ousam separar-se dos modelos impostos: lésbicas, mães *solas*, mulheres que manifestam interesse na experimentação sexual, mulheres conflitivas e questionadoras e, muito especialmente, as trabalhadoras do sexo. Em vista disso, a desvalorização não é um problema que afeta somente aos setores estigmatizados. Através da pressão que se exerce sobre estes, o objetivo é dissuadir o restante de mulheres em apartar-se da norma. Ou seja, a estigmatização de diferentes grupos de mulheres é um eficaz mecanismo para controlar as mulheres não estigmatizadas e dissuadi-las de infringir os modelos vigentes (JULIANO, 2005, p. 82).

No mesmo sentido, Gail Petherson (1996, p. 15) diz que os ideais tais como a honra, a virtude, a inocência ou a castidade servem para mistificar o controle social das mulheres. As mulheres transgressoras são consideradas fracassadas, pois são “vítimas” de um perverso desejo masculino, ou então, interpretadas como mal intencionadas, se os motivos de suas ações são seus próprios interesses. Sejam vítimas ou agentes da transgressão, serão apartadas das “mulheres virtuosas” mediante o estigma de “puta”. A divisão das mulheres entre honradas e indignas é a distinção política mais insidiosa do estigma de puta porque não somente isola de forma efetiva as prostitutas de outras mulheres, como também representa uma ampla gama de liberdade que é incompatível com a legitimidade feminina. Tal liberdade se encontra acima e abaixo do alcance das mulheres honradas: está por cima, com os homens nobres; e por baixo, junto das mulheres fracassadas.

Em uma sociedade cuja participação no mercado laboral remunerado é um meio importante para se adquirir direitos, a marginalização de muitas mulheres prostitutas, ou o não

reconhecimento da condição de trabalho para suas atividades, constitui um impedimento para a conquista de garantias básicas e o desenvolvimento de suas potencialidades. A correlação inversa entre ganhos econômicos e prestígio social se dá em todas as tarefas tradicionalmente femininas chegando à sua maior expressão no caso do trabalho sexual. As vantagens de uma renda média ligeiramente superior ao salário mínimo se anulam socialmente com um enorme incremento da estigmatização somadas à violência simbólica em negar sua condição e dignidade de trabalho. Assim, mesmo que a opção laboral não seja considerada formalmente um delito situa-se no mesmo campo de estigmatização que a sociedade reserva para as/os selecionadas/os enquanto desviantes (JULIANO, 2005, p. 83).

Para Dolores Juliano (2002, p. 32), em seu livro *La Prostitución: el espejo oscuro*:

A estratégia da estigmatização cumpre uma dupla função: a de separar as trabalhadoras sexuais das outras mulheres, evitando-se a circulação de seus saberes e silenciando-as ante o âmbito público ao impedir que se expressem desde as tribunas de prestígio (docentes, institucionais, religiosas ou de comunicação midiática). A partir desta perspectiva, parece uma estratégia sugestiva para o feminismo romper com a sua tradição puritana e abrir as possibilidades de um diálogo enriquecedor com esse coletivo de mulheres. Essa comunicação é também a demanda de alguns setores de trabalhadoras do sexo que veem o isolamento como o maior dos custos de sua profissão.

A estigmatização das prostitutas e seu isolamento, portanto, obstaculizam o reconhecimento da atividade como direito sexual das mulheres e dificultam para a categoria de trabalhadoras a efetivação de direitos mínimos em termos de saúde, sexualidade, trabalho, previdência, lazer, dentre outros.

Neste item, buscamos traçar brevemente o caminho dos feminismos transnacionais em torno da temática do tráfico de pessoas e a consequente discussão sobre a prostituição voluntária. O eco das ideias abolicionistas esteve presente não somente no espaço acadêmico, mas também foi incorporado nos tratados internacionais e na agenda de direitos humanos a partir de crimes ou vulnerações os quais colocam o lugar que a prostituição ocupa na estrutura discursiva.

No Brasil, o Código Penal, a doutrina e a judiciário associam o trabalho ora à exploração sexual, ora aos infortúnios femininos em processos de migração nacional e internacional, isto quando não é definida como exploração sexual e trabalho escravo. Além disso, a escolha pela criminalização de todo seu entorno e as definições utilizados para denominar o trabalho sexual enquanto exploração sexual retira o poder de agência das trabalhadoras e, em muitas circunstâncias, suscitam a violência institucional. Por isso, a necessidade não apenas em reafirmar os direitos das trabalhadoras, mas também, em recuperar as vozes e o protagonismo

das prostitutas e de seus movimentos organizados no enfrentamento ao estigma construído sobre a prostituição, a discriminação contra as trabalhadoras e a moralidade que ainda pairam sobre as instituições e os indivíduos, dentro e fora delas.

#### **2.4 As narrativas sobre a violência sexual no crime de estupro: proteção a que(m)?**

As dificuldades em reconhecer as trabalhadoras do sexo como sujeitos dotados de direitos, agência e autonomia estarão não somente na normativa nacional e internacional, mas também na compreensão estabelecida sobre a prostituição, a violência e os crimes sexuais pelo sistema de justiça criminal. A definição do que pode ser lido como violação aproxima-se da moral dominante e de um regime de status enquanto se distancia das narrativas das mulheres que as vivenciam. Para pensarmos a violência que atinge as garotas de programa e sua relação com o direito, dentre outras instituições, neste item, refletiremos a partir das contribuições de Carol Smart (1977, 1989) a prostituição, o estupro e as políticas sexuais, também, analisaremos na perspectiva de Rita Laura Segato (2010), algumas estruturas elementares da violência, no Brasil.

O trabalho de Carol Smart aparece na metade da década de 1970 e teve grande difusão entre as vozes feministas<sup>36</sup>. A autora ofereceu um relato teórico sobre o funcionamento da lei e produziu leituras críticas sobre seu essencialismo. O seu primeiro livro *Woman, Crime and Criminology: A Feminist Critique*, cujas reflexões usaremos aqui para pensar o julgamento do crime estupro (“*rape trial*”), teve um grande impacto nas disciplinas de criminologia e estudos sócio-jurídicos, na época dominada por homens, e contribuiu para estabelecer a presença legal no desenvolvimento de pesquisas sobre gênero, direito e poder. Também, será importante aqui a obra *Feminism and the power of Law*, do ano 1989, em que Smart registra aspectos relevantes do debate feito nos anos 1980, sobre a relação entre direito e feminismo, ou ainda, o conflito entre afastar-se do direito - o que ela chama de descentramento - ou apostar nas estratégias legais de ampliação dos direitos das mulheres.

A autora demonstra que as categorias binárias de homem e mulher, feminilidade e masculinidade, são produto e reprodução das relações de poder e inclui o direito como potente instrumento para a conformação das relações de gênero. Recorre, assim, à ferramenta da

---

<sup>36</sup> Observa Smart (1977), ao mapear as teorias jurídicas feministas e suas categorizações, quatro etapas: o direito é sexista; o direito é masculino; o direito têm gênero e a mais importante delas cuja composição está em sua proposta analítica é *o direito enquanto estratégia criadora de gênero*. Reforça a necessidade de diferenciá-las e produzir a crítica sobre cada uma das categorizações para que sejam traçadas estratégias de atuação pelos movimentos feministas.

desconstrução para questionar a existência de verdades absolutas, principalmente, a do direito imparcial e objetivo. A abordagem de Smart permite observar o direito como um discurso hegemônico que não só oprime as distintas mulheres, mas também é fundamental para construir suas identidades de gênero e sexuais. Neste campo, coloca ênfase nas teorias da interseccionalidade e abre caminho para novas abordagens feministas e estratégias políticas dos movimentos feministas em relação ao direito.

Sobre a capacidade do direito em conformar a realidade, Smart (1989, 1977) e outras feministas em diálogo com a obra autora (CASALEIRO, 2014) colocam duas problemáticas: 1) o poder do direito de desqualificar a experiência das mulheres e o conhecimento feminista; 2) a proposta de reorientação da estratégia feminista em descentrar e desconstruir o direito. Dentre os argumentos utilizados está o poder do direito e de seu discurso imbuído da pretensão de verdade em silenciar e desqualificar as experiências de mulheres que encontram a lei e também dos conhecimentos feministas que a desafiam. O direito faz afirmações que são semelhantes às da ciência moderna, considerando seu método, linguagem e resultados, aproximam-se em suas pretensões de definir a verdade e posicioná-la em lugar superior dentro de uma hierarquia dos conhecimentos. Por isso, a dificuldade em reconhecer as experiências, as narrativas e as reivindicações que não correspondem aos binarismos e à ordem genderizada a ser mantida.

O direito não se limita a oprimir as distintas mulheres. Possui a tarefa de construí-las por meio de suas atuações e narrativas. E ao reduzir a produção e a reprodução do mundo somente ao seu entorno subalterniza conhecimentos não jurídicos ou ainda conhecimentos que subvertem o método e a narrativa do direito. Enquanto afirmação de cientificidade e de verdade, o direito é posicionado hierarquicamente de modo a desqualificar outras vozes, saberes e experiência, como o faz com as mulheres, negras, latinoamericanas, operárias, prostitutas, camponesas, indígenas, dentre outras.

Smart (1977, 1989) aponta o direito como uma estratégia (tecnologia) criadora de gênero e outras formas de opressão. E a pergunta que pairava entre os movimentos feministas, diante dos fracassos de mudanças legais e o apelo para um esforço renovado de leis, foi: como utilizar o direito de modo a construir novas narrativas legais que dialoguem com a realidade das mulheres? Por isso, parece oportuna a aposta da autora no feminismo em desafiar, permanentemente, a lei e o direito. Associar as teorias feministas ao direito é problematizá-lo como forma de ação política, local de conflito e disputa, refutando seu lugar de refúgio ou de resolução. Nas palavras de Fabiana Severi (2016, p. 73), ao utilizar os aportes de Smart, para a construção de um projeto sócio-jurídico feminista, entende ser:

[...] necessário debatermos como o feminismo, ao invés de servir-se da lei como um ponto de vista fixo, pode garantir um engajamento questionador da lei e, por sua vez, ampliar as formas de intervir discursivamente no direito, produzir “deslizamentos” conceituais no raciocínio jurídico e fazer com que as instituições políticas ligadas à Justiça se responsabilizem por suas práticas. É exatamente essa proposta teórica-política de Smart que me interessa aqui: analisar a capacidade dos feminismos em desafiar, permanentemente, o poder do direito.

Em relação às previsões legais, no Brasil, as reflexões acerca da igualdade de gênero e iniciativas inclusivas foram influenciadas pelas teorias críticas feministas e suscitadas no período de redemocratização do país, principalmente com a promulgação da Constituição de 1988. Anteriormente à insurgência das referidas manifestações políticas, nasceu junto ao Código Penal, o conceito de “mulher honesta” inserida no crime de estupro, introduzido no ano 1830 (art. 222) e reproduzido no Código de 1890 (art. 268). No Código Penal de 1940, o estupro não se referiu à condição de ser “honestas” a mulher que fosse vítima daquele crime, mas manteve o critério de proteger apenas a “mulher honesta” no crime de “atentado ao pudor mediante fraude” (art. 216) e, como causa de extinção de punibilidade, o casamento do estuproador com a vítima (art. 107, inciso VII) ou dela com terceira pessoa, sem requerimento expresso para consentimento do inquérito ou processo (art. 107, inciso VIII). A “mulher honesta” era identificada como uma pessoa de moral ilibada e que não se prostituía, única suscetível de ocupar o papel de vítima e merecedora da tutela estatal.

O crime de estupro foi classificado como crime hediondo a partir da promulgação do artigo 1.º da Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990, e apenas com a Lei n. 11.106, de 28 de março de 2005, foi “revogada” a denominação patriarcal de “mulher honesta” em relação aos crimes contra os costumes. Ainda, com a reforma introduzida pela Lei n. 12.015, de 7 de agosto de 2009, fundiram-se os tipos penais estupro e atentado violento ao pudor. Tais reformas, porém, não foram acompanhadas de uma cultura sensível às questões de gênero por parte dos/as operadores/as do direito, vez que continuavam a reproduzir estereótipos e papéis sociais nos casos de violência sexual, deixando de proteger as mulheres devidamente, inclusive, culpabilizando-as pelas agressões perpetradas.

Interessa, portanto, a proposta em analisar e desafiar o poder do direito em relação ao que Smart (1989, p. 34) chama de “*rape trial*”. A autora busca revelar os mecanismos que levam a lei constantemente à falha ao tentar compreender as narrativas de estupro que não se encaixam na sua construção legal (e de Verdade). O direito não será o único instrumento a desacreditar as mulheres, contudo funcionará de modo a definir e redefinir os parâmetros pelos quais o estupro deverá ser avaliado socialmente. A lei refletirá os valores culturais sobre

a sexualidade das mulheres e vai mais longe, constituindo uma precisa forma de desqualificar as narrativas das mulheres, sobre si e sua sexualidade (SMART, 1989, p. 26).

Dentro dos parâmetros legais, a sexualidade será compreendida como o prazer do “*Phallus*” e a extensão dos prazeres da penetração e das relações sexuais - para os homens. Já os prazeres das mulheres serão assumidos para coincidir com a definição masculina ou serem simplesmente incompreendidos. Essas presunções são articuladas com a constante ideia de que o estupro deve ser prazeroso para as mulheres porque envolve penetração ou intercuro sexual. E quando as mulheres refutam o “prazer” da penetração se assenta o entendimento de que são frígidas ou, como diz Smart (1989, p. 28), “*man-hating*”. Em outras palavras, o foco no prazer fálico não coincide com a potencial sexualidade das mulheres.

Um dos mecanismos utilizados para assentar esse entendimento é a patologização pela qual todas as mulheres estarão vulneráveis, especialmente, no processamento dos crimes de estupro. As ditas mulheres frígidas, anorgásmicas ou rancorosas serão diagnosticadas a partir do que é visto como “libido deteriorada”, “egoísmo” ou “incapacidade de amar” dentre outros comportamentos que confirmam a “problemática” natureza da sexualidade das mulheres, contrastante com o modelo hegemônico viril da sexualidade masculina. Essa construção não será apenas um imperativo biológico que não compreende o desejo sexual e a frustração, mas também a construção da sexualidade e do desejo resultantes de uma complexa relação entre cultura (linguagem), psique e o corpo (SMART, 1989, p. 28).

Para Smart (1989, p. 31) a sexualidade das mulheres será construída separadamente delas mesmas. Serão vistas como seres que possuem mais valor quando atendem aos desejos dos homens do que aos próprios desejos. As mulheres devem gostar de sexo independentemente do que este signifique para si e, portanto, o seu *não*, nem sempre será interpretado enquanto negativa. As mulheres serão vistas como aquelas que não sabem sobre sua sexualidade e desejos, os quais podem ser ativados nas mais improváveis circunstâncias, até mesmo quando estas demonstram medo e temor por sua integridade física, sexual e psíquica. Deixa de ser importante se as mulheres sentiram prazer, ou se consentiram ou não em uma relação, já que para os homens é difícil “realmente saber” quando elas compartilham prazer, importando mais a expectativa de satisfação para si. Ou seja, não devem ser incomodados em entender a “problemática” sexualidade das mulheres, muito menos, seu “misterioso” prazer, devendo apenas dar continuidade ao discurso e as práticas heterossexistas.

A dificuldade em compreender o estupro a partir de uma leitura interseccional e crítica se vincula ao problema apontado por Smart (1989, p. 33) sobre o método legal que lê o fenômeno pela noção binária, por exemplo: ativo/passivo, verdade/mentira, natureza/cultura,

racionalidade/emoção, homem/ mulher. A lógica binária não possui valores igualitários e, por isso, a insistência em opostos binários que “clamam pela verdade” é inapropriada para entender as complexidades e ambiguidades do estupro. Os critérios de verdade/mentira, culpa/inocência, consentimento/não consentimento, operam de forma a manter e criar hierarquias de gênero, raça, classe e não, como anunciam, para compreender as dinâmicas da violência sexual.

Destacamos o consentimento e o não consentimento em relação às experiências e à maneira com que as mulheres vivenciam sua sexualidade. O Sistema de Justiça constantemente enfatiza o consentimento formalmente assentado, contudo nota-se sua irrelevância quando envolve o ponto de vista das mulheres e a complexidade das posições que ocupam quando são violentadas. O consentimento presente na narrativa legal é distinto dos consentimentos considerados pelas diversas mulheres. Nas palavras de Smart (1989, p. 34, tradução nossa):

Uma mulher pode concordar com certa quantidade de intimidade, mas não com relações sexuais. No modelo legal, contudo o consentimento para o primeiro é o consentimento para a relação completa. Também não há espaço para o conceito de submissão na dicotomia de consentimento / não-consentimento que domina o julgamento de estupro. No entanto, a submissão pode ser o que a maioria das mulheres violadas e sexualmente abusadas têm suportado. Em outras palavras, com medo da violência futura ou com medo de perder um emprego, as mulheres podem se submeter involuntariamente ao sexo. Porém, em termos legais, a submissão se encaixa no lado do consentimento da dicotomia. Tendo apresentado, mas não cumprindo o critério legal de não-consentimento, as mulheres são consideradas como tendo consentimento para a sua violação. A única alternativa quando o não-consentimento não é estabelecido, é presumir consentimento - e, portanto, a inocência do acusado.

As narrativas distintas da poderosa voz do direito sobre o que consiste em violência sexual, ou ainda, quais relações foram consentidas ou não consentidas, são silenciadas pela autoridade responsável por asseverar qual a *única* versão a prevalecer enquanto verdade dos eventos<sup>37</sup>. E, na maioria das vezes, prevalece a versão masculina e a acusação da cumplicidade sexual por parte da vítima. Ou seja, certamente as mulheres estarão mentindo, inventando ou fantasiando as violências pelas quais acusam seus companheiros, chefes,

---

<sup>37</sup> A falta de credibilidade atribuída a vítima fica evidente em pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão, em 2016, sobre “Percepções e comportamentos sobre a violência sexual”, no Brasil. Quando questionadas acerca da motivação para o estupro, 69% das mulheres entrevistadas atribuíram ao machismo; enquanto 42% dos homens acreditavam que a violência ocorre por provocação da pessoa subalternizada. Ainda, 73% das pessoas entrevistadas afirmam que as mulheres que denunciam a violência sexual são julgadas pelo seu comportamento e 54% afirmam que estas não terão legitimidade em sua fala.

clientes, parentes, etc. Em um sentido simbólico, os julgamentos nos casos de estupro serão a celebração e a imposição dos valores racistas, classistas e falocêntricos (SMART, 1977).

Nos crimes de estupro, a sexualidade masculina e sua satisfação serão uma justificativa plausível. Agir como um predador sexual é a atitude esperada e normalizada para os homens, principalmente, brancos. Pressionar as mulheres até que se submetam também. Portanto, criam-se padrões de normalidade e anormalidade, assentadas nas ideias socialmente construídas sobre o sexo heterossexual cuja complementariedade entre a passividade e a agressividade são os padrões a serem seguidos, consecutivamente, por mulheres e homens. Por isso, a dificuldade das mulheres em comprovarem uma relação não consentida, já que no imaginário social, em especial, quando são consideradas promíscuas, devem servir sexualmente aos homens. E para assegurar tal versão racista e falocêntrica serão evocados os argumentos biológicos, os quais devem comprovar a propensão “natural” das mulheres em se submeter aos desejos masculinos, devendo inclusive, sentir prazer com as violações.

Os perversos mitos que pairam no julgamento dos crimes sexuais atingem tanto os agressores como as vítimas. Aqueles que adquirem o estereótipo de estupradores são vistos como psicopatas ou pessoas “anormais”, dominadas por uma incontável lascívia<sup>38</sup> ao se deparar com uma mulher vestida “inapropriadamente”, em locais e horários não indicados para sua presença. Os rotulados, enquanto agressores, aparecem biologicamente definidos por um intenso desejo sexual, compreendido e legitimado, quando dirigido às mulheres estereotipadas como “desonestas”. Contudo o homem com o rótulo de “estuprador”, selecionado a partir de critérios de gênero, raça e classe, será hostilizado quando seu “condenável” comportamento desrespeitar e envolver a apropriação do corpo de uma mulher branca e honesta, “pertencente” a seu marido ou pai<sup>39</sup>. Por isso, entre os ditos homens normais - brancos, ricos, casados, com filhos e um círculo de amigos - é extremamente difícil imaginar que possam ser estupradores. Independentemente de suas ações em relações às mulheres, a posição social que ocupam os absolverá.

---

<sup>38</sup> O determinismo biológico é evocado para argumentar que as mulheres provocam a violência e os homens apenas seguem seus instintos sexuais, difíceis de serem controlados. As mulheres, neste sentido, são retratadas enquanto seres, ao mesmo tempo, hiperssexualizados e passivos, que não só ensejam o estupro, como também sentem prazer com a dor e a violação de seus corpos, o que Smart (1977, p. 97) chama de “crença no masoquismo feminino”.

<sup>39</sup> Smart (1977, p. 78) ressalta que as mulheres foram tratadas historicamente como propriedade de seus pais ou maridos no estatuto legal. A severidade da punição em casos de estupro se dava (e ainda se dá) em razão do acesso à propriedade dos homens e não pela proteção das mulheres ou pelo reconhecimento do direito das mulheres a seus próprios corpos. Portanto, são punidos tanto os agressores selecionados (principalmente por critérios de cor e classe), como as mulheres que perdem sua estima e as chances de casar ou manter-se em um relacionamento mediado pelo contrato.

Neste sentido, Angela Davis (2016) apresenta uma perspectiva importante para a análise dos estereótipos produzidos pelo Sistema de Justiça Criminal. Ao tratar o racismo instituído e o mito do estuprador negro, a autora (DAVIS, 2016, p. 176) lembra que nos Estados Unidos, e em outros países capitalistas, em regra, foram criadas leis contra estupros para proteger homens das classes mais altas, cujas filhas e esposas corriam o risco de serem agredidas. Embora estupradores raramente fossem levados à justiça, a acusação de estupro foi/ tem sido indiscriminadamente dirigida aos homens negros, tanto os considerados culpados como os inocentes. Na realidade norte-americana, por exemplo, dos 455 homens condenados por estupros executados, entre os anos de 1930 e 1967, 405 eram negros. Enquanto isso, as mulheres da classe trabalhadora foram pouco percebidas por parte dos tribunais e, consideravelmente, poucos foram os homens brancos processados pela violência sexual que cometeram contra essas mulheres.

Enfatiza que o mito do estuprador negro foi invocado sistematicamente sempre que as recorrentes ondas de terror e violência contra a comunidade negra exigiam justificativas convincentes.<sup>40</sup> As mulheres negras, portanto, foram críticas aos movimentos antiestupro, nos Estados Unidos, tendo em vista seu caráter racista e seletivo. Um grande número de homens negros inocentes foram enviados às celas de prisão perpétua, enquanto suas companheiras, mulheres negras, eram empurradas a buscar o auxílio de policiais e juízes. E na própria condição de vítimas de estupro, elas encontravam pouca ou nenhuma simpatia dos homens “uniformizados” e “togados”. Isso quando não eram estupradas novamente por policiais ao notificarem a violência sexual (DAVIS, 2016, p. 178).

A problemática fica evidente no seguinte trecho (DAVIS, 2016, p. 181):

A imagem fictícia do homem negro como estuprador sempre fortaleceu sua companheira inseparável: a imagem da mulher negra como cronicamente promíscua. Uma vez aceita a noção de que os homens negros trazem em si compulsões sexuais irresistíveis e animalescas, toda a raça é investida de bestialidade. Se os homens negros voltam os olhos para as mulheres brancas como objetos sexuais, então as mulheres negras devem por certo aceitar as atenções sexuais dos homens brancos. Se elas são vistas como “mulheres fáceis” e prostitutas suas queixas de estupro necessariamente carecem de legitimidade.

O “não” estará no núcleo dos crimes de estupro. Ao dizerem “não” ao sexo ou a qualquer outro tipo de relação não desejada, desafiam e resistem ao poder dos homens

---

<sup>40</sup> Relembramos, aqui, o debate travado, em 2015, no Brasil, em torno da redução da maioria penal, cujas justificativas conservadoras e racistas em defesa do encarceramento da população jovem negra estavam pautadas pelo crime de estupro.

brancos, muito além do ato sexual. Esse “não” também é uma negativa ao racismo e ao falocentrismo que está presente no espaço público e, principalmente, no espaço doméstico. Segundo a Nota Técnica realizada pelo Ipea, em março de 2014, *Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde*, “[...] no geral, 70% dos estupros são cometidos por parentes, namorados ou amigos/ conhecidos da vítima, o que indica que o principal inimigo está dentro de casa e que a violência nasce dentro dos lares.” (CERQUEIRA; COELHO, 2014, p. 9).

Considerando que os casos de estupro são subnotificados<sup>41</sup>, dado o julgamento da moralidade das mulheres e o processo de re-vitimização pelas instituições, há um grande esforço em demonstrar que os agressores não são pessoas desconhecidas que abordam mulheres vestidas de forma provocante em becos escuros. Esse mito oculta que a violência é perpetrada, principalmente, por pessoas que estabelecem relações afetivas, por exemplo, os próprios companheiros, namorados, esposos, amantes, e também nas relações de trabalho em razão das hierarquias de poder presentes nesse espaço. Principalmente, pelo direito, é difícil conceber que a esposa tenha controle sobre sua própria sexualidade no casamento, inclusive podendo dizer “não” para qualquer tipo de contato corporal não desejado, ou ainda, nas relações de trabalho, quando as mulheres não concordam em satisfazer os desejos e vontades de homens em posição privilegiada de poder.

Ao mesmo tempo, será social e legalmente aceito que os homens usem a agressão (psicológica e física) com a finalidade de violentar sexualmente. Aqueles que de fato violentam são enquadrados dentro de um padrão de normalidade que equipara a sexualidade masculina à agressividade e a sexualidade feminina à repressão e passividade. E protegem-se através dos mitos e explicações no campo individual sobre o estupro associado a sintomas de desvio de personalidade ou comportamentos anormais, ignorando totalmente o contexto em que a violência ocorre, a cultura discriminatória que a alimenta e as narrativas e experiências das mulheres sobre a violência sexual (SMART, 1977, p. 105).

No campo da criminalização sexual constitui-se o que Vera Regina de Andrade chamou de “lógica da honestidade” como uma “sublógica” do sistema penal e da criminalização de condutas sexuais (ANDRADE, 2005, p. 89). A lógica da honestidade fica evidente quando o núcleo do controle é a sexualidade das mulheres. Isto implica a

---

<sup>41</sup> Ainda de acordo com a *Nota Técnica Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde* (CERQUEIRA; COELHO, 2014), a partir de informações coletadas em 2011 pelo Sistema de Informações de Agravo de Notificação do Ministério da Saúde (Sinan), estima-se que no mínimo 527 mil pessoas são estupradas por ano no Brasil (89% das vítimas são mulheres) e que, destes casos, apenas 10% chegam ao conhecimento da polícia.

preservação da virgindade e o zelo pela reputação sexual, os quais serão parâmetros definidores dos comportamentos de mulheres que poderão ser consideradas honestas do ponto de vista da moral sexual, ou mulheres desonestas, tendo como modelo radicalizado a prostituta. Ao longo do processo de criminalização desde a criminalização primária presente nas definições legais dos tipos penais ou o discurso da lei, até os diferentes níveis de criminalização secundária por meio dos inquéritos policiais, processo penal e acórdãos, pode-se notar a dicotomia entre as mulheres que são consideradas vítimas pelo sistema de justiça criminal – mulheres honestas e frágeis -, daquelas que carecem de credibilidade e não cumprem com as normativas destinadas a seu gênero, as mulheres arditas ou desonestas (ANDRADE, 2012, p. 146).

Pontua (SMART, 1977, p. 106) sobre as vítimas que as distinções entre as mulheres não desviantes e as prostitutas (vistas como mulheres desonestas) são feitas não apenas em termos de julgamento moral ou de negociação do sexo, mas também em termos dos desvios primário e secundário. Ela sustenta que o papel sexual feminino possui elementos do desvio primário cujo retrato são mulheres realizando favores sexuais em troca de alguma recompensa. A mulher não desviante carrega o status de prostituta implícito no seu papel sexual, ainda que ela não seja uma trabalhadora sexual, e o que irá diferenciá-las é sua progressão do estágio do desvio primário para o desvio secundário. No estágio primário do desvio a sociedade busca a “normalização” das desviantes, lembrando-lhes quais são as expectativas normativas, ou ainda ignorando os acontecimentos. Contudo, se a desviante persiste em seu comportamento, tornando-o visível, possivelmente será rotulada no campo social como desviante. Uma vez que a desviante decide dar continuidade à carreira de desvio, a estigmatização e a punição irão acompanhar estas pessoas e elas serão obrigadas a mudar seu estilo de vida e se acomodar a tais eventualidades.

A autora (SMART, 1977, p. 5) irá tratar largamente da imagem da mulher prostituta pelo Sistema de Justiça Criminal. Retoma as ideias que ainda ecoam na criminologia de Cesare Lombroso e Guglielmo Ferrero, os quais apresentam as trabalhadoras do sexo como seres degenerados e a maior representação do atavismo. Ambos argumentam que todas as mulheres primitivas são prostitutas e conseqüentemente ser uma prostituta, para os autores, é voltar para os estágios primários da evolução. As prostitutas estarão associadas à imagem da mulher criminosa, retratadas como seres selvagens, excessivamente viris e sexualmente imorais, conforme foi desenvolvido por Lombroso e Ferrero em *La donna delinquente*.

Não nos aprofundaremos na visão dos autores que marcaram a Criminologia Positivista, porém nos interessa brevemente sublinhar as representações que daí surgem e

predominam, ainda hoje, no imaginário social e jurídico. A prostituição será analisada a partir de suas origens em uma forma de patologia individual traçada pela fisiologia, biologia e psicologia. E a mulher prostituta tratada como causa para a prostituição, devendo “justificadamente” ser punida ou tratada por sua condição de ser “hiper-sexualizado”.

Da mesma forma que opera no estupro, impõe-se um duplo padrão moral nos casos relativos à prostituição (SMART, 1977, p. 84, tradução minha):

Qualquer tentativa de lidar com a promiscuidade, portanto, pode ser interpretada como tentativas de interferir na vida sexual de mulheres e meninas e não homens e meninos. Esse duplo padrão implica que as fêmeas promíscuas são antinaturais e problemáticas, enquanto os machos não podem ser promíscuos porque seu impulso sexual é "naturalmente" irreprimível e bastante indiscriminado. As implicações totais desse duplo padrão revelam-se nas acusações de prostitutas, no tratamento de vítimas de estupro e em delinquentes e na política de institucionalização das chamadas garotas promíscuas.

Conclui-se que as vítimas e agressores passam por uma seletividade, porém quando se trata do desvio sexual, ainda é mais estigmatizante para as distintas mulheres, que para os homens brancos, fato perceptível na ênfase dada pelas agências de controle social à “normalização” das desviantes. Para os homens brancos, progredir do desvio primário, definido pela agressividade e a sexualidade violenta, ao desvio secundário, momento em que consuma um estupro, é um processo muito menos dramático e destrutivo ao desviante de que para a mulher que sofreu violência ou exerce controle sobre seu corpo. Isto porque tornar-se um estuprador geralmente não envolve uma mudança radical no estilo de vida ou nos valores, tendo em vista que o estupro é interpretado como um evento isolado e vinculado com a desestabilização emocional. O mesmo não ocorre com a mulher prostituta que será duramente retaliada e punida por suas escolhas através da estigmatização e desumanização.

As reflexões que desenvolvemos até aqui sobre a sexualidade das mulheres, controle dos corpos e os crimes sexuais, ficam evidentes também na pesquisa desenvolvida por Silvia Pimentel, Ana Lúcia Pastore e Valéria Pandjarian. O estudo qualitativo buscou analisar processos judiciais e acórdãos de estupro nas 5 regiões do Brasil, representadas por: Belém, Recife, Cuiabá, São Paulo e Florianópolis. Nessas regiões foram pesquisados processos judiciais arquivados e acórdãos publicados no período de 1985 a dezembro de 1994. Foram analisados 50 processos judiciais de estupro, sendo 10 por região, com decisões de condenação e absolvição alternadas ano a ano. Quanto aos acórdãos, foram analisados um total de 101 acórdãos, sendo 09 da região Norte, 19 da região Nordeste, 25 da região Centro-oeste, 24 da região Sudeste e 24 da região Sul.

A pesquisa resultou no livro que, já no título, lança um questionamento crítico: *Estupro: crime ou “cortesia”?: Abordagem sociojurídica de gênero*. A análise dos processos, corroborada pelos dados dos acórdãos e pela leitura bibliográfica nacional e internacional consultada sobre o tema, apontou indicativos interessantes. Destacamos a constatada difusão de estereótipos, preconceitos e discriminações contra os homens e as mulheres e sua interferência negativa na realização da Justiça. Percebemos que há evidências de que o impacto negativo desse tipo de viés recai de maneira mais intensa e frequente sobre as mulheres. A absorção de valores sexistas, racistas e classistas pelas/os operadoras/es do Direito irá refletir na práxis jurídica que conduz a uma verdadeira “inversão de atores”, levando as vítimas a transformarem em réis e vice-versa. A mensagem veiculada por essas/es agentes, muitas vezes, reforça a ideia do *in dubio pro stereotype*, ou seja, o estupro é um crime em que a vítima tem que provar que não é culpada, e, portanto, não concorreu para ocorrência do delito (PIMENTEL; SCHRITZMEYER; PANDJIARJIAN, 1998, p. 203).

Outro ponto importante indicado pelas autoras é de que nem sempre é absoluta, coerente e linear a relação que existe entre a norma positiva, a norma aplicada aos casos e os valores presentes na sociedade. Fica patente que o momento da aplicação do Direito é muito mais do que o momento de uma mecânica subsunção do fato à norma positiva jurídica. É o momento supremo do direito em que ressaltam muito mais os valores morais impressos em estereótipos e preconceitos discriminatórios, que atuam (in)conscientemente nas argumentações das/os operadoras/es do direito, impedindo-as/os de desempenharem suas funções tendo em vista o respeito, a dignidade e a justiça (PIMENTEL; SCHRITZMEYER; PANDJIARJIAN, 1998, p. 206).

Parece essencial no debate das autoras a relação estabelecida entre violência social e institucional. Reforçam a ideia de que deve existir uma “via de mão dupla” no processo de enfrentamento à violência sexual contra os distintos grupos de mulheres. Incluir as críticas feministas nos discursos do Poder Judiciário, Ministério Público, Delegacias de Polícia e Advocacia é um esforço pela transformação das instituições estatais e sociais, as quais são importantes vias de produção e reprodução de ideias e estereótipos sociais (PIMENTEL; SCHRITZMEYER; PANDJIARJIAN, 1998, p. 34).

As leis funcionarão como contratos jurídicos que inexoravelmente se deixam infiltrar pelo código de status da moral. Ao mesmo tempo em que se anunciam igualitárias, percebemos uma estrutura hierárquica de gênero que aparece em suas fissuras. Por trás do

contrato igualitário transparece o sistema de status<sup>42</sup> que ordena o mundo em gêneros desiguais - assim como em raças, minorias étnicas e nações desiguais. Rita Laura Segato (2010, p. 135) diz que talvez o tratamento jurídico dado ao crime de estupro no Brasil seja o verdadeiro termômetro de ambivalência da lei, que se diz moderna, contratual e igualitária, mas permanece com os pés de barro profundamente fincados no sistema de status movido por gênero, raça e classe.

A autora cita para demonstrar a tensão entre o sistema de status e o contrato, as denúncias de violência feitas pelas prostitutas. Os casos, por exemplo, de clientes que retiram o preservativo sem consentimento prévio da trabalhadora do sexo, resistem ao pagamento ou impõe práticas não acordadas na contratação do serviço, podem ser classificados como estupro ou violação. A ruptura do contrato pela reemergência de uma lei prévia, de um direito que se apresenta como pré-existente e autoriza perpetrar atos não consentidos pelos homens está amparado na relação de status constitutiva de gênero, tal como a moral e o costume o reconhecem (SEGATO, 2010, p. 136).

A contradição entre moralidade e legalidade na violência sexual, para Segato (2010, p. 137), estão nos atos disciplinadores e vingadores contra as mulheres. Os atos vinculam-se com a punição e a retirada de vitalidade das mulheres vistas como aquelas que desacatam e abandonam as posições a elas destinadas no sistema de status da moral tradicional. A violação constitui uma punição e o violador, ao invés de um criminoso, é um moralizador ou vingador da moral. A moral tradicional recobre as mulheres de uma suspeita que o violador não consegue suportar, pois essa suspeita reverte-se sobre ele e sobre sua incapacidade de gozar do direito viril de exercer controle sobre as mulheres. Principalmente quando as mulheres demonstram sua autonomia e irreverência, restauram seu poder e sua moral viril no sistema de status, posicionando as mulheres em seu lugar relativo mediante a violência. Este é apresentado por Segato (2010, p. 143) enquanto economia simbólica do estupro como crime moralizador, ainda que ilegal:

É na capacidade de dominar e exibir prestígio é onde se assenta a subjetividade dos homens e é nesta posição hierárquica que chamamos de masculinidade, onde seu sentido de identidade e humanidade se encontram entramados. A estrutura dos rituais de iniciação masculina e os mitos de criação falam universalmente desta

---

<sup>42</sup> Rita Laura Segato (2010, p. 143) define sistema de status como “[...] usurpação ou retenção do poder feminino por parte dos homens. Essa retenção garante o tributo da submissão, domesticidade, moralidade e honra que reproduz a ordem do status no qual os homens devem exercer seu domínio e brilho ante seus pares. Serem capazes de realizar essa retenção é pré-requisito imprescindível para participar da competição entre iguais com que se desenha o mundo da masculinidade.”

economia de poder baseada na conquista do status masculino mediante a expurgação da mulher, sua contenção no nicho restrito da posição que a moral tradicional lhe destina e o exorcismo do feminino na vida política do grupo e dentro mesmo da psique dos homens.

As mulheres ocuparão uma posição ambivalente nessa economia simbólica. Estas se refazem constantemente como sujeitos sociais capazes de autonomia: uma parte se adapta à posição que lhes é atribuída, enquanto permanece um resto que não cabe inteiramente em seu papel na ordem de status, um algo a mais, uma agência livre, um desejo que não é o da submissão. As mulheres, nesse sentido, ocuparão uma posição híbrida, para Segato (2010, p. 143), são “anfíbios” da ordem de status e da ordem do contrato, com uma inserção dupla no sistema total de relações.

Isto porque há uma falta de correspondência entre as posições e subjetividade dentro desse sistema articulado, mas não inteiramente consistente que produz e reproduz um mundo violento. O efeito violento resulta do mandato moral e moralizador de reduzir e aprisionar as mulheres em sua posição subordinada por todos os meios possíveis, recorrendo à violência sexual, psicológica e física; ou mantendo a violência estrutural da ordem social e econômica (SEGATO, 2010). E esta faceta violenta se apresenta no fundo de toda relação de poder classificados por status de gênero, raça, etnicidade, nacionalidade, região ou qualquer inscrição cujo efeito seja de colonialidade. Ou seja, o sistema de status se infiltra no contrato e nas próprias leis.

Creio que estas são algumas das contribuições sobre o julgamento do crime de estupro, sua vinculação com as dissimetrias de poder e com o controle (não apenas) dos corpos das mulheres. No próximo capítulo, pretendemos no aprofundar nesta temática a partir das narrativas das garotas de programa sobre o que reivindicam enquanto violência sexual e suas percepções em relação à atuação do sistema de justiça criminal e ao discurso jurídico quando trata do crime de estupro.

## CAPÍTULO 3 APRENDIZADOS E LIMITES NA PRÁTICA DA PROSTITUIÇÃO

### 3.1 O “Centro de Prevenção em DST/Aids” da cidade de Franca

Para pensar as experiências das garotas de programa de Franca parece interessante, antes de dar este passo, a aproximação com o órgão que intermediou esta pesquisa. Utilizarei, principalmente, os aprendizados de João<sup>43</sup>, durante os seus “mais de 15 anos” em contato direto com o serviço sexual na cidade, para recuperar alguns elementos sobre a história do “Centro de Prevenção em DST/Aids” e a relação estabelecida com as garotas de programa antes e após sua criação.

A escolha pela fala do profissional foi feita para visibilizar o trabalho desenvolvido dentro da instituição, em especial, na interação com as garotas de programa. O fato de ser introduzida como pesquisadora, mediada pelo Centro, abriu um importante canal de comunicação e diálogo com as trabalhadoras. Ao mesmo tempo, neste processo, eu deixava de ser uma estudante que chegava às casas por conta própria, para ser “a menina das entrevistas que o João trouxe”. Ainda que chegasse sozinha nas casas, agendasse as visitas sem a presença dos profissionais e não fizesse a usual entrega de insumos, minha presença continuava sendo associada, em algumas ocasiões, à da instituição.

Por isso, o destaque à história e às lembranças de João, durante sua trajetória, o que nos pode dar elementos para entender a relação estabelecida com as trabalhadoras e suas possíveis influências em nossos diálogos sobre prostituição, negociações, aprendizados, violência sexual e o sistema de justiça criminal, em Franca, SP.

Combinamos nosso encontro na tarde do dia 19 de julho de 2016. No meio da agitada área central da cidade, um pequeno e discreto portão branco se escondia entre os muitos estabelecimentos comerciais. Uma placa pouco chamativa e antiga, com o nome “CTA” dava o indicativo de ser ali o Centro. Entrei e me deparei com Zélia, pessoa encarregada pelo atendimento. Ela gentilmente ligou para João e avisou que eu o esperava. Enquanto aguardava breves minutos na recepção, vi em uma caixa transparente, preservativos e géis lubrificantes

---

<sup>43</sup> As entrevistas semiestruturadas foram realizadas durante o período de junho de 2015 a junho de 2016. Elas seguiram as exigências éticas sobre pesquisas envolvendo seres humanos, em especial, a necessidade de termo de consentimento assinado por mim e pelas entrevistadas, com todas as informações sobre a pesquisa. Foram suprimidos os nomes reais e qualquer outro dado que pudesse garantir a quebra do anonimato das garotas, com exceção de João, figura conhecida publicamente pelo trabalho que desenvolve no “Centro de Prevenção em DST/Aids”, o qual concordou que mantivéssemos sua identificação e teve acesso prévio à transcrição de sua entrevista.

disponíveis para quem quisesse retirá-los e vários folhetos tratando de questões relativas à saúde e ao trabalho sexual. Não tardou e João foi me receber. Pediu que eu entrasse na primeira sala do corredor.

Sentamos e, sem querer tomar muito de seu tempo, logo expus a preocupação que tinha em relação ao anonimato nas entrevistas: o fato de João ser uma pessoa conhecida pelo trabalho desenvolvido no Centro, dentro e fora da cidade, inviabilizaria a sua não identificação. Felizmente a questão não foi vista como um problema, ele concordou com o uso de seu nome e também com o auxílio do gravador. Sem nos alongarmos nos aspectos formais, começamos a conversa.

A narrativa de João sobre as origens do programa começa no ano de 1998. Nesta época, conta que passou a funcionar o “Centro de Testagem e Aconselhamento”, conhecido como “CTA”. Lá eram oferecidas sorologias para HIV, Sífilis, Hepatite B e C, também teste rápido diagnóstico anti-HIV. Adverte que este “não era um projeto” e “nem tinha uma sede”, tanto que transitou entre vários endereços, “inclusive no Centro de Saúde” de Franca.

Foi só a partir de 2001 que “o governo estadual lançou os projetos com as populações mais vulneráveis que era com profissionais do sexo, usuários de droga e HSH, que são homens que fazem sexo com homens”. Neste ano, ele, junto de Andréia, “assistente social em unidades”, participaram de oficinas para serem capacitados. Ele começou a coordenar o projeto da prefeitura de redução de danos e Andréia ficou encarregada pela abordagem com as profissionais do sexo. Em 2005, a prefeitura alugou o prédio e centralizaram o “Centro de Prevenção em DST/Aids”, onde funcionava tanto o CTA, tratando da questão da testagem, como o Programa de Prevenção com as profissionais do sexo e usuários de drogas ilícitas.

Neste sentido, explica João sobre as mudanças ocorridas:

Você vê, são 14 anos com o projeto. E assim, foi projeto durante uns quatro, cinco anos, depois ele começou a ter uma verba própria e aí deixou de ser projeto para se tornar um programa. Quando acabaram essas verbas específicas... se tornou um programa acho que mais ou menos a partir de 2005, 2006 que tornou o programa [...]. Era o projeto que tinha uma verba específica, ele foi inserido nessa verba. Porque projeto ele é por um tempo e foi renovado. Aí quando ele se torna um programa, então ele fica mais sustentável. Então assim, até porque é um programa barato, não demanda gasto com nada. A gente até teve, pode realizar eventos para sensibilizar a população, seminário, capacitação para rede pública, para trazer um pouco essa questão da prostituta para a sociedade, para a discussão, para sair um pouco dessa vulnerabilidade que elas têm, dessa coisa de ficar à margem mesmo.

Conta que antes mesmo de 2005, em 2002, já faziam um trabalho e projeto de prevenção com as profissionais do sexo. Diz que tinha todo um roteiro a ser seguido pelo programa estadual para implantação do projeto. Primeiro, tinham que realizar um

mapeamento da prostituição no município e observar “[...] de que maneira eles aconteciam, se eram chácaras, se as mulheres estavam na rua, se eram casas dentro da cidade. E aí na época tentaram detectar todos esses pontos, esses locais.” (João).

Lembra também da influência do Ministério da Saúde e “todo um embasamento” muito voltado para a questão da Aids. Os movimentos sociais estavam fortes naquela época porque estavam começando “[...] tanto com plano de droga como com profissional do sexo, então tinha investimento e interesse das três esferas, principalmente da esfera federal que é o ministério, da esfera estadual que é o programa estadual.” Para isso, diz que capacitaram os municípios para poderem desenvolver o programa e para “poder fazer esse trabalho de ponta”. (João).

Enfatiza “a luta da Aids, tudo pela luta da Aids” e acrescenta que no município “trabalham outras questões”, por exemplo, de “[...] direitos humanos para não sofrerem violência”, já que “[...] a questão da prevenção da DST e Aids é para chegar até elas, a partir disso você trabalha outras questões. Porque se falava muito e nem é uma palavra que está mais em moda, mas do empoderamento delas.” Com o programa tiveram verba para desenvolver material específico voltado para as profissionais e conseguiram organizar eventos e seminários, além de fazer oficinas com a rede de Saúde para que as mulheres “[...] pudessem chegar nos serviços de saúde sem sofrer preconceito, sem ser discriminada.” Diz que iam semanalmente, ou a cada quinze dias, e estavam sempre presentes nos pontos, conversando, também atendendo no Centro e ajudando-as a chegar ao serviço de saúde sempre que “alguma coisa emperrava.” Satisfeito conta que “[...] a própria unidade nos procura, o sistema de saúde como um todo, justamente por ser a referência.” (João).

O Centro de Prevenção aparecerá como referência tanto em relação ao trabalho de prevenção com as profissionais do sexo como também para “as questões LGBT”. Quando questionado por mim sobre as ações na temática, explica a criação do Grupo Fênix incorporado à instituição:

[...] a Andréia já tinha o grupo Fênix com as travestis. Ela e a Rose que era enfermeira. E como eu estava trabalhando no CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) ela me convidou e convidou a Andreia onde nós compramos a ideia, gostamos, fomos jogados aos leões, vamos dizer assim, gostamos de sermos jogados aos leões e aí estamos até hoje. Você se identifica com o trabalho, com a população e foi o que aconteceu. O Fênix, ele já tem desde 1998 ou 1999, começou o Fênix. Começou na unidade básica do Paulista, que algumas travestis iam lá e procuravam a Andréia, que era assistente social, e a Rose, que era enfermeira, e falou assim: “vamos montar um grupo para a gente conversar”, porque elas iam lá buscar preservativos na época. Esse grupo começou lá. Quando eu cheguei, vim para a saúde, que vim para o programa e comecei a desenvolver o projeto, tudo, aí eu participava não com tanta frequência, mas eu ia e o programa sempre ajudava a

realizar coisas, aí, então assim, como a Andréia estava trabalhando com profissionais, a gente começou com esse projeto, ele começou a ser inserido mais dentro do programa de DST e AIDS. A partir de 2005, final de 2004, a Andréia não quis mais coordenar o grupo, nem ela nem a Rose, porque ela também quis... ela tem o ciclo dela. Tem um ciclo na vida dela, ela quis partir para outras coisas. Aí eu comprei a ideia, trouxe para cá, porque até então as reuniões eram lá e aí a gente teve que refazer. Porque assim, primeiro que você muda o local das reuniões, você muda... não é que você muda o perfil, mas assim, quando você trabalha travestis e homossexuais, nem sempre é uma população que... assim, tem as diferenças, as divergências e aqui no município eu não conheço outro grupo com travestis homossexuais. Porque normalmente você tem o de travestis, ou você tem o grupo de homossexuais. E aí, pelo fato de eu ser homossexual e coordenar o grupo, passar, teve uma primeira... Ficou uma coisa assim, não tão assim, mas assim... Mas depois as pessoas já me conheciam, sabiam do meu interesse e aos poucos foi retomando e estamos aqui desde 2005, com as reuniões aqui no centro de prevenção e ele inserido dentro do programa da DST e AIDS na prevenção, e nós pudemos realizar uma série de eventos também, seminários e capacitações na questão do atendimento das populações LGBT também, para que evoluísse. (João).

Durante esses quatorze anos, com cautela, narra que “muitas coisas mudaram”, não apenas em Franca, mas também nos outros municípios. Sofreram “[...] baixas com relação às pessoas para trabalhar”, as equipes se transformam; mas nunca deixaram de ter alguém para coordenar e agentes da saúde “[...] para poder desenvolver esse trabalho na ponta com as profissionais do sexo e com toda essa população”. Eles se “reorganizaram”, “reinventaram” e “dão conta de fazer o trabalho”<sup>44</sup> conforme descreve:

[Trabalhamos com] a prevenção, entrega de material educativo, preservativo, chamando para testagem. Porque assim, o centro de prevenção ele não só trabalha com essas populações, ele tem trabalhos com adolescentes que faz, com escolas do estado. Tem trabalho com a população em geral, tem ações e eventos voltado para a população em geral e com essas populações mais vulneráveis, é aqui que sai todas as ações para o trabalho de prevenção de uma maneira em geral. E a gente costuma ir em lugares que tem grande concentração de público, de gente, que aí você acessa, dá íbope, vamos dizer assim. E é um trabalho de ponta, eu acho que é gostoso, que a gente chama de trabalho de ponta. Eu sempre quis estar na ponta também, não só... porque você precisa disso, eu acho que isso te enriquecesse, te dá conhecimento, você precisa conhecer com quem você trabalha. Não é só ficar daqui pra ouvir. Então assim, mesmo quando tinha as equipes, nós tínhamos as reuniões, sempre estive presente indo com as meninas para poder acompanhar de perto. (João).

Os momentos de maior entusiasmo se deram quando João contou dos eventos, encontros e oficinas que puderam fazer durante os anos 2000. Para que eu tivesse uma ideia da proporção das iniciativas do Centro, volta ao ano de 2003, quando conseguiram colocar

---

<sup>44</sup> João lembra que além do “trabalho de ponta”, o Centro passou a receber desde junho de 2015, não somente “a população específica”, mas também outras pessoas que passam por uma situação de risco. Todas/os podem utilizar a Profilaxia Pós Exposição (PEP) para evitar o contágio do HIV, após até 72 horas depois da relação desprotegida, violência sexual ou outra exposição de risco.

dez outdoors chamando para um evento de profissional do sexo, “[...] coisa que bem podiam fazer naquela época.”

Confiante, questionou se eu queria ir até a sala dele ver os cartazes dos eventos. Entrei e, enquanto observava, surpresa, os muitos quadros que marcaram a memória do Centro, João apontava para cada um deles e contava com carinho as histórias que vinham à sua lembrança, desde os “bózinhos” até os gratificantes contatos com as lideranças de outras cidades. Lembrava-se e citava seguidos nomes: de Regina Brito, em Ribeirão Preto, e “todo o pessoal do Vitória Régia” que trouxeram para Franca; Nina, na época socióloga “do Programa Estadual” “e amiga de Gabriela Leite”; a Maria Luize, do programa de profissionais do sexo de Bertioga; a Adriana Vieira, da ONG CASV, em Piracicaba; a Danúbia Reis, de Rio Preto; também “o pessoal de Campinas”. Conta em sequência e com exatidão os anos e até as datas dos eventos, saudoso retoma o primeiro deles: “[...] foi cinco de dezembro de 2003 [...], o Alexandre veio lá de São Paulo falar sobre diversidade, gênero, sexualidade e homossexuais”. Ao final, fazendo um balanço das ações conclui que “não foi fácil” e nem pouca coisa, já que “tem que dar a cara pra bater” e não é assim “com todo mundo que a gente encontra.” (João).

Depois voltamos para o local em que nos encontramos no início da conversa. Lá, João conclui nosso diálogo contando sobre suas impressões em relação à violência contra as profissionais do sexo. Disse que no Centro eles não tiveram “muitos relatos”, nem “muita procura”, acredita que “[...] muitas vezes não querem se expor porque têm essa questão de denunciar, de ir em frente, então acabam passando por isso e não tomando uma atitude ou enfrentamento.” (João). O preconceito e a discriminação aparecerão como obstáculos ao acesso às instituições e enquanto causa da violação de direitos das profissionais do sexo.

Não nos alongamos muito e, ao final, percebi João entusiasmado com o processo de retomar o passado e a memória. Passei na sua sala, fotografei os cartazes do Centro e recebi as cartilhas e materiais distribuídos na instituição. Combinamos de nos encontrar depois de alguns meses e nesta oportunidade pude entregar sua entrevista transcrita. Concordou que aparecesse aqui seu nome e alguns elementos de resgate da trajetória que marcou, não apenas sua subjetividade, mas também a relação com as garotas de programa que estive a campo.

Retomamos a história de João no “Centro de Prevenção em DST/Aids” com o objetivo de trazer elementos da relação estabelecida entre os profissionais “no trabalho de ponta” junto das garotas de programa. Acredito que o percurso e as diretrizes da instituição influenciaram, em maior ou menor grau, as noções apresentadas pelas profissionais sobre trabalho sexual, saúde, regras, limites, segurança, violência. Percebendo, em algumas ocasiões, a minha figura

vinculada ao trabalho desenvolvido no Centro, achei relevante explicitar a atuação de João e sua atuação antes e depois da criação do programa.

### Fotos do “Centro de Prevenção em DST/Aids” de Franca



Fonte: Elaboradas por Marcela Dias Barbosa.

### 3.2 Apresentação do universo pesquisado

Os diálogos com as garotas de programa de Franca aconteceram em: uma casa de prostituição, uma chácara e na residência de uma trabalhadora, a qual entra em contato com seus clientes por telefone e pelas solicitações nos *sites*. Tratam-se de espaços precisos onde a prática da prostituição acontece e, ainda que a pesquisa esteja concentrada nestes lugares, a própria dinâmica da aproximação trouxe dados a respeito do convívio vivido pelas garotas fora do contexto do trabalho. Embora tenhamos compartilhado nossos tempos nos estabelecimentos em que trabalham, e no caso de Beth em sua residência, pude conhecer em suas falas outros aspectos de suas vidas, além de suas profissões.

A pesquisa foi desenvolvida entre os meses de outubro de 2015 a julho de 2016. Conheci e entrevistei sete garotas de programa. Em dois dos diálogos percebi um forte receio e desconforto em apresentarem suas opiniões. Notando os silêncios e a brevidade das respostas iniciais, não insisti nos questionamentos. Mesmo com a garantia de anonimato, foram curtas as nossas conversas e achei pertinente não expor suas falas, e, portanto, o trabalho se ateve à análise do conteúdo das narrativas de cinco delas.

As trabalhadoras estão na faixa etária dos 34 anos (a mais nova 18 anos e a mais velha 56 anos). Três delas vieram do interior de Minas Gerais (Varginha, Uberaba e Cássia), uma do interior de São Paulo (Franca) e uma da capital do Estado de São Paulo. Uma delas se autodeclarou negra; uma como branca; duas se identificaram como pardas e de uma das interlocutoras não tive acesso à autodeclaração de cor/raça. A maioria é divorciada (quatro), sendo que três delas têm filhos e uma interlocutora é solteira e têm uma filha. Todas as mulheres entrevistadas já tiveram experiência em outro tipo de atividade profissional e as mais comuns são os trabalhos em fábricas e lojas (de cosméticos e alimentos). Outras atividades também apareceram como o trabalho doméstico e também o trabalho no campo.

Em relação à escolaridade, algumas respostas vieram acompanhadas das dinâmicas que motivaram a interrupção dos estudos. Beth e Isabel cursaram até o “quarto ano”, Luciana até a “sétima série”, Mariana até “o primeiro colegial” e Roberta terminou o Ensino Médio. A falta de entusiasmo com a escola, o fato de ter “casado nova”, o companheiro que não a deixava estudar foram significativos impedimentos vivenciados por Luciana. Já Beth, lembrou que antigamente estudar “era coisa de rico e só”, “você tirava o quarto o ano e era o suficiente”, e, neste contexto, sendo “mãe nova” ficava difícil cumprir com as exigências escolares.

A maioria das garotas vive com parentes próximos. Tias, primas, filhos, filhas, netas, irmã, mãe e pai são figuras que, agrupadas de formas distintas, ocupam o espaço “de casa” e, em alguns casos, das lembranças afetivas. Roberta vive com o companheiro, mas nos fins de semana regressa para sua cidade e para a casa dos pais. Luciana tem um namorado e vive com a tia e a prima enquanto espera, ansiosa, pelo aluguel de uma casa só para ela e a prima. Beth, a filha e as netas compõem a exaltada “casa das quatro mulheres”. Isabel tem um apartamento só seu, durante a semana mora e cuida da chácara em que trabalha e nos fins de semana ou vai para sua casa, ou para a casa da irmã, local em que moram seus filhos. Na mesma chácara em que está Isabel, a maior parte do tempo, vive Mariana, que prefere ficar no lugar de trabalho para juntar um dinheiro e, depois, conforme seus cuidadosos detalhes, na terça ou quarta feira de cada semana, leva o que conseguiu e aproveita para ficar um pouco na casa em que moram a mãe e sua filha.

Trouxe alguns dados do universo pesquisado, pois como sujeitos sociais, as mulheres com quem dialoguei, não devem ser compreendidas descoladas dessas dimensões. Nos próximos itens tentarei apresentar elementos, organizados sob os seguintes eixos: a) como veem o trabalho da prostituição, quais os aprendizados acumulados, as negociações, os limites e regras existentes e as estratégias para que sejam cumpridas; b) a questão da violência no trabalho e fora dele, e, principalmente, qual o sentido que dão à violência sexual e à maneira com que ela se vincula com o rompimento dos limites estabelecidos para a realização do programa; c) a credibilidade das prostitutas frente ao reconhecimento social e jurídico das violências perpetradas tanto dentro como fora do trabalho, também as noções que apresentam sobre o sistema de justiça criminal e, nos contextos de violência, como perpassam as ações ou omissões das instituições estatais.

Analisei os dados das entrevistas com base nos marcos teóricos formulados até aqui, além dos dados e reflexões produzidos em outras pesquisas que aparecerão articulados aos nossos objetivos. Conforme sinalizamos no primeiro capítulo do trabalho, as intervenções seguiram as exigências éticas sobre pesquisas envolvendo seres humanos, principalmente, a necessidade do termo de consentimento que possui minha assinatura e das entrevistadas, bem como as informações sobre a pesquisa. Com exceção do nome de João, conhecido por sua atuação no Centro, não aparecem os nomes reais ou qualquer outro dado que levasse à quebra do anonimato das profissionais. Construí o texto buscando preservar o encadeamento original das falas das interlocutoras, mantendo suas expressões, ainda que eventualmente tenham “erros de sintaxe” e, dentro de trechos, quando foi necessário, adaptamos ao “léxico correto” (SEVERI, 2012, p. 33). Quanto aos nomes em itálico, trata-se de nomes de categorias nativas

ou de língua estrangeira. O uso das aspas, quando não se referir ao enunciado das pessoas, indicará o uso literal de minha parte (FERNANDES, 2011, p. 15). Feitas essas indicações, creio que temos um ponto de partida.

### **3.3 Vivendo a vida fora e definindo a vida dentro**

Envolvida em uma toalha branca, confortável com sua chinela de dedos, Raquel terminava a hidratação dos cabelos firmemente presos em um coque quando foi me receber. Já menos ansiosa foi buscar um canto discreto para aguardar as meninas. Quando me dei conta, Raquel tinha reordenado os espaços e eu estava nos bancos de frente para seu balcão. O sentimento de acolhimento, comum na casa de avós e tias, fora despertado ali também. A habilidade de Raquel para receber pessoas, e se aproximar, foi tão espontânea que rapidamente passaram os minutos de prosa e espera.

Logo em seguida, Luciana chegou junto de seu cliente e sentou em uma mesa próxima a nós. Parecia estar à vontade, confiante, e enquanto acariciava o cliente, chamando-o por apelidos afetivos, conversava com Raquel sobre o investimento do dinheiro que conseguira guardar com seu trabalho. Em uma conversa de grande proximidade, Raquel a aconselhava sobre a importância em transformar a renda em algum bem para que ele não sumisse em outros gastos “superficiais”. Enquanto Luciana escutava atentamente as observações de quem parecia ser uma importante referência para ela, alisava o cliente, figura que quase desapareceu diante do protagonismo das duas no salão.

Em outro cenário, pude dialogar com Luciana. Sentadas em uma mesa com três cadeiras, na garagem da casa, um pouco tímida, no início da conversa, perguntou se teria problema se a prima nos acompanhasse durante a gravação. Concordei, percebendo a segurança que transmitia sua presença ali. Em pouco tempo, retomada a confiança e a desenvoltura, Luciana narrou um conjunto de experiências e aprendizados acumulados dentro e fora da prostituição durante seus dezoito anos de idade.

A memória familiar de Luciana marca nosso diálogo sobre as origens e os lugares em que passou, ganhando maiores contornos na relação materna. As lembranças de seu primeiro casamento vieram acompanhadas do sentimento de abandono da casa mãe, esta apresentada como “bem daquelas antigas”, que tinha dificuldades em aceitar que ela saísse e se divertisse. Os repetidos obstáculos, que pareciam cada vez mais incontornáveis, levaram ao desentendimento e ao rompimento com o vínculo materno, fato que ganha destaque na narrativa sobre o trânsito da adolescência para a vida adulta. Expressa que “se perdeu” quando

“tinha de quatorze para quinze anos”, idade em que se casou pela primeira vez e resolveu ir morar com o marido. Luciana, sem demonstrar interesse em explorar o assunto, diz que os dois não se entendiam e, passados oito meses, separaram-se. Nesta fase, interrompeu seus estudos, na sétima série, e enumera como razões, nesta ordem: o ex-companheiro, que não a deixava estudar, e a falta de entusiasmo com a escola.

Casou-se novamente e deslocou-se com o marido para Jales, “perto da divisa do Mato Grosso”, permanecendo pelo período cuidadosamente calculado, de um ano e dois meses. Lá o seu companheiro passou a envolver-se com o tráfico de drogas proibidas, foi preso, e Luciana, avaliando que os dois não dariam certo, voltou para Franca. Não tendo para onde ir e necessitando de renda para viver, disse que começou a trabalhar na casa de Raquel, mais por “impulso”. Uma amiga explicou como funcionava, fez o convite e Luciana foi. Ao ser questionada, durante nossa conversa, sobre o tempo de exercício no trabalho sexual, afirmou que batalhava há três meses, mas indicou ser esse o tempo na casa de Raquel. Antes, quando tinha dezesseis anos, já arrumava os homens mais velhos “para ajudar”.<sup>45</sup>

Pensando nesse tempo percorrido e em experiências recentes, ela faz o balanço de que não é um dinheiro fácil, mas sim, “uma renda que entra rápido e em boa quantia”. Dentre muitos serviços em que já trabalhou, por exemplo, em padaria e comércio, prefere fazer programas e ressalta a vantagem em conseguir boa quantidade de dinheiro em pouco tempo, garantindo sua subsistência e autonomia financeira. Segundo Luciana, não é fácil, “é complicado, é muita crítica”, envolve a família e lá “todo mundo sabe, mas ninguém aceita também”; porém, enfatiza, é uma opção sua e direito seu, devendo ser respeitada, porque quando estava na sua outra cidade (provavelmente Jales), trabalhava na roça, “coisa rural” e “ficava lá para ganhar um mês” o que tira “em um programa, 40 minutos”.

Ainda, apresenta a seguinte visão sobre “fazer programa”:

[...] fazer programa. Eu acho, tipo assim, não é uma coisa, não é um bicho de sete cabeças, não é uma coisa difícil. Tem homem educado que trata a gente bem, que é outra coisa. Não é um bicho de sete cabeças. Eu trabalhei normal e eu também não tenho vergonha de falar o que eu faço. Tem muito menino que eu conheço: “não sei o quê”, eu falo: “não, eu não vou ficar com você, eu sou garota de programa, se você quiser ficar comigo tem que pagar”. Então eu gosto, tipo assim, falar: “eu gosto, eu sinto prazer em trabalhar nisso”, não, eu tenho vergonha...tem dia que a gente está mais cansada, que a gente não quer, mas tem que vir. Entre muitos serviços que eu já trabalhei em padaria, em comércio, eu prefiro fazer programa. Eu acho uma coisa mais... tem muito homem aí para lidar, que a gente aprende. Eu, desses três meses, eu aprendi muita coisa. Tem muito homem educado que conversa com a gente, é bom, eu gosto. Não é prazeroso esse serviço, “prazeroso ficar com homem bem mais

<sup>45</sup> Trabalharemos adiante a ideia do homem “que ajuda” com mais profundidade.

velho que eu”, você vê que tem idade, é meu vô, eu vejo o meu vô ali, já vieram clientes aqui que parece o meu vô. Mas... eu gosto do que eu faço. (Luciana).

A prática da prostituição, narra Luciana, “não é um bixo de sete cabeças”. O dia a dia no trabalho contribui com a aprendizagem para lidar com os clientes, tanto os que possuem o perfil que “gosta” – os homens “educados”, os “cheirosos que já vem novo”, os “conhecidos” - como também desenvoltura para negociar, mesmo que sem prazer, com os homens “bem mais velhos” e os “desconhecidos”. Neste sentido, Roberta, no mesmo lugar em que conversei com Luciana, semanas depois, também narrou os aprendizados na prática da prostituição.

Com 25 anos de idade lembra que “quando era mais nova”, não sabia “o jeito que são os homens”. Conta que “antes de entrar pra essa vida”, trabalhou em lojas e em fábrica, tinha “um namorado só” e estava apenas começando. Hoje em dia, afirma que “de tanto homem que já viu na vida”, nenhum a “passa para trás” porque “já sabe o jeito que homem é”:

Cada um é de um jeito, então na hora que eles chegam que a gente vai vendo. Que a gente tem que comprar também eles. Não é nem eles comprar a gente, porque não chega aí, olha na gente, fala: “vamos”. Ai a gente tem que falar na cabeça, entrar na mente deles, para eles perderem. Ai na hora que você já entra na mente do cliente, você vê se a pessoa é aquilo que você pensa ou não. É onde você consegue manobrar. (Luciana).

A habilidade em observar os clientes dos pequenos aos grandes gestos, discursos, comportamentos e notar as características dos diferentes perfis (novo, velho, rico, casado, solteiro, conhecido, desconhecido) dão elementos para que as garotas estabeleçam as formas de se relacionar voltadas para o respeito às regras de organização e responsabilidades acordadas. Fabiana Sousa (2012), buscando compreender os significados atribuídos por garotas de programa de São Carlos à prática da prostituição, percebe que “a noite também educa”. O educar-se na prática da prostituição, para a autora, toma parte na construção do mundo, da sociedade em que se vive, construindo e elaborando a própria identidade das garotas, os sentidos que atribuem a si, aos outros e às experiências vividas. As prostitutas consolidam distintos saberes e processos educativos por meio dos quais atribuem noções e recriam a si e seu fazer (SOUSA, 2012, p. 9).

Neste processo, a narrativa de Roberta revela que não são apenas os clientes que “compram” as garotas. Elas também participam ativamente deste processo, aprendendo e negociando os comportamentos, o tempo, as condições, o preço, o pagamento, o sexo protegido. Não basta apenas a proposta e a disposição do cliente em pagar um programa para que ele aconteça. Para que a relação se estabeleça dentro de suas expectativas, elas têm que

“entrar na mente”, “ter voz de comando”, comportamentos que lhes dão capacidade de agenciamento ou possibilidade de “manobrar” a situação.

Na verdade, eles sempre falam assim: “é 40 minutos o quarto, eu quero uma hora”. Mas eu já sei que aquilo vai ser uns 10 minutos. Uns 20 minutos. Antes de meia hora. Porque o cara está vindo aqui, ele está pegando uma mulher diferente, nunca fica muito íntimo com a mesma pessoa. Apesar de ele ter uma mulher, ele vai pegar uma mulher diferente. Então é aonde ele vai gozar rápido. Você entendeu? Agora, se ele vem aqui, fica todo dia com uma menina, já não dá certo. Eu não gosto de ter cliente repetido. Eu gosto de fazer que nem os caras que querem chegar aqui e ver menina diferente. Eu já não gosto de envolver com cliente. O negócio é o negócio ali na hora, depois é como se não conhecesse. (Roberta).

A maneira com que Roberta, e as outras garotas, identificam seus clientes revela a influência de alguns pressupostos que regulam o trabalho sexual, também os modos de vivenciar as convenções de gênero e, principalmente, a necessidade de impor limites e barreiras de acesso ao corpo e à afetividade. As experiências e aprendizados de Roberta indicam que “o melhor é não ter cliente repetido”. Evitar a proximidade afetiva parece ser vantajoso tanto para economizar tempo no trabalho quanto para preservar sua intimidade (PASINI, 2000; GASPAR, 1988). Fora da casa ou depois do programa, o cliente torna-se um desconhecido, aparentemente para que se mantenha uma separação entre as relações (sociais) e comerciais daquelas que são afetivas. Portanto, reafirma, “é o negócio ali”, com hora para começar e terminar, com condições determinadas a serem cumpridas e o pagamento a ser feito sem resistência do cliente. A partir do momento em que coloca os pés na rua, Roberta diz que “é ela mesma”; no puteiro, “vai agindo só no profissional”.

O agir profissional e o educar-se na prática da prostituição permite com que Roberta observe, caracterize os clientes e subverta os códigos de gênero. O fato de preferir transar com homens diferentes, “que nem os caras que querem chegar e ver menina diferente” rompe com a posição (de passividade) imposta às mulheres nos relacionamentos monogâmicos heterossexuais e possibilita maior autonomia dentro de uma relação em que não se envolve afetivamente. Roberta usa os qualificativos “feios, insuportáveis, nojentos”, segmentando o contato sexual e, em certo nível, negando uma relação que saia do âmbito profissional.

Já Beth, com seus 56 anos de idade, atende programas particulares, solicitações pelos *sites* e tem seu ponto na rua. Fala com orgulho que nunca escondeu o que faz. É prostituta há 30 anos, vive com sua filha e netas, “gosta de luxo”, “gosta de trocar os móveis da casa todo ano”, “gosta de manter seus filhos” e “adora viajar”. Deixa claro que “nunca deitou de graça com ninguém”, não beija cliente e conta em tom debochado: “eu falo pros meus clientes, não é pra dar carinho e beijar ninguém”, se fazer isso eu cobro, então eles já sabem, é “o

profissionalmente e só”. E adverte que se estiver na rua “com filho” e cliente “mexer”, enfrenta: “eu te conheço?” “Respeito cabe em qualquer lugar”.

As narrativas indicam a importância em diferenciar as práticas sexuais permitidas no exercício da prostituição daquelas que fazem parte de sua vida íntima, afetiva, familiar e amorosa. Neste sentido, Maria Dulce Gaspar (1988, p. 112) interpreta que as garotas de programa de Copacabana “constroem uma maneira particular de se relacionar com o próprio corpo, estabelecendo limites e barreiras simbólicas em relação a cada programa e aos clientes em geral”. Em diálogo com Maria Dulce Gaspar, a autora Eliane Pasini (2000, p. 195), a partir do que contam as garotas de programa da rua Augusta, na cidade de São Paulo, interpreta que a justificativa para existirem atitudes não realizáveis (ou limites simbólicos) no relacionamento entre garota de programa e cliente revelam motivações profissionais e afetivas. Para Pasini (2000, p. 189) reservar partes do corpo e das emoções, sem permitir o contato com os clientes, ocorre para que fiquem nítidas as diferenças entre as parcerias que se estabelecem na prostituição e, ao mesmo tempo, fora da prostituição.

Quando questionei Roberta por que prefere não se envolver com cliente, ela conta:

Eu não gosto de envolver com cliente porque é igual você [se] envolver com um cara. Que eu já envolvi com pessoas mais velhas que me ajudava. E, de repente, a pessoa já quer mandar na sua vida. Daí já começa aquela coisa de namorado, a pessoa é casada e quer mandar na sua vida. Não dá certo. A pessoa te paga um programa, acha que está te ajudando. Entendeu? Então não dá certo, não. Prefiro não ter vínculo.

E me alerta sobre “a maioria dos homens que a gente conhece”:

Na verdade, a maioria dos homens que a gente conhece, assim: “não, eu vou te tirar dessa vida”. Eles agem como se fosse a pior vida do mundo. Eu estou aqui porque eu quero. O dia que me der vontade de sair. Eu vou sair. Eles falam: “não, eu vou te ajudar, porque você não tem oportunidade, porque não sei o quê”. Sendo que fora daqui eu sou uma pessoa normal. A partir do momento que eu entro aqui, eu sou uma pessoa aqui. A partir do momento que eu ponho o meu pé ali na rua, eu sou eu mesma. Aqui eu vou agindo só no profissional. Mas tem uns que falam: “não, eu vou te tirar dessa vida. Vou te ajudar”. E depois não ajuda em nada, não faz nada. Às vezes tem agressão. Não só física, com palavras também, atitudes. Tudo isso eu vejo. Então é aonde que você pensa, não, eu vou continuar nessa vida, buscando outras coisas também para um dia eu conseguir sair daqui por vontade própria. (Roberta).

Os homens (mais velhos) “que ajudam” aparecem nos relatos de Roberta e também de Luciana, seja na figura dos amigos da família, seja pelos clientes que se envolvem e acabam querendo mandar na vida. A narrativa de Roberta indica que é justamente essa passagem do contato “sexual” no trabalho para um contato sexual e afetivo estabelecido no âmbito

doméstico o que informa as diferenças entre o cliente e o homem “que ajuda”. Em ambos os casos são negociadas pelos envolvidos as prestações e as contraprestações as quais acabam, em algumas circunstâncias, desigualmente distribuídas. Inserir-se na dinâmica de um relacionamento afetivo heterossexual, parece problemático e pouco vantajoso (não apenas) para as garotas de programa: é “você envolver com um cara” e ele já “quer mandar na sua vida”. O tema ganha contornos mais claros no decorrer da conversa ao descrever sua relação com o namorado que além de não cumprir com “o que prometeu”, exerce seu poder e violência em casa:

Eu arrumei um namorado que falou que ia me ajudar e não está me ajudando. Ele não está cumprindo com o que ele me prometeu. Eu falo que vou largar dele, ele fica fazendo chantagem e eu acho que só não largo dele definitivo porque eu tenho medo dele fazer alguma coisa, atormentar a minha vida. Sabe quando você quer sair fora da pessoa, mas você não consegue por medo? Tipo assim, no início a gente brigava, ele me batia. Mas depois que eu dei um chega para lá nele, nunca mais ele fez. Nunca mais. Isso aconteceu umas três vezes, só. Mas nunca mais ele fez. Mas, agora, por ele ter feito, por tudo que aconteceu, já passou um ano, agora eu tento largar dele e tenho medo do que pode acontecer. Porque eu penso assim, eu vou largar dele, ele vai fazer escândalo, atormentar a minha vida, começar a ir nos puteiros atrás de mim. Então é onde eu penso, eu não sei como agir, o que fazer nessa relação. Porque você vê que é uma pessoa que não te dá futuro. Porque eu estou nessa vida, mas eu não pretendo ficar para o resto da vida, não. Igual, eu já entrei nessa empresa, eu entrei esse mês. (Roberta).

A figura do velho ou pessoa que (não) “ajuda” materializa-se em sua relação com o namorado. Os riscos em ultrapassar os limites traçados com os clientes estão em justamente recair na conformação do modelo legitimado de relações heterossexuais monogâmicas. Estar em um relacionamento amoroso, ainda que não estigmatizado socialmente, é também ocupar o lugar desvantajoso e desigual instituído para as mulheres no espaço doméstico. A opressão, a violência e o medo demonstram, na narrativa de Roberta, que “às vezes dentro de casa, você tem mais agressão do que em um lugar desse (casa de prostituição)”. Quando conta do namorado ela expressa dúvidas, a dificuldade em saber “como agir” e “como fazer” diante da falta de condições materiais para sair de uma situação de violência. Em contrapartida, nas relações que estabelece com os distintos homens no “puteiro”, cujo contato é “profissional”, expressa confiança e habilidade em “manobrar”, “entrar na mente” e fazer “eles perderem”.

Adriana Piscitelli (2013d, p. 26) comenta a convivência entre diversos tipos de intercâmbios que são diferenciados de acordo com o grau, mais ou menos completo, de mercantilização. Há uma tradição de trocas de favores sexuais por diferentes benefícios que possibilitam uma relativa mobilidade social. Contudo o sexo para melhorar de vida, que não é considerado prostituição e está no âmbito das relações heterossexuais monogâmicas, não será

estigmatizado. Dentre os intercâmbios que coexistem com a prostituição, considerando que também envolvem contratos explícitos de intercâmbio de sexo por dinheiro, estará a forma tradicional da relação de uma mulher jovem e um homem mais velho, que fornece dinheiro e outros tipos de bens. A conhecida figura do “velho que ajuda”, remete, segundo Piscitelli (2013d, p. 26) “[...] a relacionamentos mediante os quais jovens das camadas populares, inclusive garotas que não são consideradas prostitutas, procurarem apoio econômico.”

No caso de Roberta, manter um relacionamento com um “homem que ajuda” parou de ser vantajoso. Avalia que não vale a pena ficar com um homem que “acha” que está ajudando, mas na verdade, não está. Além da falta de recursos econômicos oferecidos estão os obstáculos no enfrentamento à violência e ao controle de seu corpo. Notei em sua narrativa, que ao mesmo tempo em que conta as dificuldades no relacionamento com o namorado ou durante sua vida de “solteira”, contrasta com a realidade no “puteiro”. Em outras palavras, na medida em que definia sua vida dentro da prostituição, conformava sua existência também fora dela:

Entrei nessa vida sem perceber. Eu larguei do meu ex-marido. Um dia uma amiga minha, que era vizinha, falou: “vamos em uma chácara minha que eu montei”. Aí eu falei assim: “vamos, sim”. Aí eu fui, cheguei lá, era puteiro. Só que eu fui tão bem tratada, sabe? Os homens te tratam com tanta delicadeza, te trata tão bem. Que você fala: “nossa, eu que estava solteira, saí, fui para o mundo; para essas festas, essas raves, esses lugares. Povo de faculdade. Os caras só querem meter drogas, não sei o quê”. Só patifaria. Aí quando eu entrei nesse mundo, eu vi que era diferente o jeito que os homens tratavam a gente. Não adianta falar. (Roberta).

A administração e a divisão desses dois “mundos”, dentro da prostituição e fora, aparece em todos os diálogos com as garotas de programa. Entrar no puteiro é entrar em um espaço em que regras “de dentro” definem o seu funcionamento: ser respeitada, não envolver com cliente, não beijar na boca, tempo do programa, a obrigatoriedade do pagamento e o uso do preservativo são citados quase como mandamentos na vida das garotas. Ali, em uma dinâmica que não está completamente definida, tanto as mulheres quanto os clientes sabem ou deveriam saber que existem regras e comportamentos a serem seguidos.

Gabriela Leite (2009) em seu livro *Filha, mãe, avó e puta* conta sua história, a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. As narrativas são divididas em mandamentos. Dentre os dez elencados, estão: “Serás discreta. Jamais apontarás um homem na rua e dirás que ele é teu cliente”; “Não beijarás na boca. Beijo na boca é afetivo, só o darás a quem quiseres”; “Não te apaixonarás pelo teu cliente” (sublinhado pela autora como o mais importante de todos); “Não saíras da zona para morar com o cliente, sob pena de na primeira

briga ele jogar na tua cara: “fui eu que te tirei da vida” e tu voltarás para a zona com o rabinho entre as pernas”; “Cobrarás. Dentro da zona jamais poderás receber um cliente sem que ele pague por teus serviços” e, por fim, o décimo mandamento, “Terás orgulho da tua profissão e usarás camisinha”.

Assim como em Gabriela Leite (2009), a necessidade de que sejam cumpridos os mandamentos estão presentes nas narrativas de todas as garotas. Luciana reafirma a necessidade em se garantir o pagamento depois de realizado o programa e expressa sua opinião sobre o descumprimento da regra acordada:

Tipo, porque eu acho que é uma falta de respeito. O ser humano precisa de respeito, independente do que eu faça, do que ele faz, eu acho que merece respeito. Porque se eu chegasse em um lugar, mesma coisa, se eu comprasse uma coisa e na hora de pagar, eu não querer pagar, eu ir em um restaurante comer alguma coisa e é um preço e na hora de pagar eu falar: “não vou pagar, não gostei da comida, não vou pagar”, não existe isso. Eu acho que isso é uma falta de respeito da parte deles.

Completa durante nossa conversa como se dão os diálogos com os clientes:

[...] se eles cuidassem as regras que a gente põe, porque ninguém é obrigado a fazer. É lógico, eu já falo antes que eu não faço sem camisinha, eu não beijo na boca, eu não gosto que faz oral em mim. Se fosse todos respeitar as regras. Tem menina que deixa, então isso eu já aviso antes, chega lá e vai querer fazer a força? Se fosse mais, como eu posso te explicar, se fosse tudo assim, regras, se não fosse tão falado, é da sociedade, preconceito. Eu não, ainda seria assim porque eu gosto. Tipo, eu não gosto de me deitar com homem diferente, mas por ser rápido. Não é fácil, mas é uma coisa rápida, é um dinheiro rápido que você consegue rápido. (Luciana).

As falas demonstram que apesar das regras e comportamentos esperados de um cliente existirem, estas são dinâmicas que não estão previamente definidas. Dependem do perfil do cliente, também de seu estado, se ele está “bêbado”, “drogado” ou sóbrio, do local em que irão realizar o programa e da organização entre as garotas no “puteiro”. Além disso, o “preconceito”, a falta de “respeito” ou o estigma da profissão são citados como obstáculos para o cumprimento das normativas. Tanto Luciana como Roberta, ainda destacam que algumas regras podem ser negociáveis, fato que aparece nas figuras das garotas que “deixam” e “iludem” o cliente e, por isso se lembram da importância em avisar e explicar as condições de cada uma para realizarem o programa. Diz Roberta:

Se ele falar: “não, não vou usar (camisinha)”. Eu falo assim: “meu querido, o combinado foi usar. Se você não quiser, você pega o seu dinheiro de volta e vai embora”. Quem tem que fazer o homem respeitar é a mulher. A gente que tem que ter a voz de comando. Tem muita menina que fala que faz, “ah, eu faço anal. Faça isso, aquilo”, fica mais tempo, ilude a pessoa. Ai onde ele vai, o cara já está doído, e ele não quer nem saber, porque ele só quer a coisa do momento ali. É na hora que

acontecem as agressões. Só que uma coisa eu não faço, saída. Porque o cara, aqui dentro do puteiro, ele tem respeito. Agora, a partir do momento que você está na casa dele, que se tá no motel com eles, é diferente. Eu já tive problema, com cliente que me deu trabalho. Que não queria ir embora. Que queria ficar além do horário. Sair desses negócios de chácara, para despedida de solteiro. Não vou nunca mais na minha vida. Que os caras prometem uma coisa e, depois, no final das contas é outra. Não, vou te dar tanto. Depois não paga nada e vai pagar só o que eles querem. Não querem levar embora...

O perfil do cliente (conhecido, desconhecido, novo, velho “que ajuda”, estranho) e o local de trabalho são elementos que ganham destaque nas narrativas quando as garotas comentam as condições para realização de um programa. Roberta prefere não fazer “saídas” (no particular) porque se sente desprotegida fora do puteiro. No motel ou na casa dos clientes comenta que é mais difícil de estabelecer limites. Enquanto Luciana, a partir de suas experiências, diz que é “totalmente diferente o particular” do trabalho realizado nas casas. No particular “já é uma pessoa, tipo assim, que ajuda”, “é diferente”, enfatiza, “é outra coisa”. Na casa de Raquel, explica, são pessoas desconhecidas que aparecem ali, “passa os 40 minutos”, “ele te paga e pronto”.

No seguinte trecho, Luciana define as vantagens e desvantagens em trabalhar tanto no particular, como nas casas de prostituição:

O problema é a gente ficar com homens que a gente não conhece, a gente nem conhece e tem que ficar (na casa de prostituição). Porque eu sempre fiz no particular, a gente conhece, tipo já é uma pessoa que tem um relacionamento, mesmo que mais velho, a gente sabe que a gente não gosta, mas a pessoa já conhece, tem um relacionamento, já sabe um pouco da vida dele. Aqui não, aqui vem um, vem outro, vem outro, você tem que ficar ali. Você precisa. Isso eu não gosto. Homens bem mais velhos, estranho. Alguns é lindo, cheiroso, já vem novo, outros não, você tem que encarar umas coisas... E também por outros tentarem fazer coisa que a gente não quer. Tem muito isso. Aqui não, não acontece, mas isso aí no particular tem, homem que quer te forçar a fazer sem camisinha e isso a gente não faz, eles falam: “eu não vou te pagar então”, é cheio disso. Então para mim... eu sou muito estressada, então para mim não dá certo, por isso. Mas é uma coisa, tipo assim, como diz, dinheiro rápido, então.

E Roberta contrasta a (in)segurança “lá fora” com a segurança “ali dentro”:

Ai, para você ver, às vezes lá fora, no mundo dessas festas, essas coisas a gente tem mais agressões do que aqui dentro. Porque aqui tem a dona, segurança, outras pessoas que correm com polícia. Então é onde eles não fazem nada, porque tem que respeitar o lugar. Aqui a gente põe para correr. Mas esse negócio de cliente vir e falar assim: “vamos para tal lugar, vamos para um motel”. Eu não vou não. Posso perder dinheiro que eu não vou.

A partir da prostituição realizada nas chácaras, Isabel, comenta sua opinião. Com 50 anos de idade, e 30 anos de profissão, trabalhando em chácaras, todas de suas tias, diz que

prefere trabalhar para sua família, cuidando “mais da casa e das meninas”. E detalha as funções desempenhadas no local: “eu não vou falar, aí, porque elas são garotas de programa e eu não sou. Não, eu também sou, porque eu também estou aqui. Não é porque eu estou no balcão que eu não sou”. No balcão, explica que conhece as pessoas e, se a agradar, ela vai e faz o programa, se não agradar, “não tem obrigação de ir”.

Isabel lembra que antes as chácaras eram mais perto da cidade. Há “dez” ou “vinte” anos passaram para fora porque “os bairros vão chegando muito perto”, “vai tendo muita família”, aí “o pessoal faz abaixo-assinado” para ir “sempre afastando da cidade”. Mesmo com essas mudanças e o afastamento da cidade, acredita que as chácaras oferecem mais segurança para as garotas do que os programas nas ruas ou nos bares:

Eu acho que aqui a gente é mais protegida. Está entendendo? Como você tem um laço, tem muitas chácaras perto, amigos que ajudam a gente, então, sei lá, eu acho que aqui é mais protegido que a rua, não é? A rua é você e você, pronto, você tem que se defender, não é? E barzinho também aqui dentro tem muita segurança também, não é... então eu acho assim, você dentro de uma casa é melhor que na rua, não é? (Isabel).

Ali, chamou minha atenção para a maioria dos clientes que chegam e sabem dos limites existentes, principalmente, em relação ao uso da camisinha. Antes, “quando chegou a camisinha”, lembra que era mais complicado para as garotas. Hoje, fala convicta que “não tem jeito, todo mundo usa” e eles sabem das regras. Alguns ainda dão trabalho e as meninas “convencem” e também se protegem a partir das redes de apoio tecidas entre si:

As meninas já vão para o quartinho, já ficam ali... demorou um pouquinho, eu bato na porta, você está entendendo? Aí elas: “não, estou saindo”, aí eu sei que está tudo bem. Se ocorrer alguma coisa... por isso que eu falo, na rua às vezes é mais arriscado, porque a menina vai estar sozinha. Agora, aqui não. (Isabel).

Mariana, que trabalha na mesma chácara que Isabel, também conta de suas experiências no local. Têm 24 anos e começou a batalhar com 20 anos de idade, depois que sua filha nasceu. Já teve outros empregos em lojas e também exerceu o trabalho sexual nos “barzinhos” da cidade. Na época em que conversamos, estava atendendo na chácara e “no particular”, quando algum cliente mandava mensagem para irem aos “motéizinhos”. Cobra “100” reais o programa e “30” para pagar o quarto, “com camisinha”, então, conta que já pega até a “caixinha” de preservativos e leva para o quarto. Sobre o tempo, é “40 minutos só” e para quem é “mais amigo”, “deixa uma hora, uma hora e meia”.

Sempre assertiva em suas respostas, explica que “apesar de serem garotas de programa, esses homens” as respeitam muito. E detalha a relação com os clientes em suas explicações:

[...] muitos [que] vêm são casados. Então, assim, os casados sempre respeitam. Tem esses moleques que quer sem (camisinha), mas os que querem sem nós já cortamos. E muitos perguntam: “você vão sem?” A gente fala que não. Ai já nem vai. Tem os que querem ir sem, chega lá no quarto, é com camisinha. Se for com camisinha é, senão, tchau. E é assim. A maioria respeita. Os mais casados respeitam. Ai tem esses moleques fanfarrão que tem uns que perguntam, “mas é com camisinha, ou é sem?” Ai a gente já fala, “é com camisinha”. Ai nós já levamos. (Mariana).

Em distintos contextos, as garotas de programa, nos diálogos, deixam claro que algumas condições são fundamentais para que exerçam o trabalho garantindo sua integridade - física, sexual, psicológica. Os imperativos que regem as atividades permitem tanto o cuidado do corpo, em suas múltiplas dimensões, como também significam o trânsito das afetividades das garotas de programa entre as pessoas que escolhem (familiares, namorados, companheiros, maridos, clientes ou homens que ajudam). A organização da prostituição entre a vida “dentro” e “fora” da prática, como vimos, opera enquanto um divisor das diferentes relações sociais - afetivas e comerciais. E para estabelecê-las, as garotas atuam dentro da móvel dinâmica entre os prazeres e perigos no universo da prostituição. Aprendem, educam-se, observam, classificam, criam redes de proteção e, se for preciso, enfrentam. A partir de cada realidade, sabem onde se sentem mais seguras, nas casas ou chácara, fazendo particular ou não. Conhecem e continuam conhecendo os clientes que estão lidando, comunicam-se e os classificam de acordo com determinadas características que as auxiliam na resposta diante de determinados comportamentos. Principalmente, o uso do preservativo, será um cuidado, regra ou condição que aparece em todas as falas como inegociável. A proteção pode simbolizar tanto o cuidado com a saúde e a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis como também, apesar de menos explicitado nas falas, uma maneira de preservarem sua intimidade para as pessoas que escolhem compartilhar seus afetos e amores.

Pensando nas diferentes formas de trocas no trabalho sexual, não serão apenas “os programas” envolvendo relações sexuais, penetração, mulher ativa e homem passivo que farão parte das negociações e organização do trabalho. Roberta explica:

Então a maioria, às vezes, a gente acaba sendo um pouco psicóloga. Porque eles começam a contar a vida deles, de mulher; esposa, que não dá carinho. Não sei o quê. Tem cara que vem aqui: “eu vou transar, vamos em um lugar diferente”. Chega aqui nem transar ele transa. De cada 100 que você vai para o quarto, se eu falar que 30 transam, o restante é mais só conversar. Passar o tempo, distrair a cabeça. Porque

se não fosse bom para eles, eles não viriam. Porque não é a gente que vai até eles. Eles que vêm até aqui. E pode ter um em qualquer lugar, porque eles vão. Pode fechar esse, abrir outro ali embaixo, que vai.

Já Beth, conta com um dom inexplicável de narrar e envolver que vende “fantasias”. Em sua longa trajetória, define com exatidão aquilo que faz e o que não faz. Vive em sua casa e só sai de lá para trabalhar. Atende por telefone e vai direto para o motel. Com firmeza, conta que os clientes já deixam o dinheiro na portaria, antes mesmo dela chegar, e tem o “local certo” para trabalhar: “nunca trouxe homem pra dentro”, porque sua casa “é a casa das quatro mulheres”: dela, da filha e das netas. Batalha de dia e pode “tá correndo um rio de dinheiro na zona à noite” que dá 19 horas e está em sua casa. Convencida, afirma que a noite “não presta”. Também não gosta de chácaras porque lá elas têm que garantir o lucro das bebidas e, como Beth não bebe, prefere outros locais de trabalho. O seu programa simples é 150 reais; o completo é “na faixa de 300 reais” e já avisa de antemão que não faz programa com casal, tem “medo” de sair com casal e não sai sozinha com mulher “de jeito nenhum”.

Já saí com um casal de Ribeirão Preto. Não é questão de gostar, é medo. Eu tenho medo de sair com casal. Só se sair em duas garotas de programa trabalhando, o cara chama as duas e tá tudo bem, mas marido e mulher não. Você não sabe a reação da pessoa. [...] E todas as garotas de programa têm um risco. Às vezes pega um carro pra sair e você não sabe que a mulher do cara tá atrás, você tem que descer. Às vezes você vai pro motel com uma pessoa e não sabe se vai receber. [...] (uma mulher) fez eu descer do carro na rodovia próximo do [posto], ela me fez descer ali...tive que descer, chamei uma moto táxi, o meu dinheiro já tinha ficado no motel, eu deixava na Isadora. Eu tive que chamar uma moto e voltar de lá pra cá. Você perde o programa, porque a pessoa não paga, você não sabe o que a pessoa tem bolsa. A garota de programa tem uma vantagem, tem que você ganha bem, e tem os dias que você não ganha nada. (Beth).

As regras, os riscos, as vantagens e as desvantagens do trabalho, são cuidadosamente detalhadas por Beth. Com amplo conhecimento sobre a prática da prostituição, conta que conheceu a profissão a convite de uma amiga, gostou muito e para manter sua vida e seus filhos foi “com a cara e a coragem”. Nunca escondeu de ninguém o que faz e satisfeita diz que pretende chegar até os 70 anos trabalhando na rua. Confiante, e com tom de firmeza, narra:

Eu sou assim, eu já falo, se for de camisinha eu vou, se não, não vou. E outra, se for uma pergunta na sociedade, nunca escondi o que eu fiz. Essa Polícia de Franca, todos me conhecem, eu não escondo o que eu faço, em qualquer lugar eu sou bem respeitada onde eu chego. Todos sabem o que eu fui e nunca usei uma máscara. Todos sabem que eu sou garota de programa. Sou uma pessoa que, onde eu chego, eu dou bom exemplo e todo mundo gosta de mim. Sou a madrinha gay de Franca, ainda não tem nenhuma, então eu continuo sendo a madrinha gay, a hora que aparecer outra... no meio das travesti. (Beth).

Gosta muito de ir para outras cidades, principalmente, para Passos e Ribeirão Preto, onde são bons lugares para “ganhar dinheiro”. Mas conta que deixou de ir para Ribeirão porque lá é bom para quem “tem coragem de batalhar na noite” e ela, “não batalha!”. Já batalhou, mas depois que mataram enganado uma companheira sua “na noite”, garota de programa, há dois anos, não quis mais. Além disso, lá aparece “só drogado e rico” e com esse perfil de cliente não conseguem “sair de dentro do quarto”. Mesmo que “paguem bem pra isso”, para Beth, “não dá!”. Fica feliz com seus dois ou três programas e “tá ótimo”, vai embora:

[...] eu já viajei muito. Já fui pro Mato Grosso do Sul ganhar dinheiro também, falava tá bão, já juntava a roupinha e vou. Agora é mais pra Ribeirão, mas eu já viajei demais. Passos é muito bom pra ganhar dinheiro, no Rio já batalhei muito. Em Santos eu nunca gostei. [...] Santos eu nunca gostei, porque lá tem muita Aids, e os homens são inimigos. Tem um porém, lá na [universidade] eles vão te passar (Aids). O rico é inimigo mortal do preservativo. Eu prefiro sair com pobre do que com rico. (Beth).

A atenção ao perfil dos clientes, os obstáculos para o cumprimento das regras no *mundo de programa* aparecem inscritos nos “riscos” da profissão, cuidadosamente destacados por Beth. O uso do preservativo é descrito enquanto condição inegociável, ao mesmo tempo em que mostra quais/quem são as potenciais ameaças ao seu uso. A figura do homem rico estará vinculada aos perigos do sexo desprotegido e às propostas que buscam compensar com dinheiro os possíveis riscos à saúde, integridade e autonomia das garotas de programa. Portanto, os deslocamentos aparecem condicionados não apenas pela rentabilidade do lugar de destino, mas também outros motivos, como os comportamentos e o perfil dos clientes que encontra nessas cidades.

[...] eu não vou (sem preservativo). Eu prefiro sair do quarto. Vários já pediram, tem gente da alta que tem aqui dentro de Franca, sem preservativo, mas eu não vou. Eu prefiro sair e vir embora, do que se sujeitar a ir sem preservativo. Eu faço meus exames com o João direto. Eu já peguei hepatite uma vez, aquela normal de criança mesmo, mas eu nunca peguei doença transmissível nenhuma. Eu tinha uma amiga que batalhava comigo, a Inês, linda, a mãe dela morava aqui próximo da [escola], ela contaminou com aquela hepatite que mata, ela só fazia chupeta, não transava com homem nenhum, contaminou com a hepatite e morreu. Morreu novinha. A maioria é só rico, chegam a te oferecer 200 por uma chupetinha, mas sem preservativo. Agora, o pobre já vem com o chinelinho e o preservativo na mão. (Beth).

Os riscos na prática da prostituição relacionam-se, para Beth, não às garotas de programa. Os comportamentos dos clientes - maioria representada na figura do “homem rico” - é que aparecem como uma potente insegurança no trabalho. Em sua narrativa, faz uma

inversão das usuais abordagens que tratam as prostitutas enquanto grupo de risco, para que, tome esse lugar, os seus próprios clientes. Também, contrasta o homem rico com os clientes pobres, expressando sua simpatia pelos que, simbolicamente, “já vêm com o chinelinho e o preservativo na mão”.

O rico vem cheio de história, “eu sou empresário, eu tenho isso e aquilo, vou te pagar o dobro”, eles falam, “chupar picolé com casca não tem graça”. Aí eles vão atrás daquelas meninas viciadas em drogas, que se sujeitam a tudo e vão. Às vezes eu fico mais feliz se um cliente falar pra mim, “eu vou te dar 50 reais, de camisinha”, do que aquele que me oferece 300, 400 sem. (Beth).

Experiente, ainda conta dos perigos e riscos que conhece e elenca situações com as quais podem se deparar as garotas de programa:

A garota de programa quando sai pra trabalhar, não pode usar brinco grande, pulseira, nem muita coisa, você não sabe a reação de cada pessoa dentro do motel. Tem muitos que são loucos nos quartos, você tem que gritar para os donos do motel abrir a porta e tirar a gente, acontece muito. Se eu for contar história de garota de programa... é uma aventura, você entra e não sabe... paga pra entrar e reza pra sair, porque às vezes você entra num quarto com uma pessoa e não sabe a reação dele. Tem muitos que pagam a gente só pra fazer companhia pra cheirar cocaína, é obrigada a ficar ali e não te deixam sair. Você tem que convencer aquela pessoa que outra pessoa tá chamando pra você conseguir sair. (Beth).

Em seguida aponta algumas regras de funcionamento dentro da própria organização da prostituição nos “pontos” da cidade e destaca a instabilidade em ganhar dinheiro num dia, e no outro correr o risco de “não ganhar nada” e ainda ter que “pagar pra ficar” na rua:

O mundo de programa é uma roda gigante, tem dia que você ganha e tem dia que você não ganha nada. Às vezes você tem que pagar o dono da rua, tudo cobra. E o dono da rua é assim, é como um cafetão, ele toma conta daquele pedaço, aí ele te guarda, pra não deixar os outros te roubar. Mas você tem que fazer o primeiro programa e já pagar pra eles. Em Ribeirão, a gente paga 50 reais pra batalhar durante o dia. E ele toma conta também, aí você pagou e acabou. Aqui em Franca também tem, mas aqui eu não pago, eu sou Francana e não pago. Mas em qualquer cidade que você vai, a garota precisa pagar pra ficar. (Beth).

Apesar das dificuldades e riscos da profissão, afirma com ousadia que faz por dinheiro e “para manter sua vida”, exemplifica a rentabilidade da profissão, dizendo, que “fazendo 3 programas a 300 reais”, em um dia, você ganha o que oferecem em um mês nos outros empregos. Enquanto narrava, observava se as minhas expressões eram de concordância, de surpresa, de concentração. E quando já tinham se somado muitos minutos de prosa, confiante

da riqueza de seus relatos e de sua habilidade para “contar histórias” passou a explorar a demanda de serviços que aparecem no seu dia a dia e as “aventuras” das garotas de programa:

E tem homem que paga até mais. Em Ribeirão tem um médico que chega a pagar, o quanto você aguentar apanhar dele no quarto, você ganha dinheiro dele. Ele te oferece 300 reais pra entrar no carro, só que é uma coisa impressionante. Ele pede um balde de gelo, põe a luva na mão, e você tem que ficar na posição certinha, de quatro, e ele enche suas costas de carreirinha de cocaína e vai passando o gelo na sua bunda e batendo, o quanto você aguentar apanhar. A Lorena saiu com mais de 1500 reais, mas ela tem uma bunda desse tamanho [gesticula com as mãos]. O quanto você aguentar apanhar, ele te paga, e é médico. Tem muito. É muita aventura. (Beth).

Perguntei se a dor era muito forte, na hora do programa, e Beth me respondeu:

Não, fica tudo anestesiado do gelo. Pode bater que você não sente, fica roxo depois, fica tudo dolorido dois dias depois, mas por dinheiro, você aceita qualquer coisa. Ele não transa com você, você tem que ficar ali quietinha deixando ele cheirar cocaína em você e batendo. E ele só bate na bunda...

Logo, percebi que seus programas eram diferentes dos programas citados pelas outras garotas. Deixei fluir suas histórias e tentei somente acompanhar. Cativava minha atenção pelo tom de sua voz, pelas frases de efeito e pela sutileza com que me preparava para explicar uma série de dinâmicas que subvertiam os códigos de gênero e possibilitavam novas perspectivas sobre a masculinidade e a prática da prostituição. O médico, o empresário, o homem que “trabalha no fórum”, o homem que deve ter sido estuprado “quando era criança”, são alguns dos personagens que trouxe para retratar as demandas do “homem rico”. E à medida que definia os “homens ricos” e o que procuravam na prostituição, distanciava-se de seus desejos caracterizando-os de “doença”, “nojeiras” ou comportamentos fora da norma(lidade). Sem dizer nomes, conta dos mais íntimos segredos de sua clientela:

A gente tem muito cliente, e a maioria que faz essas fantasias, é só rico. Aqui em Franca tem um, às vezes a gente tá na rua... se parar um carro, combina o programa e ele fica mostrando 50 com a mão, perguntando se deu certo. Você fala que deu certo, ele te oferece mais 50 pra trazer o preservativo sujo. Você acaba o preservativo, enrola num papel higiênico, chega na beirada do carro, ele te dá os 50, ele corta com uma tesoura e bebe todo o esperma que está no preservativo. Dizem que isso é uma doença. E paga. Quantos tiver na rua. (Beth).

Beth trabalha no mercado das “fantasias”. E quem “faz” essas fantasias, para ela, “é só rico”. Eles pagam e “não é para transar”. Assumem a responsabilidade em “fazer” suas fantasias porque são eles próprios quem as criam, e Beth, ao mesmo tempo em que as assiste,

atua neste cenário dirigido pelos clientes. Deixa bem claro: são as fantasias deles porque “são eles que pedem”, não são as mulheres, nem as garotas de programa:

Filha, tem cada coisa no mundo da prostituição. Isso deve ser doença. Porque não pode. Que os homens pedem. Tem cada coisa que os homens pedem, não as mulheres. Os homens pede. Você pensa se é normal. Eles pede. Às vezes você sai pra trabalhar, um homem que você transa no dia, você tem que comer. Hoje não tem homem, é raro você transar com homem. É raro. (Beth).

Em relação a um mundo que somente ela tem acesso ao mais íntimo de cada cliente é curta e enfática comigo ao explicar os pedidos, desejos e fantasias dos “homens ricos” e sua vinculação direta com a ruptura do modelo de masculinidade instituído:

Porque não tem, homem. Os homens vão na zona, não pra comer a gente, a gente tem que comer eles. Não tem mais homem hoje. Não existe. Não tem. Os homem tá tudo dando. Não tem homem mais pra transar. Vai comer comigo. Quando eles já pedem o brinquedinho, já pode arrancar os consolos da bolsa, você que tem comer eles. Não tem homem não. É raro achar um homem. (Beth).

Contrasta a todo tempo “o homem” hegemônico – heterossexual, viril, agressivo e ativo - com os clientes que a procuram. Chega à conclusão, portanto, que “não existe” mais homem. Percebe que as formas institucionalizadas e difundidas de sexualidade, não correspondem à realidade que conhece. Os homens “vão para zona”, não “para comer”, mas sim, para serem comidos. Por isso, Beth já anda com seu consolo, um vibrador porque “é o que eles pedem”. “E quando eles já pedem um brinquedinho”, imediatamente, “tira da bolsa e coloca o preservativo” porque já sabe que ela é quem “vai comer”. Aí eles pagam o dobro.

Só pra comer eles. Só pra comer. Tem uns que aguentam os consolos desse tamanho atrás, geme melhor que mulher. Ainda manda você parar a mão, você tá comendo eles e eles param a mão da gente assim, pra eles gozarem e depois você coloca tudo na boca deles pra eles comerem. Tem vários. Não tem homem não. Tem hora que chego em casa e penso... não pode, aqueles homens bonitos, cheirosos, tudo pra fazer essas nojeiras... (Beth).

Depois de narrar algumas dinâmicas no mercado de fantasias, comenta que o que faz é “sexo masoquista”. Explica para mim que o “sexo masoquista” é demandado por homens que “gostam de apanhar e de fantasias. Gostam de fantasia”. Perguntei sobre as fantasias e Beth, num curto intervalo de tempo, pensa, e seleciona dentre as tantas histórias, e segredos, aquelas que iria revelar a mim:

Eu tenho um que eu falei pra ele que não é normal, eu acho que ele foi estuprado quando era criança. Quando ele me liga, ele manda eu pôr saia, ele gosta de deitar e me chamar de mãe, e que eu enfie a cabeça dele embaixo da saia e bata na cara dele, faça ele comer banana. Ele leva tanta banana no quarto e eu tenho que ficar enfiando na boca dele e falando: “come”, “come” e batendo. Um dia eu fiquei com medo, porque a tia Lúcia, que é dona do motel, eu chamo de tia, ela falou, “filha, perigoso ele te dar uma martelada na cabeça”, ele leva martelo pro quarto, ele faz eu ficar enfiando banana na boca e batendo, falando “come”, “come”. (Beth).

Eu pergunto: e o martelo? Você usa? Beth responde, já emendando na história de outro cliente:

[...] não, ele deixa no cantinho. Ele faz eu ficar enfiando banana e batendo na cara, as lágrimas dele pingam no chão, aí ele bate punheta e goza. Eu acho que ele foi estuprado quando era criança, porque não pode uma pessoa gostar duma coisa daquele jeito. Ele gosta que enfie pão na boca dele, fazer comer a força. E não é pobre. Tem um que trabalha no fórum, eu só falo de lugar, não falo o nome, esse é o pior. Eu fico boba de ver da infância, porque a barriga do ser humano é mole, ele é gordo. Ele manda eu e essa minha amiga, Lorena, subir na barriga dele com salto e batendo. [...] Depois ele estica o pinto na cama e manda a gente pisar, até esfolar, ficar da cor desse sofá (aponta para o sofá em que estamos sentadas). Aí, vai ao banheiro, manda a menina fazer chuva de prata, goza e vai embora. Põe os bons ternos, a gravata e sai. É coisa que você olha e vê que não é normal de um ser humano.

Depois de comentar que faz o programa com Lorena, lembra-se da importância em estar acompanhada “porque garota de programa não pode ficar sozinha”:

Toda vida batalhei só com ela, era a Lorena e a Vivi. Hoje a Vivi se casou, não quis mais a vida de programa, saiu da zona, não quis mais a vida de programa, saiu da zona, não quis batalhar. Aí fica eu, a Lorena e a Susana, que já é uma coroa de 62 anos. Nós sempre em três. Se vai embora, vai, se não ganhou, não ganhou, cada uma com seu trabalho, seu telefone e vamos embora, porque zona à noite não vira. Isso em lugar nenhum. [...] batalhamos há muito tempo (juntas). A gente cria um vínculo ali, de trabalhar, se acontece alguma coisa, uma liga pra outra. Assim a gente vai...

Os cenários, os objetos escolhidos, o balde de gelo, o pão, a banana, o martelo, o salto alto e os consolos mencionados com enorme zelo são parte das encenações e das dinâmicas eróticas descritas por Beth. Retomaremos, aqui, para pensar as narrativas apresentadas, o sadomasoquismo no sentido proposto por Anne McClintock (2013). A prática aparece, para a autora (MCCLINTOCK, 2013, p. 90), como uma espécie de subcultura manifestada no registro do teatro, das escolhas e práticas sexuais, colocadas em cena, nos cenários e nos personagens que farão parte das contradições que surgem no interior das dinâmicas do poder social. O exercício teatral que lida com as contradições sociais aparece manipulando os sinais de poder e recusando sua legitimidade como “natural”. Assim, a economia do sadomasoquismo será a economia da conversão: adultos que se tornam bebês, dor que causa

prazer, homens que se tornam mulheres. Ou seja, menos que a cópia ou reprodução do que constitui o cerne da sexualidade heterossexual, moldada enquanto norma, o sadomasoquismo será a própria contestação deste modelo de relações.

O contato de McClintock (2013, p. 92) com trabalhadoras sexuais que vendem seus serviços como *dominatrix* mostrou que a maioria dos homens que busca por esse mercado, paga para participar das dinâmicas ocupando a posição de submissão e subordinação. Em geral, constata em sua pesquisa, são homens ricos, empresários que desembolsam alta quantia de dinheiro para limpar o chão, aspirar a casa, lavar roupas, dentre outros. Os fetiches e fantasias aparecem como possibilidade de que a masculinidade não seja manifestada pelo domínio, nem a feminilidade pela passividade, destacando a existência de aberturas aos limites de gênero sujeitos à invenção e à transfiguração. Nos usos das parafernálias e dos símbolos da cultura cotidiana o poder encontraria formas de reverter e transmutar as hierarquias e diferenças que toma emprestado.

Antes que Beth revelasse algumas das fantasias de seus clientes foi cuidadosa e me alertou: “não tem mais homem”, “não existe”. Quando ela compartilhava essa informação, a maneira de falar, as entonações eram quase um apelo para pensar a sexualidade a partir de novas lentes. O modelo de masculinidade cisgênero, heterossexual e viril, voltado para o prazer da penetração e da agressividade, podia até se abrigar nas máscaras dos homens engravatados, mas Beth, conhecendo os íntimos segredos de muitos deles, estava convencida de que isso “é raro”, “não tem”. A partir de suas experiências e do mercado em que está inserida, demonstra, que a linearidade construída sobre sexo, gênero e desejo, podia muitas vezes se desestabilizar.

As narrativas de Beth nos permitem refletir que, ao menos, no momento em que realiza os programas, as interações sexuais não estarão restritas à ideia de submissão feminina e dominação masculina, mesmo que sejam substanciais as constrictões produzidas pelos códigos de gênero. Por um lado, as normas serão definidas constituindo o real e, de outro, guardarão a contingência que abre espaço para mudanças. Portanto, fora dos “puteiros”, as hierarquias de gênero, classe e raça podem voltar a operar de acordo com as normas impostas pela sociedade e igualmente oferecer riscos às trabalhadoras.

Maria Filomena Gregori (2016) ao interpretar as relações entre violência, gênero e erotismo pondera que não devem ser desconsiderados os riscos existentes em negociações delicadas. A zona fronteira entre prazer e perigo será tensionada a todo tempo no campo das experiências eróticas. Trata-se de experiências que lidam com o risco social e conteúdos inscritos na sexualidade intersectada com assimetrias em termo de gênero, raça, classe, idade.

Por um lado, são rupturas e cenários de contestação às desigualdades; de outro, implicam relações de poder que se expressam para além das encenações.

Nossa interlocutora, Beth, aponta repetidas vezes, os riscos existentes na prática da prostituição e, principalmente, na modalidade de sexo em que trabalha. Batalhar com os “homens ricos” é se relacionar ousadamente com o “inimigo”. Por isso, parece importante, trabalhar sempre acompanhada de outras garotas de programa, criando uma rede de proteção mútua. Também, nunca batalhar “na noite” e estar sempre atenta para potenciais perigos que possam colocar em risco o cumprimento de suas regras e limites.

O diálogo com Luciana, Roberta, Isabel e Mariana também tratam constantemente sobre os limites da sexualidade. Os aprendizados, as descobertas pelas negociações e pelas experiências no mercado do sexo aparecem em todas as falas e ganham distintos contornos. As narrativas enfatizam a necessidade de que se cumpram os limites e as regras estabelecidas para assegurar o trabalho em segurança, livres de constrangimentos violentos antes, durante e depois da realização dos “programas”. Tais limites aparecem tanto como uma forma de se garantir a saúde e a integridade das trabalhadoras, quanto como estratégia para preservarem a intimidade, amores e afetos na esfera da vida “fora da prostituição”.

As inserções dentro da organização da prática da prostituição permitia que cada uma delas definisse quais são os locais, horários, perfil de clientes que ofereciam maiores ou menores riscos no trabalho. E tais definições estavam, na maioria das vezes, articuladas com a rede de apoio e proteção entre as garotas de programa, dentro dos distintos contextos, sendo expressas com fundamental importância para se evitar abusos e violência no universo da prostituição. E apesar da perspicácia, conhecimentos e estratégias para protegerem-se, resistir às distintas opressões e ao estigma na profissão, nem sempre foi uma tarefa fácil.

### **3.4 Violência: quando sentimos dentro da gente que é**

Luciana quando conta das regras e limites que atravessam seu trabalho, alerta: “[...] tem uns que já aceitam, que respeitam, outros não, outros tentam.” Desde o início de nossa conversa parecia incomodada com os comportamentos dos homens que não respeitam. E a “falta de respeito” aparecia tanto no rompimento das condições de trabalho, como também no “preconceito” e menosprezo às garotas de programa. Logo percebi que recentemente havia se deparado com alguma situação de violência e nos primeiros minutos de nossa conversa, conta:

Já aconteceu de cliente querer me pegar a força para fazer sexo sem camisinha. Até aconteceu isso comigo semana passada, um que eu conheci há duas semanas, ele gostou de mim, me chamou para sair, chegou no motel queria fazer a força comigo sem camisinha. Aí eu saí do quarto, ele entrou na caminhonete e foi embora, não quis dar o meu dinheiro. (Luciana).

Ao mesmo tempo em que conduzia o assunto para os locais e clientes que oferecem mais ou menos segurança, receosa em se aprofundar no que significou o abuso do cliente, mesclava à sua narrativa cenas que simbolizaram a vivência da violência citada, comentando indiretamente sobre o ocorrido:

Igual, o que já entra a gente deixa, o quarto é aqui, então se acontecer alguma coisa a gente grita e ela vai lá, fecha o portão e vai lá. Na rua não, é um cara que você nunca viu, você entra no carro dele, vai para onde ele quiser, ele faz o que quiser com você. E se ele não quiser te pagar? O ruim da rua é isso. É mais arriscado, eu acho. (Luciana).

Os *portões que se fecham* aparecem repetidas vezes em sua fala e vão ganhando sentido ao longo de suas reflexões. Luciana trazia o assunto de forma geral e, pouco a pouco, percebi que sentia maior confiança em falar sobre acontecimentos recentes que lhe marcaram:

Teve um caso de um brigar aqui, do cara me tacar na cama de mal jeito em uma brincadeira de, tipo assim, de ir com mais de um no quarto, eu e mais uma amiga e arrancar até o meu aplique do jeito que ele puxou o meu cabelo, de bêbado, vem muito bêbado aqui. Eles bebem, ficam fora de si. E acontece muito. Tipo assim, de uma discussão como eu estava te falando: “não pode ter relação sem camisinha, eu não beijo na boca”, eles já, tipo assim partir para a ignorância, vir para cima da gente com uma ignorância. Porque esse caso mesmo, que eu estava te falando, esse caso, ele veio, me segurou, me apertou, a força. É uma agressão. Tem outro aqui que já vem, que gosta de bater, que as meninas nem vão com ele. Ele é meio... acho que ele deve ter algum problema de cabeça, alguma coisa. Ele dá um chique no quarto, quer bater: “você não é puta? Então toma”, e bate nas meninas. Eu nunca saí com ele não, mas as meninas falam, então elas já avisam para gente ficar esperta.

Luciana relatava suas experiências demonstrando grande insatisfação com o tratamento dispensado às garotas de programa e à dificuldade em respeitarem o seu trabalho. Ao tecer e remontar o que já tinha vivido, notei que a violência vinha acompanhada do estigma construído sobre a prostituição:

Os mais velhos não, porque já vem, já é casado, mas já aconteceu muito de vir rapazes mais novos da minha idade, que me conhece, que fala: “eu odeio garota de programa, para mim não serve, são tudo vagabunda”, e não sei o quê, “que não tem força de vontade de trabalhar”. Às vezes não é porque não tem força de vontade de trabalhar. Eu mesma fui por falta de oportunidade, de serviço. Aí muito preconceito quanto a... Se a gente for falar: “eu sou garota de programa”, a pessoa já, tipo assim, quem quer ter uma amizade com uma garota de programa? Uma menina normal, que estuda, que trabalha, ninguém quer. Então a gente tem sempre que ficar em segredo,

porque sofre muito preconceito quanto a isso. Porque a gente fica aqui e vê, tem menino da minha idade que vem e depois ainda quer falar. Esse meu namorado também, ele falava: “eu não gosto de garota de programa”, não sei o quê, tem amigos dele que, tipo assim, amigo mais íntimo, que é amigo da gente, que já sabe, que fala, que foi para pagar a língua dele, brinca com ele, porque ele falava que odiava, que mulher desse tipo para ele não tinha valor, que não sei o quê. É complicado, é muita crítica. Tanto familiar, eu e a minha família, todo mundo sabe, mas ninguém aceita também. (Luciana).

O “pouco caso” de quem não fecha os portões, o comportamento violento do cliente, a recusa da mãe e dos familiares em aceitá-la, o namorado que demonstrava desafeto por garotas de programa, apareciam associados ao que a “sociedade pensa” sobre a prostituição. O direito ao trabalho digno, saudável, seguro, salubre, remunerado se esbarrava com o “preconceito” ou estigma da prostituta. E a intensa fala de Luciana, aparecia enquanto grito de resistência ao tratamento dispensado às trabalhadoras que, assim como muitas categorias, “estão lá também porque precisam”. Ressalta que as vantagens e desvantagens existirão em qualquer profissão, inclusive vê o trabalho sexual com bons olhos nesse sentido, porém demonstra ser pesado o fardo de lidar com as “críticas”, comportamentos e pessoas que *fecham seus portões* às garotas de programa e abrem espaço, mesmo sem perceber, para a violência:

Porque eu ataquei ele, aí quando eu fui, ele veio ainda, na hora de eu destrancar a porta, tentou me puxar, mas aí deu tempo de puxar a porta e sair. Aí eu saí para dentro do quarto, saí para fora assim do quarto, na garagem, já abri o portão e saí lá para fora. E ele ainda saiu e tentou me puxar e eu fui chamando a moça. Ela coisou um debochinho de riso, pegou e veio: “o que está acontecendo? Vocês estão fazendo barulho aqui, gritando, falando alto”, e não sei o quê. Aí ele: “abre esse portão aqui que eu vou embora”. E ela abriu normal, não sei se era cliente desse motel. Porque ele preferiu ir nesse, conheço a moça, se acontecer alguma coisa ela não deixa. Mas nunca aconteceu, essa foi a primeira vez de cliente não querer me pagar. Aí ele já quis ir nesse, acho que já deve ser alguma coisa. [...] E tipo assim, eu e ele debateu lá fora do quarto e estava saindo, pedi para a moça não fechar o portão que ele não tinha me pagado, que eu era garota de programa. Ela abriu o portão, fez de conta que não tinha acontecido nada e que eu nem estava ali. Só por esse motivo, tipo assim, então nós não temos respeito, eles não têm respeito pela gente, não está nem aí para a gente, é como animal, não quer saber. Eu fiquei chateada por isso. Igual, eu me ponho no lugar... E se ela estivesse ali, entende? Lógico que ela estava trabalhando, tinha o serviço dela, mas ela abriu o portão para o cara, eu falei que ia chamar a polícia para ele, que não era para abrir o portão, ela abriu. Ele foi muito sem educação comigo lá fora e as mocinhas ficaram rindo lá e tal. Aí eu saí para fora e pedi um táxi. Mas tipo, é por isso que eu nem chamo a polícia. Tem muitas pessoas que leva como pouco caso, tipo “ela está aí? É bom para ela aprender, o que ela está fazendo lá?”. E não é bem assim, ninguém vê que é porque a gente precisa, porque a gente não tem serviço. Igual, eu tenho só até a sétima série, é muito difícil arrumar serviço. Eu procurei aqui em Franca para voltar a estudar tem que esperar o ano que vem e não sei o quê. Aí até o ano que vem eu sou sozinha, e vou viver do quê? Tem gente que não vê isso, que tem serviço, tem sua casa, tem suas coisas e não está nem aí com os outros. (Luciana).

A falta de empatia com as garotas de programa, a constante moralização e depreciação que se instala em todas as esferas de sua vida é apresentado por Luciana como um ambiente extremamente hostil às trabalhadoras. Quando contava do episódio violento, a indignação parecia voltada para a conduta do cliente e a todo um contexto que legitima “a falta de respeito” com as garotas de programa, a desumanização, comparável com o tratamento que muitos oferecem a “animais”. Pensava em alternativas, locais, aliadas, aliados e formas de construir redes de proteção para que não passasse por constrangimentos iguais aos descritos:

Tipo os que eu já tenho, eu tenho um rapaz, um senhor aqui que me ajuda muito, que já me ajuda desde que quando eu era menor, desde meus 14 anos, era mocinha ainda, ele era amigo da família. E ele sempre me ajudou e eu fui ter relação com ele depois que eu larguei, depois de eu ter me perdido e largado do meu marido. Mas ele sempre me ajudou, mesmo sem ter relação comigo. Aí ele sim eu faço, tem uns que já desde que eu estou aqui já é meu cliente. Mas assim, igual eu estava fazendo particular de sair, que eu estava mais apertada, chegava: “vamos fazer uma saída, vamos fazer uma pernoite?”, eu não faço mais, eu tenho medo depois que aconteceu isso, porque eu fiquei com medo, tipo assim, dele realmente ter alguma coisa e ter uma relação comigo sem preservativo. Não medo de ele ter a relação comigo, não, porque não sou moça mais, não sou nada disso, mas pelo motivo dele ter a relação comigo e transmitir alguma coisa para mim. Esse é o meu medo, tipo assim, nem é a questão de forçar, mas porque eu sou... Tem meninas que fazem, eu não faço relação sem preservativo, de jeito nenhum, nenhum tipo de relação, nem se me oferecer mais, nem nada, se vem com exame para mim eu não faço. Mas tem meninas que fazem, esse foi mais o meu medo, tipo não de ter relação comigo à força, isso também, eu já estou aqui mesmo, é meu trabalho, mas por esse motivo. Porque eu acho que um homem vem nesse tipo de lugar, nunca me viu na vida e quer ter uma relação comigo sem preservativo, então ele vai ter com outra. Eu sei de mim, eu me cuido, mas das outras meninas eu não conheço ninguém, eu não sei... mas é esse o meu medo, eu não quero fazer mais por isso, de transmitir alguma coisa para mim, de eu pegar algum tipo de doença. É chato. Mais por esse motivo mesmo que eu não quero fazer. (Luciana).

E acrescenta:

Igual eu estava explicando desse senhor, que aconteceu comigo, nós podemos gritar que o povo lá não atende a gente nem nada. Eu saí dele, saí fora do quarto, porque as moças que trabalhavam lá no motel ninguém, eu gritei socorro para as moças, ninguém nem foi lá na porta falar: “está viva aí, moça?” (Luciana).

Deixa claro que agora prefere se relacionar apenas com os clientes conhecidos, o senhor que “ajuda” ou pessoas que têm confiança de que não ultrapassarão as regras estabelecidas quando está fora da casa de Raquel. Luciana não considera o trabalho sexual um “bicho de sete cabeças” quando se sente respeitada, os clientes “cuidam das regras” e pode batalhar sem correr riscos. O problema é estar expostas a atitudes perigosas como foi o caso do senhor desconhecido que queria transar à força, sem preservativo e ainda saiu sem pagar. É enfática ao indicar que não se sente violentada pelo fato de fazer programas, até porque, afirma,

“não é mais moça” e não tinha medo de “ter a relação” com o cliente. Contudo atingia com brutalidade seu bem estar e saúde (física, psíquica, sexual) o preconceito, a falta de respeito, as atitudes, as palavras, os gestos e ações que ofendem, agredem e colocam sua vida em perigo.

De todas as regras elaboradas, para constituir/organizar a relação entre garota de programa e cliente já apresentadas, o uso do preservativo, em todas as narrativas, é a mais respeitada por elas. O preservativo aparece associado à ideia de doença e saúde (higiene e prevenção), assim como preservação da vida íntima, sendo a principal preocupação quando negociam a realização do programa. Ao conversarmos sobre os limites estabelecidos, os maiores riscos de contaminação, estavam nos clientes. As relações ocorrem na prática da prostituição, então se torna um imperativo a prevenção contra doenças que podem se abrigar nos corpos de homens desconhecidos, ou seja, pessoas que não fazem parte de suas vidas particulares.

Em pesquisa realizada por Laura Murray, Gabriela Leite e Flávio Lenz (2015, p. 11), sobre o potencial de gestão de risco para a prevenção de DST/HIV/AIDS em contextos de prostituição, apontam que o preservativo masculino é o principal e mais eficaz método estudado e recomendado em contextos de prostituição. Utilizando estudos de 2008 e 2009 demonstram que 90,1% das prostitutas entrevistadas disseram ter usado preservativo na última relação vaginal com o cliente em comparação com 36,6% com parceiros fixos. E verificam que as prostitutas têm três vezes mais probabilidade de utilizar preservativo com os clientes do que com seus parceiros íntimos.

No mesmo sentido, Gail Petherson (1996, p. 45) também indica em seus estudos que as prostitutas mostram maior probabilidade em insistir no uso de preservativo do que outras pessoas e a resistência dos clientes é justamente o maior obstáculo para o sexo protegido. Critica os estudos científicos que rotularam as prostitutas como símbolo do HIV buscando firmar um estereótipo sobre a profissão. E lembra que a ideia de que as garotas de programa vão para a cama “com qualquer” pessoa, não corresponde com a prática, já que isto não é desejável a nenhuma delas. Em muitas ocasiões as prostitutas selecionam não somente os clientes individualmente, mas também toda uma clientela que pertence a determinados grupos sociais ou tem certas preferências sexuais.

No caso de Luciana, depois do ocorrido, prefere não trabalhar na rua e nem com desconhecidos. Diz que agora sai com os homens que conhece e prefere ficar na casa de Raquel, onde conta com a proteção oferecida pela dona e as outras garotas de programa. Sente-se “desanimada” e “desencorajada” diante do episódio de violência, de indiferença e de desprezo que o acompanhou. Denuncia o comportamento do cliente e das pessoas no entorno

que não a aceitam pelo fato de ser uma garota de programa. E a todo tempo afirma sua boa conduta no trabalho em relação ao uso do preservativo em contraste com a prática de outras prostitutas que acabam negociando o sexo protegido.

Os critérios para caracterizar uma “boa” profissional são comentados por Gail Petherson (1996, p. 60) e Eliane Pasini (2000, p. 197). Na fala de Luciana e das outras garotas, notei que as boas profissionais eram aquelas que não renunciavam ao uso do preservativo em troca de dinheiro. No trabalho das autoras, sinalizam que os critérios a definir o que as faz “boas” prostitutas mudam de acordo com o contexto, por exemplo, o uso do preservativo irá depender das necessidades de trabalho, as normas culturais e a maior ou menor possibilidade de escolher. Portanto, as profissionais não veem o trabalho, em si, como desonroso, mas sim a maior ou menor competência e integridade para atuar na prostituição. Essa competência e integridade podem incluir: capacidade de negociação, destreza sexual, consciência sobre a saúde, métodos confiáveis de autodefesa, etc. Ou seja, as prostitutas serão pessoas com valores, preferências e satisfações, os quais representam para si verdadeiros distintivos de honra no trabalho (PETHERSON, 1996, p. 61).

O cliente tentar sexo forçado, sem camisinha e sair sem ao menos pagá-la foi caracterizado por Luciana como violência e desrespeito aos seus limites no trabalho. Relata que sentiu “medo”. Passaram “mil coisas na cabeça”, mais uma vez, enfatizou, “não é questão de ele ter relação comigo, mas dele estar sem preservativo” e seguiu detalhando o que ela entende por violência sexual e estupro:

Tipo, se tivesse acontecido, mesmo se eu não tivesse conseguido sair dele, eu iria na delegacia dar parte, porque seria uma violência, seria um estupro, porque é uma coisa que eu não queria, não é? Então foi, mesmo porque eu sou uma garota de programa, ele me pegou à força. Eu fui ali por livre e espontânea vontade, mas chegou ali e não tinha nada a ver do que a gente tinha combinado, então para mim iria ser uma violência. Até foi. Mas eu nem fui atrás porque não aconteceu nada. E acho que eles iriam me tratar com pouco caso, como aconteceu no motel. Tipo, ninguém nem era nada... E a mulher também, não é? Devia ter filha, que tipo, teria que se pôr no lugar, vai que acontece um dia, com a família dela, não é? E fez pouco caso, não quis dar atenção. Eu acho que, tipo o que ele fez já foi uma violência, porque ele tentou, foi uma tentativa, então já foi bem uma violência. Mas acho que tudo. Tem casos aí de homem assediar, só passando a mão. Por isso eu falo, tipo assim, eles têm: “eu não fiz nada com ela”, mas acho que só de passar a mão na mulher se ela não quiser, alisar ela, é uma agressão sexual, ela não quer... é uma coisa que para mim já é um estupro, porque está assediando a mulher, é um assédio. A palavra assédio, não é assédio, e é isso. Para mim até isso é estupro, é contra a vontade da mulher. (Luciana).

O medo de Luciana à violência perpetrada pelo cliente aparece como alerta à necessidade de apurar os sentidos, ampliar a leitura da realidade e a intencionalidade das

relações estabelecidas. O sentimento de medo não operava imobilizando suas ações, tampouco sua agência. A capacidade de entender e resistir aos possíveis perigos no trabalho e fora dele também, ajudava Luciana a (re)organizar sua atuação na prática da prostituição (local, horário, perfil dos clientes, redes de apoio).

A partir de sua experiência confrontava o entendimento comum difundido sobre a prostituição, o estupro e a ideia de consentimento. Exercer a prostituição não queria dizer que o corpo de Luciana estava indiscriminadamente disponível. No seu trabalho, assim como em qualquer outro existente, é fundamental que possa estabelecer as suas condições e que elas sejam cumpridas pelos clientes, caso contrário, não existe o consentimento para a prática. A garota de programa é que estabelece as regras e dá a palavra final se aceita ou não a proposta do cliente. Luciana, foi ao motel encontrar o cliente “por livre e espontânea vontade, mas chegou ali e não tinha nada a ver” com o que tinham combinado. Ou seja, a partir do momento em que é contra sua vontade e contra os limites e as regras acordados entre ambos, passa a ser violência e sexo não consentido para a trabalhadora, principalmente, quando se trata da recusa ao uso do preservativo.

Na perspectiva de Rita Laura Segato (2010, p. 136), em pesquisa sobre o discurso dos violadores, em Brasília, interpreta a violência como um ato disciplinador e vingador que se ampara no mandato de punir e retirar a vitalidade de mulheres. Os agressores narram reações ao que consideram desacato e abandono das mulheres às suas posições no sistema de status da moral tradicional. Sem saber lidar com a incapacidade de gozar do direito viril e com a falta de controle moral sobre as mulheres, atuam como moralizadores ou vingadores da moral, recobrando as mulheres pela suspeita. O desacato castra o violador que restaura seu poder masculino e sua moral viril mediante a violência e a subjugação das mulheres.

O estupro, portanto, aparece como um crime moralizador. O violador castiga as mulheres por algum comportamento que ele entende como um desvio ou desacato a uma lei patriarcal. E a masculinidade representará uma identidade que depende de um status que engloba e confunde poder sexual, poder social e poder de morte. Se o controle às mulheres desaparece ou coloca-se em dúvida, o violador produz uma reação à sua experiência de masculinidade fragilizada. A violação pode ser compreendida, assim, como um movimento constante de restauração de um status que está sempre a ponto de perder-se e acaba instaurado na dependência à subordinação das mulheres (SEGATO, 2010).

A autora também chama atenção para a eficiência do que nomeia de violência moral e sua capacidade de submeter as mulheres ao sofrimento físico e mental, reduzir a autoestima e desestabilizar a autonomia. A violência moral é definida por Segato (2010, p. 113) como tudo

aquilo que envolve agressão emocional, mesmo que não seja consciente ou deliberada. Podemos citar a ridicularização, a coação moral, a suspeita, a intimidação, a condenação da sexualidade, a desvalorização cotidiana das mulheres como pessoa, de personalidade e traços psicológicos, de sua capacidade intelectual, de seu trabalho e de seu valor moral. Tal violência pode, muitas vezes, ocorrer sem agressões verbais, manifestando-se exclusivamente por gestos, atitudes, olhares. A conduta opressiva é naturalizada, considerada banal e está amparada nos valores morais, religiosos e familiares que permitem sua justificação.

O “debochinho”, o “riso”, a falta de respeito, o preconceito e aquilo que “a sociedade pensa” sobre a profissão eram formas potentes de agredir emocionalmente e provocar sofrimento à Luciana. A moralização estava tanto na conduta do cliente que violentamente tentou sexo forçado e desprotegido como em todo o entorno, estruturado para legitimar a violência e replicá-la por meio da desvalorização e da estigmatização das garotas de programa. Sobre o julgamento moral que fazem sobre a prostituição, Luciana, diz:

Uma menina fica com oito homens diferentes em uma noite a troco de dinheiro, não sei o quê, ela está se vendendo. Eles pensam assim. Eu não vejo bem como eu estou me vendendo. Igual, tem menina lá: “eu alugo por 40 minutos”, não sei o quê, eu me nego muito bem a isso. Porque a gente se conhece antes também, conversa. Igual eu te falei, tem pessoas legais que a gente conhece, então a sociedade muito leva nisso: “ela deita por dinheiro, se vende”, mas por isso que a gente fica mais assim... se não fosse por isso, eu acho que eu continuaria trabalhando com isso. Porque acho que trabalhar mais horas, isso é coisa, e no final do mês ainda ganha menos e tal. Se não fosse por isso acho que eu continuaria exercendo essa profissão.

Luciana discorda da ideia de que seja apenas um corpo reificado à venda no mercado do sexo. Não fosse esse o imaginário construído sobre a prostituição, ela gostaria de continuar exercendo essa profissão. As garotas de programa têm que “conversar”, negociar e estabelecer vínculos no trabalho que não são estritamente sexuais. Da mesma forma, Roberta comenta que a maioria dos homens que vão no “puteiro” querem falar de suas vidas íntimas, amorosas e precisam de alguém que os escute. Muitas das vezes não transam e recebem mais para serem “psicólogas”.

Isabel, na chácara em que trabalha, exerce múltiplas funções. Fica no balcão e aí conhece as pessoas, se lhe agrada e a proposta for boa, vai; se não, diz que não tem obrigação de ir. Negocia o preço e, se eles aceitarem, “tudo bem”, “aí negocia”. Em relação à camisinha é incisiva: “camisinha não tem jeito, todo mundo usa”. E os que dão trabalho, “as meninas acabam convencendo”. Isabel, diz que fica “muito em cima” se vê que pode “não dar certo”, mas acredita que hoje em dia os clientes “conhecem mais as regras de dentro da casa” e se dá alguma discussão “tenta contornar daqui, contornar dali”.

Questionei se teve problemas com clientes e Isabel respondeu que sempre tem aquele que “bebe demais”, “depois não quer pagar” e “começa arrumar rolo”. E segui a conversa, conduzindo as perguntas sobre o que ela entendia por violência sexual e estupro. Isabel explica:

Eu acho assim, mesmo estando aqui, eu acho que se você está no quarto de uma pessoa, você falar não e ele for insistir, eles vão ter mais força do que a mulher. E se insistir eu acho que já é estupro, que é violência. Eu já vi isso acontecer, de a pessoa falar não e a pessoa insistir. E eu considerei como estupro.

Percebi que Isabel queria se abrir sobre o assunto ao mesmo tempo em que tentava se proteger da exposição e da estigmatização. Utilizou como ferramenta, a fala na terceira pessoa, intercalando, em alguns momentos, na primeira, para que eu percebesse que se tratava de suas experiências. Preferia não utilizar seu corpo como alvo da violência e generalizava, sabendo que poderia estar no seu lugar qualquer outra trabalhadora:

Então, eu acho assim, que a partir do momento que você fala não. Dentro do quarto. Hoje em dia os caras têm que respeitar, não é? Você combina uma coisa com a pessoa. Por isso que eu falo assim, combinado não é claro, mas ao menos combina: "não, vamos fazer isso", "ela vai isso, isso e isso dentro do quarto", tudo bem. Aí ela não fez, a errada é ela. Mas se ela não combinou e ele forçar, aí para mim já... tu vai? (Isabel).

Nesse momento fomos interrompidas por outra garota que passava pela sala em que conversávamos. Perguntou se podia fazer um programa no quarto de Isabel e pediu um cigarro para o seu cliente. Isabel orientou que ela usasse os quartos “lá de baixo” e foi pegar o cigarro. Voltou, sentou e pensativa me perguntou: “está gravando, não é?” Informei que sim, estava gravando. Eu me sentia confusa, queria deixá-la à vontade para falar apenas o que quisesse dividir comigo e da forma que se sentisse mais confortável. Angustiadada com o breve silêncio, resolvi retomar nossa conversa também na terceira pessoa. “Não vai por nome, né?”, questiona Isabel e emenda na sua fala:

Não, porque...aí aconteceu assim, sabe, ela combinou o programa, foi para o motel. E chegou lá no motel, o cliente tirou a camisinha... está entendendo? Fez uma coisa que não estava combinado. [...] A camisinha eu senti, não é? Você sente... foi muito desagradável. Me senti mal, você está entendendo? Sei lá.

“Sim... (silêncio). E você conversou com alguém?”

Engraçado assim, sabe, você comenta. Aí tem pessoas que talvez até acreditam em você, mas também tem pessoas que não acreditam. Não é estupro também não. Mas

é. Você está entendendo? A gente sente na gente que é. [...] E envolve muita coisa, envolve tudo, a família, aí, sabe? Ah, deixa quieto. Aí você vai comentar, alguns acreditam em você, outros não. Então... no dia fiquei mal, mas depois falei: “ah...” (Isabel).

O telefone de Isabel toca, ela atende e rapidamente explica que não pode conversar no momento. E volta a contar:

É por isso que eu te falo, que eu sei que às vezes aqui é mais seguro que às vezes você ir para um motel. Porque aqui, se estivesse aqui, você chama, você grita, alguém te escuta, alguém está sabendo quanto tempo vai ficar, porque tem tempo. Quando está no motel, fica sozinha, você está entendendo?

No dia, Isabel estava sozinha e se lembra:

Aí quando você pensa que é aquela pessoa, assim, que você conhece? Ah, vou, que é no balcão, não é? Falei: “ah, vou”. Que eu já conhecia há muito tempo.

Perguntei se ele já era um cliente seu.

Freguês, conhecido, sim. Dentro do balcão, como eu fico dentro do balcão, a gente começa a acostumar. Aí vem, daí você deixa passar, deixa outro passar, até outro dia está tudo favorável, ah, vamos. Hoje estou animada, vamos. Aí fui. Fui na boa intenção... aí brincamos, rimos, tal. Muito divertido, muito simpático, só que chegou lá [...] e ele não me falou nada. Porque eu acho normal, normal. (Isabel).

Na hora Isabel sentiu e não teve como sair. Depois, só tomou a pílula do dia seguinte e “pediu a deus para não acontecer mais nada” porque ela “sabe das coisas de doença” e “da barriga também”, “não é difícil engravidar”. Afirma que se fosse hoje, “ficaria mais esperta” e não deixaria se “envolver naquele clima”. Foi “aprendendo” e ficando “mais arisca”:

[...] hoje em dia a gente também fica mais esperta, mais preparada. As meninas já vão para o quartinho, já ficam ali... demorou um pouquinho, eu bato na porta, você está entendendo? Aí elas: “não, estou saindo”, aí eu sei que está tudo bem. Se ocorrer alguma coisa... por isso que eu falo, na rua às vezes é mais arriscado, porque a menina vai estar sozinha. Agora, aqui não. (Isabel).

O diálogo com Isabel me provocou muitos sentimentos. A relação entre aquilo que “não é”, mas que a gente sente na gente “que é”, parecia, para mim, uma síntese profunda sobre as condições das mulheres na sociedade. Eu ia remontando o meu interior enquanto pensava o quanto somos silenciadas e o quanto narrativas como a de Isabel são incompreensíveis dentro de um universo em que a normalidade continua sendo a violência. Carregava uma forte angústia quando recebi o carinhoso convite de Isabel para um café. O

sol se punha, subia o cheiro da água fervendo misturada ao pó e rodeada por uma agradável energia. Isabel conversava distraidamente comigo. Sua leveza tirava qualquer negatividade do ambiente. Quando me preparava para ir embora, pensava no grande aprendizado que foi estar junto dela.

O relato de Isabel, assim como o de Luciana, deixa claro que não existe uma única forma de se vivenciar a violência sexual e o estupro. No contexto de trabalho das garotas de programa a recusa ao uso do preservativo pelo cliente, quando acordado entre ambos, é sexo não consentido e sexo imposto mediante a força, mesmo que não envolva violência física. No caso de Isabel, era uma pessoa conhecida, com quem mantinha boa relação. Foi para o programa “animada”, “brincaram”, “riram” e até então era “muito divertido”, “muito simpático”. Chegaram ao quarto e - lá “todos sabem” das regras - sutilmente retirou o preservativo, sem “dar tempo pra nada”. Neste momento, Isabel “sentiu”, não apenas pelo toque, “sentiu” profundamente a conduta violenta do cliente. “Vira!”, “você vira”, “consciente que a pessoa vai fazer aquela coisa”. Neste cenário, “está sozinha” e ali “ninguém te escuta”. Fora do motel, as pessoas continuavam não escutando. “Não é estupro também não”. Mesmo sentindo dentro de si “que é”, percebia que o melhor era “deixar quieto”. “Envolve muita coisa”, “envolve família”.

Hoje em dia, Isabel, fica mais esperta, preparada e ressalta a importância da rede de proteção nas chácaras. Quando as meninas entram para o quarto e demorou um pouquinho, bate na porta, pergunta se tudo está bem. Agora na rua, acredita que é mais perigoso, ali estão sozinhas. Da mesma forma, Beth, diz que garota de programa não pode batalhar sozinha. Ela prefere atender de dia, recebe as chamadas, vai até o motel e antes de anoitecer volta para a casa. Se ninguém ligar conta que fica dentro de casa, chega, toma banho, fica com os filhos, “deita e dorme”. “E assim vai”.

Quando conversamos sobre violência sexual e estupro, ela disse que não passou por situações como essa. Contudo, conheceu muitas companheiras de trabalho que foram alvo de violências. Beth expressa sua indignação com aqueles que não entendem o que é estupro no seguinte trecho:

Um dia nós falamos que tinha sido estuprada, eles perguntaram, “estuprada no quê?”, eu falei, “gente, mas vocês pensam que estupro é só no quê? Na perereca? Lógico que não, o estupro eles vão com pau, garrafa, enfiam na gente, sem preservativo, com faca no pescoço, com revolver, não é desse jeito que vocês estão pensando.”

E se lembra da situação vivida por sua colega de trabalho:

Eles machucaram ela muito, ficou um bom tempo sem trabalhar. Porque o estupro é violento, não é um só, são 2 ou 3 de uma vez, é uma coisa que te acaba, marca a pessoa. E é tudo sem preservativo, sabe lá o que tem a pessoa, pega uma doença. (Beth).

Beth comenta atos de violência física, sexual e a grande brutalidade que também pode estar presente no ambiente de trabalho. Contrapõe-se a uma única versão do que seja estupro já que, para ela, não acontece só pela penetração entre pênis e vagina. As violações podem ser com objetos e outros meios que submetem as mulheres à tortura. E, no mesmo sentido que as outras garotas, destaca o uso do preservativo e a possibilidade de contaminação em uma relação forçada, sem proteção. Beth também se lembra, do marcante ocorrido que ensejou a criação da ONG Vitória Régia, em Ribeirão Preto. O brutal assassinato da garota de programa, Nicole, enquanto trabalhava:

Ela era daqui de Franca, cantava na boate e mataram ela, o Pablo. Arrastaram ela por mais de quinze metros dentro de Ribeirão Preto, amarrada numa Pajero, arrastada pelas ruas. Deixou três filhos, morava pertinho da minha casa.

O caso de Nicole foi marcante para Beth e apareceu na sua fala, enquanto memória da articulação das garotas de programa frente a episódios de violência. Tanto João, como a ONG Vitória Régia estão em sua narrativa representando espaços em que pode eventualmente buscar apoio. Porém, fica evidente a organização de seus próprios mecanismos para evitar abusos e violências, principalmente, em relação ao local de trabalho, cidade, horário e pessoas que a acompanham.

Já Mariana diz que nunca passou por nenhum constrangimento no trabalho. Se o cliente disser que não vai usar camisinha, “devolve o dinheiro” e aconselha que “procure aí quem quer sem”. “Se for com camisinha é, senão, tchau”. E acredita que por serem garotas de programa, “esses homens as respeitam muito mais”. Ela toma cuidado e enfatiza nunca ter passado por nenhuma situação, contudo comenta não somente na prostituição, mas também fora do trabalho, o que vê como violência sexual ou estupro:

Eu acho que é forçado. Na minha opinião. Eu acho assim, eu não posso falar muito porque eu nunca sofri. Graças a Deus. Nunca sofri, nem nada. Mas, assim, já vi muita notícia. Aquela história da menina que foi 30 estuprador. Eu achei uma covardia. Por mais que a menina pode ser o que for, eu acho que tem que respeitar. Só porque ela gostava de dar, ou era puta, não sei. Mas mesmo assim, entendeu? Tem que respeitar. Apesar que... por nós sermos garotas de programa, esses homens

respeitam muito a gente. Respeitam a gente aqui de dentro, do que essas meninas de fora. (Mariana).

Ela se lembra do caso destacado pela mídia vivenciado por uma garota, em 2016, no Rio de Janeiro, violentada por vários agressores. Considera não ser uma justificativa plausível o comportamento da menina, se “gostava de dar” ou se “era puta”. Para Mariana, violência é “forçada”. Acredita que independentemente do que for a garota e da forma com que exerça sua sexualidade, tem que ser respeitada, inclusive, acredita que é mais respeitada ali, do que as meninas que estão lá fora.

Neste mesmo contexto, Mariana conta de casos de violação, na sua família, no seguinte trecho:

Minha mãe mesmo, quando era mais nova, ela foi. Coitada, tentaram estuprar ela. O próprio irmão dela. Meu tio. Mas aí, sorte que a minha mãe acordou na hora e tal. Muitas meninas nessas de ser estuprada. Já umas bebem ou esses homens mesmo, abusados, força a menina a beber. Põe um trem lá, não sei o que é, droga. Ela desmaia e ele tenta. Peguei umas meninas aqui que já sofreram disso. Mas, vai fazer o que né? É duro.

Os casos de violência não estão presentes somente no trabalho. Há fortes expressões dentro do lar e, em muitas circunstâncias, são perpetradas pelos próprios familiares. Também, os locais em que é estimulado o consumo de bebidas aparecem como espaços perigosos e tomados por homens que podem se aproveitar dos efeitos do álcool ou até mesmo provocarem a vulnerabilidade, colocando outras drogas nas bebidas, sem autorização das mulheres. Neste sentido, Roberta narra que nunca pegou violência no trabalho, “só pegou cara que dá trabalho”. Mas fora do “puteiro”, antes de fazer programa, foi estuprada em uma festa:

[...] tirando agressão de bater, essas coisas assim, de fazer alguma coisa forçada eu nunca tive, dentro do meu emprego. Mas eu já tive fora. Antes de eu fazer programa. Assim que eu larguei do meu ex-namorado, uma vez eu fui em uma festa, usei bastante lança, doce, essas coisa, acho que era lá na (Universidade). Um menino me pegou para transar, só que ele me levou... [...]. E eu lembro que depois eu saí toda roxa. Então, quer dizer, ele deve ter feito muita coisa que eu não vi. Aí, para você ver, às vezes lá fora, no mundo dessas festas, essas coisas a gente tem mais agressões do que aqui dentro. Porque aqui tem a dona, segurança, outras pessoas que correm com polícia. Então é onde eles não fazem nada, porque tem que respeitar o lugar. Aqui a gente põe para correr. Mas esse negócio de cliente vir e falar assim: “vamos para tal lugar, vamos para um motel”. Eu não vou não. Posso perder dinheiro que eu não vou.

Quando questionei como ela interpretou o comportamento do menino, Roberta respondeu:

De tudo um pouco envolvido. Violência sexual, o que mais? Como que fala? Se ele bateu também. Violência de todo tipo. Emocional. De todos. Todos os tipos é violência.

Roberta quando comenta a violência no contexto de trabalho, contrasta com a vida fora da prostituição. O mundo de festas, apesar de não ser marcado pela estigmatização, é apresentado como perigoso, com mais agressões do que dentro do “puteiro”. Roberta lembra que estava em uma festa e foi levada “para transar”. Por um período estava inconsciente, momento em que um menino aproveitou para usar seu corpo da forma que achava conveniente, mesmo sabendo que não se tratava de uma relação consentida. Retomou a consciência e viu seu corpo tomado por hematomas. Sequer sabia o que o menino tinha feito durante o tempo em que estava desacordada. Sentiu-se violentada de todas as formas, sexual e emocionalmente, já que tinha sido levada, sem que concordasse ou houvesse qualquer condição de se estabelecer uma relação entre ambos.

Na época, ela narra que era mais nova e não sabia lidar com os homens. Hoje em dia, de tanto homem que viu na vida, afirma que nenhum a passa para trás. E, assim como a maioria das garotas, prefere não fazer as saídas no particular, ir para motel, porque ali fica sozinha e não conta com a rede de apoio em seu entorno. Na casa, tem a dona, “as pessoas que correm com polícia”, então podem “colocar pra correr” os clientes que forem abusivos. Além da casa de prostituição que aparece como local mais seguro para garantir as regras no trabalho, considera Franca uma cidade em que são menores os casos de violência. Expressa sua opinião, retomando o caso de violência vivenciado por uma colega:

[...] já sofreram (violência). Eu tenho uma amiga que trabalhava lá na [local]. O cara levou ela para o canavial. Bateu nela até mandar parar. Levou ela para o canavial. Ele transou, pagou, mas ele bateu nela e deixou ela ali. E tem vários casos. Você escuta cada assunto nesses lugares. Quando trabalhei em Ribeirão, tinha menina que eles levavam para o canavial e matavam. Aqui em Franca é difícil você ver casos assim. Mas de Ribeirão para a frente, você já começa a ver mais violência. Que tem muito homem que fica meio psicopata. Hoje em dia eu acho que ninguém está amando mais. Hoje em dia é tudo, se você me largar, eu vou te matar. Mulher também já não aceita o marido com outra pessoa. Hoje em dia é só violência. (Roberta).

A violência, portanto, estará presente em todos os espaços, tanto nas relações de trabalho como nas relações afetivas. “Hoje em dia é só violência”. E a partir de suas

experiências, Roberta organiza e expõe seus próprios mecanismos de proteção no trabalho. O local, a forma de conversar e negociar, o perfil dos clientes que prefere lidar, o estado em que chegam, sóbrios ou não, são elementos que ajudam Roberta a trabalhar e conduzir as situações com maior confiança. Repete e enfatiza, em sua narrativa, que considera o “puteiro” um local mais seguro para trabalhar e cita, em nossa conversa, os problemas que podem surgir fora dali: clientes que não querem ir embora, levá-las embora e/ou resistem ao pagamento. Pensando nessas considerações, Roberta conta do seguinte ocorrido:

A gente foi para Rifaina, em um rancho. Era uma despedida de solteiro. Aí eles combinaram 200 reais para cada menina. E se rolasse programa, alguma coisa assim, só que na época eu não fazia programa, eu fazia só strip-tease. Aí eu fui fazer os steap-tease, eu fiz, o cara não quis me pagar os estripes. Eu falei: “não, você vai me pagar e pronto, acabou. Tudo tem um preço aqui. Se fosse para ser de graça eu chamava qualquer um aí na rua e ia. Chamava os bondes e fechava. Aí o cara, sempre fala: “não, vou pagar tanto”. E não paga nada. [...] Peguei um táxi e vim embora. Você acha que eu ia ficar em um lugar desse, com esse tanto de homem doido, endoidando do jeito que estava? A minha sorte que eu nunca peguei violência. Eu só peguei cara que me dá trabalho. Tipo, peguei policial em chácara que dormiu no quarto de tão drogado que estava. E depois falou assim: “não, eu não fiz nada não. Você não fez nada comigo não. Não vou te pagar”. Mas eu sempre fui muito de enfrentar. Às vezes eu corro até risco, mas eu enfrento.

Tendo em vista seus aprendizados e as situações pelas quais já vivenciou, narra que durante as negociações com os clientes tem suas próprias estratégias para “manobrar” a situação:

Quanto mais calma você for, quanto mais você tratar o cliente melhor, aí você fazer tudo certinho no combinado, não tem problema. Agora, se for um cara que está bêbado, drogado, você vai ficar com ele? Eu não fico. Se o cara chegar aqui, estiver drogado, muito bêbado eu já fico é longe. Entendeu? Porque a pessoa que entra dentro do quarto nesse estado não está ciente nem do que ela está fazendo. Ela vai saber o que a outra fez ou deixou de fazer? Então é complicado, assim. (Roberta).

Não fica com homens que estão sob efeito de álcool porque nessas circunstâncias perde o controle e o cliente “não está ciente” do faz. No caso da despedida de solteiro, mostra sua insatisfação com a conduta do rapaz. Se soubesse que não ia pagar, não teria ido até Rifaina, em um rancho, para trabalhar e não receber. O cliente podia chamar “os bondes e fechava”. Por isso, Roberta vê como um problema os clientes alterados pelo efeito de drogas que não as tratam com respeito, não reconhecem seu trabalho e as colocam em situação de perigo.

A maioria das garotas citou o álcool como um problema no trabalho. Negociar com homens alcoolizados dificulta o respeito aos limites impostos. Além disso, todas, exceto Beth,

preferem não fazer saídas no particular porque nos motéis estão sozinhas e não contam com a segurança oferecida nas casas de prostituição e chácaras pelas donas, as garotas de programa e até mesmo as pessoas que “correm com a polícia”. Beth, contudo, tem seus mecanismos de proteção. Afirma que prostituta não pode batalhar sozinha, por isso, faz seus programas sempre com sua antiga amiga, Ana.

A “falta de respeito” e o “preconceito” contra as prostitutas aparecem em todas as narrativas como um importante obstáculo para o cumprimento das regras e limites acordados no programa. O estigma criado sobre a prostituição faz com que se deparem com o rechaço ao trabalho, às suas condições e às próprias profissionais. A falta de reconhecimento e a enraizada violência moral são prejudiciais à conquista de direitos e à valorização da mulher prostituta. Sobre o assunto, Roberta diz:

[...] as pessoas acham que a gente ganha dinheiro fácil. E não é tão fácil. Porque gente entra aqui uma hora, sai de madrugada. Às vezes até a carga horária que você tem que fazer o seu dinheiro. O dia que você ganha bem, você ganhou. Mas se você não ganhou bem, você não ganhou nada. Aí você não tem direito de nada, não tem um décimo terceiro. Você não tem nada. E outra coisa também, como que eu te falo, pessoa fala assim: “é dinheiro fácil, não sei o quê. É muito fácil o dinheiro que elas ganham”. Não é não. Você tem que vim para cá, se expor perante a sociedade. Tipo assim, usar o seu corpo. Está usando o seu corpo. Tem que se cuidar. Aí, por ficar aqui com uma pessoa chata, que você não quer, sem vontade. Você ter que ir com aquela pessoa. Sem insistir com aquela pessoa, você tem que aturar uma pessoa fedida, chata. É desse jeito, é bem complicado. Não é só chegar, o cara vem fazer programa comigo. Tem que entrar muito na mente do cara, entendeu?

Roberta, assim como todas as garotas de programa com quem dialoguei, demonstra que muitas ideias difundidas sobre a prostituição não correspondem a suas realidades. Não se trata de um dinheiro fácil, muito menos de um trabalho que não exige esforço. As negociações exigem das garotas aprendizados, tempo, cuidado com o corpo, desgaste físico e psicológico para que consigam garantir o respeito aos seus limites e condições no trabalho. Por exemplo, o uso do preservativo, o pagamento pelo preço e tempo acordados, o impedimento ao uso da força para práticas como beijo na boca, sexo oral ou sexo desprotegido sem a permissão das trabalhadoras, dentre outros. São condutas conquistadas tanto pela habilidade “em convencer” e negociar com o cliente, como também pelas redes de proteção criadas entre as próprias garotas, evitando possíveis abusos dentro da casa de prostituição e chácara.

A recusa ao uso do preservativo pelo cliente e a imposição de uma relação desprotegida sem consentimento foram interpretadas por Isabel como estupro. Luciana também se deparou com a mesma conduta abusiva perpetrada por cliente que tentou estabelecer a relação desprotegida à força. Conseguiu escapar e sentiu-se, fora do quarto, mais

uma vez, desrespeitada pelas pessoas que não ofereceram nenhum tipo de apoio. Para a trabalhadora, foi uma tentativa de estupro. “Até foi violência”. Era contra sua vontade. E era também, “por ser uma garota de programa”.

Todos os relatos revelam o cuidado indispensável e irrenunciável ao uso do preservativo. E a partir deste e de outros limites estabelecidos, demonstram que não existe uma única versão sobre o estupro. No caso de Isabel, não envolveu a força física, porém foi uma relação desprotegida imposta violentamente sem a sua concordância. Com Luciana, teve que “debater” com o cliente e conseguiu habilmente sair de dentro do quarto, onde o senhor tentava pela força e violência o sexo sem camisinha.

Outras narrativas, como a de Roberta, mostram que a violência contra as mulheres estará em todos os espaços. A trabalhadora tenta terminar um relacionamento violento com o namorado e não consegue porque teme pela sua vida e pela sua saúde, tem medo de como ele pode reagir. Acaba fugindo para o “puteiro” para se proteger do ambiente hostil de dentro de casa. E contrasta a realidade nas casas de prostituição com as dificuldades de fora. Lembra que antes de trabalhar como garota de programa, estava em uma festa e foi “levada” por um rapaz que a violentou de todas as formas. Sexual, emocional e fisicamente. Retomou a consciência e estava “toda roxa”.

Mariana afirma nunca ter passado por uma situação de violência sexual, mas conhece quem passou. Sua própria mãe quase foi estuprada pelo irmão, seu tio. Beth, durante seus 30 anos de profissão, conhece muitos casos de violência, dentro e fora da prostituição. E todas afirmam buscar segurança, batalhando em espaços nos quais estejam acompanhadas por outras pessoas que lhes ofereçam suporte. No contexto de violência no trabalho, também eram citadas as atitudes abusivas dos clientes que “davam trabalho” para pagar o programa. Também os que chegam alcoolizados, os novinhos que falam mal das trabalhadoras, aqueles que tentam puxar o cabelo, brinco ou faltam com o respeito às garotas durante o programa. Por isso, já evitam determinados perfis de clientes e selecionam a clientela que possuem mais confiança.

As táticas de cuidado, proteção e segurança coletivas das garotas de programa apareciam (ou não) confrontadas com suas visões sobre a atuação do Sistema de Justiça Criminal. Estavam suscetíveis às correlações desiguais de poder e à reprodução de violências, estigmas e estereótipos também dentro das instituições e pelos seus agentes. Nas palavras de Luciana, “hoje o mundo vive muito pela sociedade” e “as garotas de programa são muito criticadas ainda, não é uma coisa que é normal na sociedade”.

### 3.5 “Um poder maior que o outro”: percepções sobre as presenças e ausências institucionais

Beth, no início de nossa conversa, comentava sobre as vantagens e desvantagens do trabalho na prostituição e, antes que eu fizesse qualquer pergunta relacionada às instituições, estigma ou violência, alertou:

Às vezes tem cliente que te oferece 100 reais na noite, mas é rapidinho e você vai, mas aquele que te oferece muito, você não sabe se vai receber. E quanto à polícia, tem uma vantagem e uma desvantagem, ela não dá proteção, pra garota de programa, não dá. Isso aconteceu da mulher me tirar do carro e me fazer voltar, a gente parar em delegacia, essas coisas, mas várias garotas de programa que já foram estupradas, a gente chama a polícia e eles falam que a gente está fazendo vadiagem, mas não é isso, a gente não bate na porta de ninguém, eles que vêm atrás.

Reafirma: “Eles é que vão atrás da gente. E depois acontece tudo isso, e a polícia não dá proteção mesmo”. Não só deixam de oferecer proteção, como também submetem as garotas de programa a situações de violência. Beth, ao sintetizar quais são os “riscos” da prostituição, elenca entre eles a relação com a Polícia. Caso tenham que reivindicar o pagamento de algum cliente, buscar apoio em casos de estupro ou outros abusos no trabalho, na opinião de Beth, os policiais não dão proteção. E justifica o descaso com as prostitutas pela visão que os agentes têm da profissão: falam que o que fazem é “vadiagem”.

O “fazer vadiagem” se refere tanto ao estereótipo criado sobre a prostituição como ao tratamento penal oferecido às garotas de programa. A “Contravenção de Vadiagem”, instituída a partir de 1942 e revogada no ano de 2012, durante um longo período foi utilizada, em todo o Brasil, para perseguir prostitutas. Diana Helene Ramos (2015) em pesquisa sobre as mulheres “pretas, pobres e putas” e a segregação urbana da prostituição em Campinas, no Jardim Itatinga, comenta a perseguição policial, a violência e a tentativa de expulsão das trabalhadoras da área central da cidade. A autora (RAMOS, 2015, p. 58), assim como aparece no relato de Beth, diz que a prostituição era enquadrada automaticamente na contravenção penal de vadiagem, pois partiam da premissa de que este não era um trabalho, mesmo que não existisse uma lei que determinasse e descrevesse especificamente a prostituição enquanto crime no Brasil.

Diana Helene Ramos (2015, p. 59) indica que a “Lei das Contravenções Penais”, com as delegacias, criadas em 1924, e a “Delegacia de Fiscalização de Costumes e Jogos” ampliaram o controle e a repressão em relação à prostituição. Foram as que mais utilizaram o “recurso do controle de território” buscando garantir a separação entre o exercício da

prostituição e os espaços valorizados da elite, além de assegurar maior controle sobre as garotas de programa na cidade.

A “pacificação” da vida urbana brasileira afetou pessoas que exerciam atividades específicas no espaço público, dentre elas: prostitutas, aqueles considerados “vagabundos”, biscateiros, desempregados, boêmios e moradores de rua. A partir de discriminações de raça, gênero, orientação sexual, classe social eram selecionados as/os desviantes suscetíveis de sofrer os abusos policiais (RAMOS, 2015, p. 56). Tal associação fica evidente na descrição da contravenção:

Art. 59. Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita: Pena - prisão simples, de quinze dias a três meses. Parágrafo único. A aquisição superveniente de renda, que assegure ao condenado meios bastantes de subsistência, extingue a pena (LCP - Decreto Lei nº 3.688 de 03 de Outubro de 1941, Código Penal Brasileiro - C.P.B.).

Ainda que não ocupassem uma atividade ilícita, as mulheres prostitutas eram (ainda são) selecionadas junto de outros “desviantes” e expulsas, muitas vezes pelo uso da força e da violência, impedindo a circulação em seus pontos de trabalho ou de moradia. Informe realizado pela *Red de Mujeres Trabajadoras Sexuales de Latinoamérica y el Caribe* (REDTRASEX, 2013, p. 20) sobre o “Trabalho sexual e o impacto da clandestinidade” mostra que normativas muitas vezes contraditórias em relação ao estatuto legal da prostituição leva ao que chamam de clandestinização da profissão. E isso permite com que as forças de segurança tenham uma posição de poder e arbitrariedade em relação às mulheres trabalhadoras do sexo e exerçam modalidades de extorsão para que possam desenvolver a atividade.

Beth conta que, em Franca, os policiais “enchem o camburão e querem levar”. Ela resiste, fala que vai chamar seu advogado e “eles param na hora”. Fazem isso, na sua opinião, porque pensam que as garotas “não têm dinheiro”, então eles tentam tirá-las da rua, “mas hoje eles não conseguem mais tirar ninguém da rua”, “tem muita garota de programa”. E mais uma vez, acrescenta que eles fazem isso porque “acham que a profissão de garota de programa é vadiagem” e “por isso estão aí”.

A resistência aparecia na fala de Beth pelos “bons advogados” que hoje “a maioria das garotas de programa tem”. Ela comenta o caso de um cliente que não quis pagar o programa e sua busca pela resolução do abuso em uma delegacia. Perguntei como eles trataram o caso e, Beth, imediatamente expressa:

Nada! Dá razão pro homem. “Vocês tão saindo com vagabunda, porque estão saindo?”. Hoje graças a deus, já tem advogado, se acontecer alguma coisa a gente procura, que é o seguro que o João fundou. Lá em Ribeirão Preto, depois que mataram aquela Nicole, fundou a Vitória Régia, que antes não tinha.

A figura das ONGs, em Franca e Ribeirão, aparece como uma possibilidade de apoio às mulheres prostitutas. Sozinhas estão suscetíveis às qualificações de vadias de rua, “vagabundas”, mulheres pobres que podem ser levadas pela polícia mesmo sem previsão legal para tanto. Beth, consciente da atuação policial, afirma repetidas vezes que tem o seu advogado, “nessa polícia de Franca”, todos a conhecem, não esconde o que faz e “é respeitada aonde chega”. Até mesmo porque “a maioria das garotas de programa já estão cadastradas pela polícia”. Eles estão “pegando endereço, CIC, RG, tudo”, além disso, tiram fotografia das garotas e cadastram “lá na delegacia”, “no cadeia do Centro”. E mesmo critica a Polícia de Franca, disse que aprova esta ação porque “pelo menos se acontecer alguma coisa, tem tudo, endereço, telefone”, também por confiar na opinião de seu advogado que disse ser “uma coisa boa” para as garotas de programa.

Quando questionei como vê o Sistema de Justiça, promotores/as, juízes/as, Beth, diz:

Nessa parte eu ainda não posso te explicar porque a gente ainda não foi se envolver com juiz, pedir pra ele deixar. Porque quando eu fui montar a parada gay aqui de Franca, o delegado quase comeu a gente vivo, já não queriam, nem todo mundo aceita. Então nessa parte, como eu te falei, sobre a sociedade, partir pro fórum, pedir, de a gente ter um lugar assim... acho que juízes e promotores jamais vão deixar.

O diálogo demonstra que os contatos com instituições estatais para discutir seu trabalho e a movimentação política na cidade deram-se com a Polícia. E a partir da visão que tem do delegado - autoridade que quase os “comeu vivos” ao proporem a parada gay na cidade - e de suas experiências no mundo da prostituição, conclui que “juízes e promotores jamais vão deixar” elas terem “um lugar assim”. Mesmo sem narrar seu envolvimento com outras instituições estatais, além da Polícia, percebe que se “partir pro fórum”, “pedir”, já sabe que não serão acolhidas em suas demandas.

Ainda, inconformada com a conduta dos policiais, conta da dificuldade em entenderem as narrativas das prostitutas sobre a violência sexual. Um dia disse que foram à delegacia dar notícia de um caso de estupro e eles já perguntaram: “estuprada no quê?” Beth, impaciente, olha para mim, e responde como se estivesse falando para os agentes: “gente mas vocês pensam que estupro é só no quê? Na perereca?” E enumera muitas outras formas, além da penetração, que configuram a violência sexual: “vão com pau, garrafa, enfiam, sem

preservativo, com faca no pescoço, com revólver, não é desse jeito que vocês estão pensando.” O jeito que “eles” pensam o estupro não é compatível com as inúmeras narrativas, sentidos e resistências manifestadas pelas mulheres. Por isso, o que faria, era ir “na imprensa” e aprontar um “escândalo”.

“Aqui em Franca, várias garotas de programa já foram mortas e a polícia não faz nada”, “é uma aventura, você entra e não sabe... paga pra entrar e reza pra sair”, conclui, Beth. Depois que mataram uma companheira sua e o “caso deu por encerrado”, diz que não batalha mais na noite porque, reafirma, “a polícia não faz nada”:

Nós estávamos todas trabalhando durante o dia, aí uma das meninas, que inclusive a minha filha é amiga dela hoje no Face, a Diana, roubou um cliente da zona, de Furnas, muito dinheiro. Chegou perto da menina, a baixinha, pediu a roupa dela emprestada, e ela falou, “eu te empresto, na hora que eu for embora eu te empresto”, aí ela usou a roupa da Diana, vestiu a roupa da outra que tinha roubado. Aí de noite um cara voltou, colocou ela na moto, chamou ela pra fazer um programa no mato, ela foi. Ele pegou uma chave de fenda e enfiou na cabeça dela, ficou chutando até atravessar do outro lado. Ficou por isso mesmo. A outra ficou e a outra que foi, aí parei de batalhar na noite, porque a Polícia não faz nada. Aqui de Franca não faz nada.

A postura de Beth, diante do cenário que apresenta, está em assumir sua identidade como prostituta para enfrentar os riscos e perigos na profissão. Não conta com o apoio da Polícia para sua proteção, tampouco vê a instituição alinhada aos interesses das garotas de programa. Portanto, não parecia uma estratégia viável, esconder o que faz, mas sim, conhecer e ser conhecida nos espaços em que trabalha e ter capacidade de atuar dentro das dinâmicas, tanto no trabalho, como com as instituições. Narrava com orgulho que não esconde o que faz e do respeito que recebe por onde passa, inclusive por “essa Polícia”. Além disso, lembra que frequenta outros espaços, por exemplo, o próprio “Centro de Prevenção em DST/Aids” e avalia que é pior fingir que não é uma prostituta. Exemplifica com a seguinte história:

Eu não escondo o que faço, mas a maioria esconde. Não adianta você se esconder, porque você acaba se encontrando. Às vezes pra pegar um preservativo, pra fazer os exames de HIV, você tem que ir naquele lugar, porque em Franca só tem um lugar. Então não adianta você se esconder. Eu tenho uma amiga rica, aí ela falou, “o que você tá fazendo aqui? ”, falei, “vim pegar preservativo, e você? ”, ela falou, “eu estou com uma feridinha, vou no ginecologista ver”, de repente a moça falou, “fulana, vem fazer o CV 4”, eu falei, “tomou danada, você vai fazer CV 4 e tá só com uma feridinha, de onde?”, HIV. Por isso que eu estou te falando, não adianta se esconder, porque todas têm que ir em um lugar só. E a maioria das garotas de programa já estão cadastradas pela polícia. (Beth).

Enquanto conversávamos, percebi que Beth tirava o véu da moralidade que envolve o trabalho sexual: “não adianta você se esconder porque você acaba se encontrando”. Hoje em dia, indica que na prostituição há homens, mulheres, crianças - “entre 12 e 13 anos”. E não são apenas mulheres pobres, também estão no mercado do sexo, jovens universitárias, mulheres ricas, “gente da alta”. E mesmo envolvendo uma grande diversidade de pessoas e a demanda voltada ao mercado do sexo, Beth acredita que “não vão deixar” regulamentar a prostituição:

Hoje você pode aposentar como garota de programa, mas legalizar isso, não deixam não. Sociedade não aceita, e é a pior podridão, não sei por quê. Porque um filho de uma pessoa pobre não consegue pagar 7 mil reais na [universidade] por mês pra se formar em medicina. A maioria daquelas meninas da [universidade] são garotas de programa. Esses dias eu fui no [motel], o moço estava lá e eu falei... de onde essas meninas, tudo de fora, tinha uma menina que era de... esqueci o nome da cidade, falei, “você tá fazendo o quê?”, ela falou, “moro na república de [universidade], fazendo programa de 450 reais”, ela tava lá no quarto, já fazia tempo que elas estavam lá. São meninas ricas.

A falta de reconhecimento da prostituição enquanto trabalho e a sociedade que “não aceita”, na sua narrativa, aparecem relacionadas com o tratamento que recebem das instituições estatais. E as razões para o preconceito e a discriminação que vivenciam aparecem atravessadas pela separação entre as mulheres prostitutas e as mulheres casadas, as “santas”, a qual é, sem pudores, desconstruída por Beth:

Não existe essa mulher santa. Aquelas que te jogam pedra são as mais safadas. Às vezes você vai no motel, outro carro está entrando sozinho, você pensa, “mas o homem sozinho”, as mulheres estão deitadas no banco de trás do carro com aquele monte de coisa em cima, pra ninguém ver. Nós que somos garota de programa, já vamos lindas, com a cara mostrando, com o batom berrando, pra que vejam que estamos pegando um programa. Mas por que você vai ficar deitada dentro do carro, coberta com jornal. É casada. Mas tem.

A fala de Beth rompe com a ideia de que se pode esperar a castidade entre os envolvidos em um contrato de casamento, ou seja, falta a moral sexual no relacionamento monogâmico heterossexual. Dentro ou fora de relacionamentos as mulheres (e os homens) estarão transitando com suas sexualidades e, em uma sociedade movida por dinâmicas capitalistas, podem tanto optar por obter benefícios econômicos e afetivos, no modelo monogâmico, ou ainda podem escolher pelo exercício, aparentemente mais autêntico, na fala de Beth, em usar o corpo com diferentes pessoas, garantindo sua própria estabilidade, sem depender de um indivíduo para conseguir autonomia. Portanto, as garotas de programa não têm que se esconder: “vão lindas, com a cara mostrando, o batom berrando, para que todos

vejam que estão pegando um programa”. Já as casadas, com uma imagem a zelar dentro dos relacionamentos monogâmicos, para exercer a sexualidade a partir de seus desejos, têm que ir “deitadas no banco de trás do carro com aquele monte de coisa em cima, pra ninguém ver”.

Contudo são as relações estabelecidas com diferentes pessoas, sem perpassar pelo contrato do casamento, aquelas que serão estigmatizadas e desprezadas no corpo social. Luciana, ao refletir sobre o assunto, expressa sua opinião sobre a garantia de direitos das trabalhadoras do sexo:

Porque eu acho que isso é uma coisa comum, tanto homem quanto mulher. Eu já tive casos de casal vir aí, entendeu? Então eu acho que tinha que ser, porque hoje isso é uma coisa comum. Muita gente vem nesse tipo de lugar, frequente. Eu acho que tinha que ser assim, defendido, todo mundo critica: “sua puta, não sei o quê”, xinga, fala mal, maltrata. Dependendo, se alguém conhecer a gente, a gente tiver em um ambiente, você escuta debochinho, risinho, piadinha, fala alto. Então acho que isso é uma falta de respeito que tinha, tipo assim, ela tinha que ter, sei lá, acontecer alguma coisa, ir lá, entende? Só a lei. Mas não, você não pode acatar ela, está fazendo o serviço dela. Acho que cada um tem o seu direito de escolher o que você quer fazer, entendeu? Eu escolhi isso é o meu direito, foi minha escolha, então ninguém tem que criticar, ninguém tem que palpar. E acontece muito isso pelo preconceito. Acho que deveria ter, assim, mais por esse motivo, porque a gente sofre muito preconceito. E se acontecer também de ter algum tipo de violência como tem muito, de agressão. Eu conheço muita amiga minha que teve caso de agressão, de homem bater nela e ir na delegacia, até hoje não acontecer nada, por ela ser uma garota de programa. Se fosse uma mulher comum, com um marido e que tivesse batido na mulher já tinha resolvido, por ela ser garota de programa não. Acho que sim, que tinha que ter uma lei...

Apesar de ser “comum”, “frequente” e parte integrante das relações construídas socialmente, “todo mundo critica”, “xinga”, “fala mal” e “maltrata” as garotas de programa. Para Luciana, isso acontece muito “pelo preconceito” que as atinge por meio da violência moral, física, sexual e institucional. O exemplo desenvolvido deixa evidente essa problemática: as mulheres prostitutas perdem sua credibilidade e dificilmente podem reivindicar o lugar de vítima oferecido pelas leis penais pelo fato de exercerem uma profissão moralmente reprovável. Então, uma lei que trate sobre a violência contra as mulheres pode funcionar “para uma mulher comum, com um marido”, mas, dificilmente protegerá uma garota de programa devido ao forte estigma criado sobre as trabalhadoras e a própria profissão.

Luciana narra que, no caso em que seu cliente a agrediu e tentou sexo à força, sem proteção, preferiu não acionar nenhuma instituição porque sua amiga disse que “não ia resolver”. E tenta ser enfática quanto à obviedade de sua opção: “porque se você chegar lá e falar: ‘eu sou garota de programa, ele fez um programa comigo e não me pagou.’ Ele vai falar que não. Como você vai provar que sim?”.

Perguntei como ela achava que eles iriam agir e Luciana responde:

Depende, eu acho que vai pela mente da pessoa, do delegado. Porque eu acho que foi um abuso dele, uma falta de respeito comigo fazer isso, porque é o meu serviço. Tem gente que não vê como serviço. “Que serviço o quê? Que você está indo trabalhar o quê? Isso é trabalho de gente?”, tem muita gente que fala isso. Até pessoas da minha família mesmo já falaram isso para mim: “isso não é um trabalho, que trabalho? De onde você já viu falar que isso é um trabalho?”. E eu acho que depende da mente. [...] É muito preconceito, eu acho. Que poderia ali na hora “eu vou resolver” e não resolvesse nada.

O não reconhecimento da prostituição como um trabalho acompanha o “preconceito” presente na delegacia, na família, no círculo de amigos, no motel. A opinião de Luciana sobre a Polícia demonstra que ali pode estar mais um “portão que se fecha” às garotas de programa e suas reivindicações devido à forte discriminação que se perpetua contra as trabalhadoras dentro das instituições. Neste contexto, comenta a credibilidade das mulheres que chegam às delegacias e a força de sua palavra:

Não sei, acho que se tivesse fácil e provado que ele não me pagou, mas ele poderia negar que não fez programa comigo. Como ele falou, eu falei: “vou chamar a polícia para você”, ele: “então chama, tem prova que tive relação com você? E se eu falar que não tive?”. E realmente, como vai provar? [...] Eu acho que não (teria força o relato), pelo motivo de eu ser uma garota de programa, acho que não. Depende. Tem muita gente hoje que defende. Como antigamente não tinha muito quem defendia as mulheres, mas hoje tem. Mas sei lá. Eu acho que não, na minha mente não. Porque acho que é um caso para eles muito simples, uma garota de programa querendo receber, “o problema é dela”, sei lá. Por isso que eu não quis fazer. Muita amiga minha falou: “faz boletim de ocorrência contra ele, que já aconteceu isso com muita menina, que não sei o quê”. Falei: “não, deixa isso quieto, vou fazer nada não”. Se ele acha que ele deve me pagar, ele sabe da responsabilidade dele. Agora se não quiser, amém. Não vai fazer serventia para mim não... às vezes é porque ele precisa, né. (Luciana).

E contrasta ainda a importância de seu relato - a narrativa de uma garota de programa - com a do cliente, “uma pessoa importante” e até mesmo os possíveis riscos de ser criminalizada caso tente fazer uso da autodefesa:

A gente já não tem segurança nenhuma, tem meninas que andam armadas, eu não ando, porque vai que acontece isso, enfia um trem no homem desse e eu ainda vou presa por causa disso. Porque é perigoso ainda contra mim, dependendo a pessoa o que ele for. Igual ele mesmo, uma pessoa importante, chega lá: “não fiz nada, ela tentou me matar, essa menina louca”, ainda vou presa, tentativa de homicídio. Mas tem muita menina que tem, tipo assim, não tem medo por esse motivo, que anda armada. Me desencorajo muito, me desanimou mais. Eu estava mais animada, me desanimou muito, vai que... para mim já foi como um aviso, se um tenta fazer é porque outro... tentou e o outro pode acontecer de fazer. (Luciana).

Conclui que as garotas de programa “não têm segurança nenhuma”, contudo, ao longo de nosso diálogo percebo um acúmulo de aprendizados que permite com que Luciana selecione os lugares que são mais ou menos perigosos, o perfil de clientes com quem prefere lidar, a importância da proteção oferecida pela dona da casa e por outras garotas no espaço de trabalho. Ao mesmo tempo, era forte a angústia de exercer uma profissão que “ninguém aceita” e se deparar com o desprezo de amigos, familiares, namorado e, em casos de abuso, como foi o de seu cliente, o temor em chegar a uma delegacia e escutar que ou “o problema é dela”, ou até mesmo, caso reaja à agressão e dependendo do status do cliente, terminar presa. Em outras palavras, expunha as dificuldades em viver prestes a ser desacreditada em função dos atributos do estereótipo que encarna a prostituição e as prostitutas.

Retomamos aqui a ideia de Carol Smart (1977, 1989) sobre a capacidade e o poder do direito em conformar a realidade e desqualificar a experiência das mulheres. No caso de Luciana, preferiu não procurar uma delegacia porque temia não ser escutada e, mais ainda, devido ao julgamento moral feito sobre a prostituição, poderia ser desacreditada, sem que tivesse outros elementos para provar a violência além de seu relato. Quando inserida em uma correlação de poder junto de seu cliente, “uma pessoa importante”, demonstrava que o contexto era desvantajoso às demandas apresentadas por uma garota de programa. A situação de violência narrada e vivenciada provavelmente seria interpretada como um problema a ser resolvido fora das instituições estatais.

Portanto, o direito não se limita a oprimir as distintas mulheres, também tem a tarefa de construí-las por meio de suas atuações e narrativas. Quais são as mulheres possíveis de serem tuteladas (“honestas”, casadas, brancas, de classe média) e define as reivindicações que não correspondem aos binarismos e a ordem genderizada e racializada a ser mantida (SMART, 1989, p. 33). A insistência em opostos binários de verdade/mentira, honesta/desonesto, consentimento/não consentimento são critérios que não apenas silenciam as narrativas que ultrapassam o seu limitado sentido, como também replicam e estruturam a violência contra mulheres que ousam em suas práticas romper com a sexualidade exercida apenas nos relacionamentos heterossexuais e monogâmicos.

Nenhuma das garotas de programa escolheu pela tutela do Estado nos casos de violência sexual e estupro. O não reconhecimento da prostituição como um trabalho, a estigmatização das garotas de programa, a criminalização mesmo sem amparo legal eram motivos suficientes para que percebessem a incompatibilidade de suas versões sobre o estupro em relação à poderosa voz do direito que estabelece a única versão a prevalecer enquanto verdade dos eventos.

Laura Murray (2014) no artigo “Entre “fazer direito” e “fazer direitinho”: gestão de vítimas e as políticas de proteção” argumenta que no contexto da violência institucional contra prostitutas no Brasil, o Estado não faz o que deve, ou ainda, ele faz o possível para fazer o que não deve. O “fazer direitinho” é a forma que o Estado manipula seus processos burocráticos para promover seus próprios interesses e silenciar vítimas de sua violência. O que pode ser contrastado com os esforços das prostitutas em “fazer direito” e a consequente reação quando as vítimas resistem e tentam fazer um uso combativo do direito.

A pesquisa etnográfica da autora buscou explorar como o Estado administra as vítimas de sua própria violência. A análise foi feita a partir da invasão feita pela Polícia, no mês de maio de 2014, em Niterói, no prédio “Nossa Senhora da Conceição”. Policiais fortemente armados chegaram arrombando portas e interditando apartamentos, locais onde as garotas de programa prestavam serviço de forma autônoma e algumas residiam. Bloquearam as entradas do prédio e aproximadamente 120 mulheres foram presas. Mulheres relataram abusos dos policiais como estupro, violência psicológica, violência física e o roubo de seus pertences. Muitos protestos foram realizados por prostitutas para denunciar o ocorrido e afirmar o desejo e o direito ao trabalho semanas depois (MURRAY, 2014, p. 30).

Laura Murray (2014) acompanhou Isabel, trabalhadora do sexo que tinha sua vida em risco devido aos seus pronunciamentos públicos em relação à violência policial no caso da invasão. Encaminhada para ao Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, no Rio de Janeiro, para buscar uma possível assistência, Isabel converte-se, neste processo, de “puta” para vítima através de caminhos burocráticos que silenciavam o seu ativismo e legitimavam a ilegalidade da ação do Estado. A atuação da instituição, descrita por Laura Murray (2014, p. 34), buscava apagar a história na prostituição vivida por Isabel e interromper seu ativismo substituindo-o pela narrativa comum e estereotipada de uma prostituta. Não houve o reconhecimento da responsabilidade do Estado por suas perdas e os esforços voltaram-se justamente para a supressão de sua história e resistência. Nas palavras de Laura Murray (2014, p. 36, tradução nossa):

Uma forte corrente de estigma estruturou todos os nossos encontros e a natureza punitiva das opções oferecidas à Isabel. No entanto, como eu discuti aqui, essa dinâmica não é específica para a Isabel. As trabalhadoras do sexo no Brasil são muitas vezes punidas por todos os lados: aquelas que são vítimas de violência e aquelas obrigadas a submeter-se a condições favorecedoras para receber “proteção” e aquelas que optam por ficar fora dos sistemas e permanecerem vulneráveis ao abuso policial e aspectos criminalizados de sua profissão. Desta forma, o estatuto duvidoso da prostituição no Código Penal brasileiro facilita a abordagem do “fazer direitinho” do Estado, além de apagar a responsabilidade para proteger uma “puta”

que se recusa a se enquadrar na categoria de vítimas genderizadas e sexualizadas pelo Estado.

No caso de Roberta, ela expressa que gostaria de sair de um relacionamento abusivo com o namorado, mas não tem condições de fazê-lo. Teme - inserida em um contexto de violências - que ele “atormente” sua vida e passe a persegui-la “nos puteiros”. Roberta relata suas próprias estratégias para conseguir o distanciamento do companheiro e deixa evidente que, dentre elas, não é uma alternativa viável buscar uma delegacia. Minutos antes, contava a história de um “policial em [uma] chácara que dormiu no quarto de tão drogado que estava. E depois falou assim: ‘[...] Você não fez nada comigo não. Não vou te pagar’”. E demonstra a contradição em buscar nestes profissionais, apoio para tratar de casos de violência:

Então, acho que é por isso que eu nunca fui na delegacia. Eu não tenho coragem de ir. Porque ele ia falar, porque perante a sociedade, tem preconceito. Só que, igual eu te falei, tem preconceito lá. Porque o próprio delegado que tem preconceito lá é o que vem aqui. Um exemplo. Aqui ele não tem preconceito, aí na hora que vai lá ele tem. Você está entendendo?... muitas mulheres não procuram não é só por medo. Se é por causa de, tipo assim, o que eu vou fazer lá? Vou falar que eu estava no puteiro e o cara, tipo assim, nada a ver. Você entendeu? (Roberta).

A delegacia não aparece como um lugar de acolhimento para Roberta. Ela lembra que não é só por medo, mas sim, porque assim que sua imagem for associada à da prostituição, “o que vai fazer lá?”. Sabe que não será escutada e parece mais prudente privar-se das violências e do preconceito que pode experimentar ali. O próprio delegado que vai até o “puteiro” é o que pode recebê-la e discriminá-la dentro da instituição. Ou ainda, é o local onde pode se deparar com figuras como a do agente policial que foi seu cliente e rompeu com as regras acordadas em seu trabalho.

Quando questionei como via a conduta do policial que se negou a pagar o programa, Roberta responde:

[...] porque ele era policial, ele acha: “eu sou policial, você não me conhece”. Falei: “filho, você pode ser até o capeta, não quero saber quem vai te colocar”. Eu falei assim: “você vai me pagar, ainda se eu não fizer uma denúncia contra você”. Aí ele me pagou na hora. Ele fez uma graça. Na verdade, ele já ia pagar. Só que a pessoa quando vê, se sente um poder maior que o outro, ela acha que pode fazer graça com os outros.

A falta de reconhecimento e o desprezo ao trabalho sexual fez com que o policial se sentisse confortável para tentar sair sem pagar, “fazer graça” e exibir quem é que tem “um poder maior que o outro”. Roberta, contudo, reage, resiste e enfrenta: poderia ser até “o

capeta” que ia ter de lhe pagar. E pagou. A história narrada revela a dificuldade de se relacionar com esse perfil de cliente e os obstáculos impostos para que possa batalhar sem arriscar os limites e regras estabelecidas. Fora do trabalho, não vê uma delegacia de polícia como lugar apropriado para o acolhimento e escuta das garotas, ou ainda, para a proteção de seus direitos.

Os trechos desenvolvidos até aqui, creio que dão aportes para refletir os olhares e as experiências das garotas de programa sobre as instituições estatais. A ideia de que a prostituição não é um trabalho e a discriminação contra as prostitutas marcam as narrativas de Beth, Roberta e Luciana. O preconceito com que se deparam entre amigos, familiares, conhecidos, desconhecidos, clientes é o mesmo que encontram nas delegacias. Ali, podem ser moralmente julgadas e desacreditadas por exercer uma profissão que rompe com os códigos e as normas de gênero. Interessa sublinhar, também, que a Polícia é a principal instituição citada pelas garotas, o que por si só, comunica sentidos em relação ao tratamento dispensado às profissionais. Beth, afirma que a Polícia não oferece nenhuma proteção e, ainda, narra episódios em que sofrem de graves abusos e da criminalização sem amparo legal. Já Luciana e Roberta, diante de situações de violência, não viam como um caminho para resolução de seus conflitos ou de proteção a tutela penal oferecida.

A garantia de segurança e de proteção aparece com força nas próprias formas de organização das garotas de programa e nas redes de proteção mútua existentes nos espaços de trabalho. Os aprendizados acumulados permite com que cada uma delas defina os locais, os horários, o perfil do cliente que oferece mais ou menos segurança, quais são os limites corporais e afetivos a serem respeitados, como negociar e quem são as pessoas em seu entorno que podem acionar em casos de risco ou perigo. Os laços que tecem juntas demonstram que a proteção e o enfrentamento à violência estão em suas próprias formas de organização e resistência, tanto às situações de perigos vivenciadas no trabalho como aquelas provocadas pelas instituições estatais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estupro de trabalhadoras do sexo em Franca: vítimas ou vilãs? A partir deste questionamento, no início do meu percurso exploratório, buscava compreender questões polêmicas como a prostituição, o estupro, a violência sexual e as intermediações do sistema de justiça criminal. Em um chão movediço, nunca tive certeza de que esta era a melhor pergunta a ser lançada. Percebia que estes termos eram comumente confundidos e muitas vezes instrumentalizados para desqualificar, silenciar e apagar o ativismo das mulheres trabalhadoras do sexo. Via como um desafio e uma necessidade, portanto, construir distinções claras entre a prática da prostituição e a violência sexual, elementos que antes de serem lidos conjuntamente, deveriam ser cuidadosamente diferenciados.

O trabalho do sexo não carrega, em si, traços de violência.

Aqui, penso, em mães, filhas, avós, tias, primas, mulheres trabalhadoras, arrimos de famílias que exercem suas profissões, assim como eu, assim como vocês, leitoras desta investigação. Mulheres comuns, mulheres guerreiras. Pagamos nossas contas, vamos ao banco, à farmácia, ao posto de saúde, nos transportamos de um local a outro, temos casos de amor, casos de ódio, afetos mais ou menos próximos, amamos, brigamos, sorrimos, nos angustiamos, queremos bem as pessoas que escolhemos ter por perto e no fundo...o que acredito mesmo, é que todas nós queremos ser respeitadas.

Em um contexto androcêntrico, racista, classista, eurocêntrico e marcado por relações de poder hierárquicas, de maneira muito distinta, nós mulheres, estamos suscetíveis à violência. Todas. Em casa, em sala de aula, nos escritórios, nas fábricas, nas ruas, nos hospitais, nas delegacias, nos fóruns, nos puteiros. E, não podemos partir da premissa de que um espaço é mais seguro que o outro porque envolve uma atividade ou grupo de pessoas mais ou menos valorizados socialmente. Fosse assim, poderíamos facilmente encerrar o debate e descansarmos tranquilas com as nossas ingênuas certezas.

Colocar o dedo em riste para as trabalhadoras do sexo como se carregassem e alimentassem o “mal” da dominação masculina, certamente, não resolve os nossos problemas e pouco contribui para o enriquecimento do debate sobre a violência contra as mulheres.

Então, proponho um primeiro esforço: olhem para nós. Quantas vezes sentimos doer a injustiça nos espaços que ocupamos? Quantas vezes tivemos que enfrentar, ter voz de comando e subverter as desigualdades que nos roubam vida e vitalidade? Quantas vezes, dentre tantas contradições, sem muito racionalizar nos colocamos no lugar de outras, e resistimos à subjugação de nossos pares? Quantas vezes, falhamos, e reproduzimos, mais do

mesmo, rechaçando o que consideramos diferente de nós? Ou quem sabe, rechaçamos o diferente que carregamos como parte constituinte do nosso ser. Até quando vamos travar essa luta contra “o outro” que ao fim e ao cabo, somos nós mesmas?

O estatuto legal da prostituição, no Brasil, adotando uma postura abolicionista oferece às trabalhadoras do sexo o status de vítimas a serem “tuteladas” pelo Estado. O resultado é o controle da atividade principalmente pela força policial, a clandestinidade e inúmeros obstáculos para o exercício de um trabalho salubre, remunerado, protegido por garantias civis, trabalhistas, previdenciárias. Legalmente, o trabalho sexual não é penalizado, mas todo o seu entorno o é (agenciar, aliciar, transportar, transferir, comprar, alojar, acolher). Na prática, mesmo sem amparo legal, a atividade é controlada, criminalizada e duramente reprimida pelos aparatos estatais.

O reforço do estigma à profissão por políticas públicas que equiparam a prostituição à exploração sexual geram um contexto em que as mulheres trabalhadoras para protegerem-se da violência moral, devem se esconder e ocultar a atividade que exercem. Devem apagar suas histórias de vida, experiências, aprendizados para que possam ser preservadas do alto impacto do patriarcado. E mais do que o cuidado com suas clientelas, ajustam-se para sobreviver às estruturas institucionalizadas ou não, voltadas para o combate à existência de mulheres que subvertem as normativas impostas aos gêneros construídos.

E na resistência, criam suas próprias formas de organização e redes de apoio. A prática ensina como podem trabalhar com maior segurança e as experiências dão elementos para que possam reivindicar e evitar o que sentem como violência. O respeito ao uso do preservativo, o pagamento no valor ajustado, o tempo acordado, as restrições estabelecidas aos contatos corporais, à intimidade das trabalhadoras ou qualquer outra regra que apresentam como invioláveis são habilmente negociados e instituídos pelas trabalhadoras. E quando “um poder maior” que o das garotas de programa rompe com os limites impostos, manifesta-se uma potente forma de exercer violência contra as mulheres.

A interpretação de que seus corpos estão disponíveis para qualquer tipo de relações, além de ser incompatível com a realidade, dificulta a diferenciação entre a prostituição e a violência sexual e criam obstáculos para o combate ao estigma na profissão. Tratá-las como sinônimos também é ocultar as percepções sobre como vivem, veem, sentem e resistem à violência sexual.

Quando sentimos a prática, de nada adiantam os nomes atribuídos. E quando nos tiram o direito de criarmos nossa própria identidade, fazemos uma prática combativa pelo uso dos nomes e conceitos que escolhemos. A expressão da sexualidade da forma que achamos

pertinente é um direito e reivindica-la a nosso favor, também. A favor de uma vida melhor para as mulheres, livre de estigmas, livre de violências. Afinal, de que lado efetivamente estamos?

Início o fechamento desses breves parágrafos. Aqui, busquei percorrer alguns atalhos para delimitar fronteiras. Muitas questões poderiam ter sido aprofundadas e exploradas, contudo minhas escolhas caminharam para o debate sobre os limites na prática da prostituição e sua relação com a violência sexual, o estupro e as intermediações das instituições estatais.

Na contramão da construção de versões únicas e de verdade produzidas pelo direito, as narrativas e reflexões desenvolvidas, neste percurso, buscaram ampliar o que pode ser reconhecido e reivindicado enquanto violência sexual e estupro. Em um processo de disputas, no (e fora do) campo jurídico, os sentidos atribuídos à prostituição e ao estupro colocam em evidência distintos posicionamentos e políticas em relação às questões de gênero e sexualidade intersectadas com marcadores de raça, classe, idade, localidade, dentre outros. Do mesmo modo, as narrativas tecidas pelas vozes de distintas mulheres operam no perfazimento de relações sociais e formas de articulação e organização em torno do enfrentamento à violência nos espaços em que atuam.

O tratamento penal sobre os delitos sexuais ganhou distintos contornos a partir das reivindicações dos movimentos feministas, principalmente com as mobilizações nas últimas décadas em torno da violência de gênero. No Brasil, até 2005, a designação “mulher honesta” esteve presente entre os delitos sexuais inseridos no que se caracterizava “crime contra os costumes”. Em 2009, a reforma introduzida pela Lei n. 12.015, dentre outras alterações, muda a definição do crime de estupro, ampliando o que pode ser entendido enquanto violência sexual, a partir de então, consumado pela conjunção carnal ou outro ato libidinoso, podendo ocupar o polo passivo da conduta tanto mulheres como homens.

Apesar destas e outras mudanças legais, diversos estudos e diagnósticos produzidos e apresentados ao longo do trabalho, demonstram que mantem-se uma definição legal estreita sobre o estupro e mais ainda, permanece intocada a atuação seletiva dos/as operadores/as do direito em relação ao que pode (e deve) ser reconhecido socialmente como violência sexual. Os parâmetros jurídicos ainda refletem valores culturais sobre a sexualidade das mulheres e operam delineando uma linha divisória entre as mulheres suscetíveis de ocuparem o espaço de vítima construído pelo sistema de justiça criminal, daquelas indignas e que não cumprem com as exigências morais estabelecidas. Coloca-se em relevo, portanto, a preocupação pelo julgamento das condutas, comportamentos e status familiar das mulheres em detrimento da tutela de seus direitos sexuais.

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que as mulheres prostitutas, nos casos envolvendo crimes sexuais, representam no imaginário jurídico o modelo radicalizado da mulher “desonesta”, “vilã”, também são caracterizadas como vítimas pelo tratamento penal brasileiro oferecido ao trabalho sexual.

Para além de categorias opostas, acredito que as vozes das garotas de programa de Franca, dão elementos para refletirmos brevemente os aprendizados, as negociações e os limites corporais e afetivos no mercado do sexo a partir dos sentidos que formulam, sem ignorar que foram constantemente intermediadas pela pesquisadora, inclusive na narrativa e organização de suas falas.

Creio que as tantas histórias, lembranças e memórias das garotas de programa são ricos conteúdos os quais alargam as fronteiras do conhecimento e vão além das imposições da academia eurocêntrica. São experiências que desafiam a cartografia do saber imperial pela resistência e poder de agência de mulheres vivas e intensas pela subversão e pluralidade de seus saberes.

## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sônia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, p. 13-56, 2014.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. **Sequência**, Florianópolis, v. 50, p.71-102, 2005.

\_\_\_\_\_. **Pelas mãos da criminologia**: o controle penal para além da (des)ilusão. Rio de Janeiro: ICC : Revan, 2012. (Pensamento criminológico, n. 19).

BACH, Ana María. **Las voces de la experiencia**: el viraje de la filosofía feminista. Buenos Aires: Biblos, 2010.

BARBOSA, Marcela Dias; BORGES, P. C.C. Trabalho sexual, estupro e sistema de justiça criminal: uma análise crítica a partir do feminismo de terceiro mundo. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, Santa Maria, v. 12, n. 2, p. 387-407, 2017.

\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. Violencia doméstica en Brasil y los derechos de las humanas: una lectura feminista desde la ley Maria da Penha. **Revista de Derechos Humanos y Estudios Sociales**, San Luís Potosí, v. 9, p. 173-193, 2013.

BARBOT, Janine. Conduzir uma entrevista face a face. In: PAUGAM, Serge. **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Almedina, 2011.

BECKER, Howard S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_. A epistemologia da pesquisa qualitativa. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, São Paulo, v.1, n.2, p. 184-198, jul. 2014. Disponível em: <<http://reedpesquisa.org/revista-da-reed/vol-1-n-2/>>. Acesso em: 5 maio 2015.

BECKER, Howard S. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BIDASECA, Karina. Mujeres blancas buscando salvar a mujeres color de café: desigualdad, colonialismo jurídico y feminismo postcolonial. **Revista de Investigación Social**, Ciudad de México, v. 8, n. 17, p. 61-89, p. 69, 2011.

\_\_\_\_\_. Voces y luchas contemporáneas del feminismo negro: corpolíticas de la violencia sexual racializada. In: ONU. **Afrodescendencia**: aproximaciones contemporáneas desde América Latina y El Caribe. Colección de ensayos del Centro de Información de las Naciones Unidas para México, Cuba y Rca. Dominicana, en el marco del Año Internacional de los Afrodescendientes México, 2012. Disponível em: <[http://www.africafundacion.org/IMG/pdf/Karina\\_Bidaseca\\_Voces\\_y\\_luchas.pdf](http://www.africafundacion.org/IMG/pdf/Karina_Bidaseca_Voces_y_luchas.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2017.

BIDASECA, Karina. **Perturbando el texto colonial: los estudios (pos) coloniales en América Latina**. Buenos Aires: SB, 2010.

BORGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto, 1997.

BORGES, Paulo César Correa. (Org.). **Tráfico de pessoas para exploração sexual: prostituição e trabalho sexual escravo**. São Paulo: Unesp : Cultura Acadêmica, 2013.

\_\_\_\_\_.; LEITE, Taylisi de Souza Correa; CORDEIRO, Euller Xavier. Discriminação de gênero e direitos fundamentais: desdobramentos sócio-históricos e avanços legislativos. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, Vitória, v. 14, p. 125-143, 2013.

\_\_\_\_\_.; GERBRIM, Luciana Maibashi. Violência de gênero: Tipificar ou não o femicídio/feminicídio? **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF, v. 51, p. 1-20, 2014.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/portal/site/STJ>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/519805-profissional-do-sexo>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

CADERNOS PAGU. Campinas: Ed. Universidade Estadual de Campinas, n. 25, jul./dez. 2005.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva das mulheres negras brasileiras**. 2012. 383 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 49, n. 17, p. 117-132, 2003.

CASALEIRO, Paula. O poder do direito e o poder do feminismo: revisão crítica da proposta teórica de Carol Smart. **Ex Aequo**, Lisboa, v. 29, p. 39-53, 2014.

CASTILHO, Ela Wiecko Volkmer de. A criminalização do tráfico de mulheres: proteção das mulheres ou reforço da violência de gênero? **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 31, p. 101-124, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n31/n31a06>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo de Santa Cruz. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da saúde**. Brasília, DF: IPEA, 2014.

COELHO NETO, Helena H; BORGES, Paulo César Correa. La mujer y el derecho penal brasileño: entre la criminalización por el género y la ausencia de tutela penal justificada por el machismo. **Revista de Derechos Humanos y Estudios Sociales**, San Luis Potosí, v. 11, p. 73-92, 2014.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, p. 171-189, 2002.

DAICH, Deborah. Prostituição, trata y abolicionismo: conversaciones con Dolores Juliano y Adriana Piscitelli. **Revista Avá**, Misiones, v. 20, p. 97-110, jul. 2012.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DECLERCQ, Marie. **O projeto de lei Gabriela Leite é o melhor caminho para a prostituição no Brasil?** [S.l.], 2016. Disponível em: <[https://www.vice.com/pt\\_br/article/projeto-de-lei-gabriela-leite-pros-e-contras](https://www.vice.com/pt_br/article/projeto-de-lei-gabriela-leite-pros-e-contras)>. Acesso em: 24 ago. 2016.

DWORKIN, Andrea. **Pornography: men possessing women**. New York: Plum, 1989.

EFREM FILHO, Roberto. A reivindicação da violência: gênero, sexualidade e a constituição da vítima. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, p. 1-54, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n50/1809-4449-cpa-18094449201700500007.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. **El Cotidiano**, Mexico (Ciudad), v. 184, n. 29, p. 7-12, 2014.

ESQUINAS CARMONA, Julián; DEL ESPINO, Luis. **Métodos cualitativos de investigación: "la entrevista"**. Córdoba, 2000. Disponível em: <<http://www.metodosytecnicas.com/metodologia/trabajos%20alumnos%2099-00/laentrevista.doc>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

FAÚNDES, Aníbal et al. Violência sexual: procedimentos indicados e seus resultados no atendimento de urgência de mulheres vítimas de estupro. **Revista Brasileira de Ginecologia Obstetrícia**, São Paulo, v. 28, p. 126-135, 2006.

FERNANDES, Camila. **"Ficar com"**: parentesco, criança e gênero no cotidiano. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

FLICK, Uwe. Entrevista episódica. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. Cap. 5.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 28, n. 14, p. 139-152, 2004.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

GASPAR, Maria Dulce. **Garotas de programa:** prostituição em Copacabana e identidade social. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

GREGORI, Maria Filomena. Limites da sexualidade: violência, gênero e erotismo. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 51, n. 2, p.575-606, 2008a.

\_\_\_\_\_. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 165-182, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Prazeres perigosos:** erotismo, gênero e limites da sexualidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

GRUPO DAVIDA. Prostitutas, "traficadas" e pânicos morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o "tráfico de seres humanos". **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 25, p. 153-185, 2005.

HARAWAY, Donna J. **Ciencia, cyborgs y mujeres:** la reinvenición de la naturaleza. Madrid: Cátedra, 1991.

\_\_\_\_\_. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 5, p. 7-41, 1995.

HARDING, Sandra. **Ciencia y feminismo.** Madrid: Morata, 1996.

\_\_\_\_\_. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p.7-31, 1993.

\_\_\_\_\_. Is there a feminist method? In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Feminism and methodology.** Indianapolis: Indiana University, 1987.

\_\_\_\_\_. **Whose science? Whose knowledge?:** thinking from woman's lives. New York: Ithaca, 1991.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências.** Tradução de Maria Viviana V. Resende. Brasília, DF: MMA, 2006.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Pesquisa violência sexual:** percepções e comportamentos sobre violência sexual no Brasil. Brasília, DF, 2016.

JULIANO, Dolores. El trabajo sexual en la mira. Polémicas y esteriotipos. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 25, p. 79-106, jul./ dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n25/26523.pdf>>. Acesso: 20 dez. 2015.

JULIANO, Dolores. **La prostitución: el espejo oscuro**. Barcelona: Icaria, 2002.

KAMPADOO, Kamala. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 25, p. 55-78, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n25/26522.pdf>>. Acesso em: 6 dez. 2014.

\_\_\_\_\_.; DOEZEMA, Jo. **Global sex workers: rights, resistance, and redefinition**. London: Routledge, 1998.

LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LEITE, Gabriela Silva; MURRAY, Laura; LENZ, Flávio. O par e o ímpar: o potencial de gestão de risco para a prevenção de DST/HIV/AIDS em contextos de prostituição. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 18, supl. 1, p. 7-25, set. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v18s1/pt\\_1415-790X-rbepid-18-s1-00007.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v18s1/pt_1415-790X-rbepid-18-s1-00007.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2016.

LORDE, Audre. Las herramientas del amo nunca desarmarán la casa del amo. In: MORAGA, Cherríe; CASTILHO, Ana. **Esta puente mi espalda: voces de mujeres tercermunditas en los Estados Unidos**. San Francisco: Ismo, 1987.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p.73-101, 2008.

MACKINNON, Catharine. **Feminismo inmodificado: discursos sobre la vida y el derecho**. Tradução por Teresa Beatriz Arijón. Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 2014.

MAHMOOD, Saba. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. **Etnográfica**, Lisboa, v. 10, n. 1, p. 121-158, 2006.

MCKLINTOCK, Anne. **Sex workers and sex work**. Special Section Edited by Anne McKlinton Explores the Sex Trade. Durham: Duke University Press, 1993. (Social text, n. 37).

\_\_\_\_\_. Maid to order: commercial fetishism and gender power. **Social Text**, Standford, v. 37, p. 87-116, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOHANTY, Chandra Talpade. **Feminism without borders: decolonizing theory, practicing solidarity**. London: Duke University Press, 2003.

MOHANTY, Chandra. Bajo los ojos de Occidente: academia feminista y discursos coloniales. In: SUÁREZ NAVA, Lilia; HERNANDEZ CASTILHO, Rosalva Aída. **Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes**. Madrid: Cátedra, 2008.

MURRAY, Laura. Victim management and the politics of protection: between "fazer direito" and "fazer direitinho". **Revista Ártemis**, Paraíba, v. 18, n. 1, p. 28-41, 2014.

OLIVAR, José Miguel Nieto. Prostituição feminina e direitos sexuais...diálogos possíveis?. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 88-121, ago. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sess/n11/a05n11.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2014.

PASINATO, Wânia. Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da Lei Maria da Penha. **Revista de Direito GV**, São Paulo, v. 11, p.407-428, 2015.

PASINI, Elisiane. Limites simbólicos corporais na prostituição feminina. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 14, p. 181-200, 2000.

PETHERSON, Gail. **El prisma de la prostitución**. Madrid: Talasa Ediciones, 1996.

PIMENTEL, Silvia; SCHRITZMEYER, Ana Lúcia P.; PANDJIARJIAN, Valéria. **Estupro ou "cortesias"?** Abordagem sociojurídica de gênero. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1998.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José (Org.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. (Sociedade em foco: introdução às ciências sociais).

\_\_\_\_\_. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: Ed. IFCH/Unicamp, 2002. (Textos didáticos, n. 48).

\_\_\_\_\_. Apresentação: gênero no mercado do sexo. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 25, p. 7-23, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n25/26520.pdf>>. Acesso: 15 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. Atravessando fronteiras: teorias pós-coloniais e leituras antropológicas sobre feminismos, gênero e mercado do sexo no Brasil. **Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 377-404, 2013a.

\_\_\_\_\_. Feminismos transnacionais e deslocamentos de brasileiras através de fronteiras. **Fazendo Gênero**, Florianópolis, v. 1, p.1-25, 2013b.

\_\_\_\_\_. Exploração sexual, trabalho sexual: noções e limites. In: SILVA, Daniele Andrade da et al (Org.). **Feminilidades: corpos e sexualidades em debate**. Rio de Janeiro: Editora Uerj, 2013c.

PISCITELLI, Adriana. **Trânsitos: Brasileiras nos mercados transnacionais do sexo**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2013d.

\_\_\_\_\_. Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas- novas questões conceituais. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 47, p. 1-31, 2016.

\_\_\_\_\_. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiás, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008.

\_\_\_\_\_.; VASCONCELOS, Marcia. “Apresentação do Dossiê: Gênero no Tráfico de Pessoas”. **Cadernos Pagu**, Campinas, 31, p. 9-28, jul./dec. 2008.

PRADA, Monique. **Prostitutas são mulheres trabalhadoras- assim como você**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://midianinja.org/moniqueprada/prostitutas-sao-mulheres-trabalhadoras-assim-como-voce/>>. Acesso em: 6 abr. 2017.

PREFEITURA DE FRANCA. **Secretarias Municipais: Saúde: SUS em Franca: Estrutura do SUS: Centro de Prevenção DST-Aids**. Franca, 2015. Disponível em: <<http://portal.franca.sp.gov.br/portal/sus/estrutura-do-sus-em-franca/centro-de-prevencao-dst-aids.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.

RAMOS, Diana Helene. **"Preta, pobre e puta": a segregação urbana da prostituição em Campinas-Jardim Itatinga**. 2015. 339 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

REDTRASEX. **Estudio sobre estigma y discriminación en los servicios de salud a las mujeres trabajadoras sexuales en América Latina y el Caribe**. Nicaragua, 2013.

RODRIGUES, Heloísa Barbosa Pinheiro. **A atividade profissional da mulher prostituta: referencial político criminal e para formulação de políticas públicas**. 2016. 204 f. Dissertação (Mestrado em Direito), Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. Tradução de Christine Rufino Dabat, Edileusa Oliveira da Rocha, Sonia Corrêa. Recife: SOS Corpo, 1993.

SABADELL, Ana Lúcia. **Manual de sociologia jurídica**. 6. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 16, p. 115-136, 2001.

\_\_\_\_\_. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 2, p. 59-79, 1997.

SEGATO, Rita Laura. El sexo y la norma: frente estatal, patriarcado, desposesión, colonidad. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 593-616, maio/ago. 2014,

\_\_\_\_\_. **Las estructuras elementales de la violencia**: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Buenos Aires: Prometeo, 2010.

SEVERI, Fabiana Cristina. **A pesquisa qualitativa**: algumas considerações sobre a técnica de entrevista semi-estruturada. Ribeirão Preto: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, 2004.

\_\_\_\_\_. **Experiência, memória, autonomia em um assentamento de reforma agrária na Região de Ribeirão Preto-SP**. 2010. 312 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

\_\_\_\_\_. **Da lona ao roçado**: memórias e experiências de moradores de assentamento de reforma agrária. São Paulo: Annablume, 2012.

\_\_\_\_\_. **Enfrentamento à violência contra as mulheres e à domesticação da Lei Maria da Penha**: elementos do projeto feminista de legalidade no Brasil. 2016. 234 f. Tese (Livre-Docência) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2017.

\_\_\_\_\_. O gênero da justiça e a problemática da efetivação dos direitos humanos das mulheres. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 81-115, 2016.

SILVA, Gabriela Leite; MURRAY, Laura; LENZ, Flavio. O par e o ímpar: o potencial de gestão de risco para a prevenção de DST/HIV/AIDS em contextos de prostituição. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 18, p.7-25, 2015.

SMART, Carol. **Feminism and the power of law**. New York: Routledge, 1989.

\_\_\_\_\_. **Woman, crime and criminology**: a feminist critique. New York: Routledge, 1977.

SOUSA, Fabiana Rodrigues de. **A noite também educa**: compreensões e significados atribuídos por prostitutas à prática da prostituição. 2012. 279 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

\_\_\_\_\_. Entre o medo e a ousadia: educando-se na prática da prostituição. **Ártemis**, João Pessoa, v. 18, n. 1, p. 61-68, 2014.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2015.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2015:** homicídio de mulheres no Brasil. Brasília, DF: FLACSO : ONU-Mulheres : OPAS : OMS : SPM, 2015.

WERNECK, Jurema; IRACI, Nilza. **A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil:** violências e violações. São Paulo: Criola-Geledés, 2016.

\_\_\_\_\_. Nossos passos vem de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: VERSCHUUR, Christine (Dir.). **Vents d'est, vents d'ouest:** mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux. Genève: Graduate Institute, 2009. Disponível em: <<http://books.openedition.org/iheid/pdf/6316>>. Acesso em: 5 abr. 2017.